

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conservação da natureza e emancipação social: um estudo de caso
sobre a comunidade de Santa Maria do Caiuê e sua relação com a
Floresta Nacional Pau-Rosa, Maués, Amazonas.

Jacqueline Martins Gomes

Orientadora: Leila Chalub Martins

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, março/2012

Gomes, Jacqueline Martins.

Conservação da natureza e emancipação social: um estudo de caso sobre a comunidade de Santa Maria do Caiué e sua relação com a Floresta Nacional Pau-Rosa, Maués, Amazonas./Jacqueline Martins Gomes.

Brasília, 2012.

162 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Educação Ambiental. 2. Unidades de Conservação. 3. Floresta Nacional Pau-Rosa. 4. Maués. 5. Santa Maria do Caiué. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conservação da natureza e emancipação social: um estudo de caso sobre a comunidade de Santa Maria do Caiaué e sua relação com a Floresta Nacional Pau-Rosa, Maués, Amazonas.

Jacqueline Martins Gomes

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Leila Chalub Martins, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Mônica Celeida Rabelo Nogueira, Doutora (Faculdade de Planaltina – FUP/UnB)
(Examinadora interna)

Sandra Maria Faleiros Lima, Doutora (Universidade Federal do Tocantins - UFT)
(Examinadora externa)

Brasília – DF, 20 de março de 2012.

Às moradoras e aos moradores de Santa Maria do Caiué, que cuidam do futuro desde o presente.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o encerramento na minha transição de Brasília à Amazônia. Sua realização só foi possível com a colaboração e companheirismo dos familiares e de muitas das pessoas com quem convivi nos últimos anos.

Às moradoras e aos moradores da comunidade de Santa Maria do Caiuá por me receberem com carinho e aceitarem participar desta pesquisa.

À minha orientadora, professora Leila Chalub Martins, que me acolheu e me apoiou desde a saída de Brasília e não permitiu jamais que eu desistisse.

Aos professores Donald Sawyer e Izabel Zaneti, que foram solidários à minha mudança de Brasília e permitiram o término de suas disciplinas a distância.

Aos colegas de turma de mestrado do CDS/UnB, pela convivência prazerosa e pelos momentos de aprendizagem solidária.

Às professoras Maria Inês G. Higuchi e Heloísa Helena Corrêa, que me permitiram cursar suas disciplinas na UFAM, cujo conteúdo foi de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Padre Carlos e ao Padre Dorival, por terem me acolhido no barco da Paróquia para a viagem ao rio Paraconí.

Ao Barrô de Maués, por ter me apresentado os primeiros meandros de Maués.

Aos meus pais, Antônio Francisco e Norma Lúcia, por me apoiarem em todas as minhas escolhas, inclusive àquelas que me fazem ir cada vez para um pouquinho mais longe de Teresópolis.

Aos meus irmãos, Francis, Alessandro, Cristiane e Leonardo, por serem sempre meus queridos irmãos, independente das distâncias e do tempo que ficamos sem falar; às cunhadas Letícia e Valéria, e ao cunhado Tarcísio, por serem parte de minha família; aos meus sobrinhos Arthurzinho, Dani e Bruninho, pela alegria nos retornos. Ao Léo agradeço também por ter topado vir para a Amazônia, o que me encorajou a vir também, e pela sempre disposição para ouvir e aconselhar.

À minha segunda família, Mônica, Cangiano e Marina, por me acolherem e apoiarem em todos os momentos.

Às amigas e aos amigos de Brasília com quem convivi nos últimos tempos antes da Amazônia, Thais Ferraresi (Thá), Arthur Brant, João Paulo Sotero (JP), Joana Faggin (Bau), Joana Amaral (Jô), Mariana Mascarenhas (Mari Masca), Viviane Vazzi, Ana Luiza Figueiredo (Aninha), Juliana Napolitano (Jú), Isabel Figueiredo (Bel), Joseline Filippo (Jose), Maurício Marcon, Ricardo Burg, Daline. À todos agradeço pela amizade, pelos momentos divertidos, pela solidariedade no lar, por eu ter podido dividir em alguma medida a fase anterior e os primeiros meses deste mestrado e por me receberem, os que ainda estão em Brasília, sempre com alegria.

Às amigas e aos amigos relacionados mais diretamente a alguma etapa deste mestrado: Maria Rita Avanzi (Rio), pelo apoio na elaboração do projeto de seleção; Marcos Sorrentino e Michèle Sato, pelo apoio para ingressar no curso.

Às amigas e aos amigos que fiz ao longo dos anos de trabalho em Brasília, com quem me iniciei nos caminhos da Educação Ambiental. Agradeço especialmente a Marcos Sorrentino, com quem pude aprender a importância de dar o testemunho da palavra e de questionar as obviedades do mundo.

À CAPES/MEC, pela bolsa de estudos nos primeiros meses do curso de mestrado.

À Maressa Girão, por ter me acompanhado na primeira viagem à Floresta Nacional Pau-Rosa; à Mônia Fernandes pela sempre disponibilidade de ouvir sobre temas que influíram indiretamente neste trabalho; ao Tenente Pinheiro, pelas ricas histórias sobre a Amazônia.

Ao ICMBio, pela autorização de permanência em Brasília no primeiro mês de vínculo institucional e pela autorização para redução de jornada de trabalho por três meses em 2011, essenciais para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Agradecimentos especiais:

Ao Sr. Valtinho e sua família, sangue Munduruku, pela confiança em meu trabalho e pelo acolhimento em sua casa; à grande amiga Maria, guerreira Saterê-Mawé, pelas longas conversas sobre Maués e sobre a vida, e pelo empréstimo de livros sobre a região; a ambos por compartilharem suas histórias de vida, que mostram que os obstáculos são pequenos quando a vontade é forte.

Ao Mario Rique Fernandes, companheiro, amante, amigo e poeta, por ter aceitado comigo a aventura da nova vida na Amazônia, por dividir as alegrias, tristezas e aprendizados da vida, por ter me apoiado incondicionalmente em todos os momentos até aqui, pelas longas conversas, escuta atenta e valiosas contribuições para as questões desta pesquisa, pelas revisões nos textos, pelo cuidado e carinho permanente e, acima de tudo, por compreender todas as minhas ausências dos últimos dois anos.

É tempo ainda de amar sem fronteiras
Do amor ser a bandeira
De união do mundo inteiro

Ainda creio que essas cores separadas
Serão flores perfumadas
Em um só canteiro

É tempo ainda de ver que a esperança não é só uma dança de fumaça pelo ar

Ainda sonho que o sol da nova era
Coroando a grande espera
Seja a luz de um novo olhar

Eu canto forte esta canção que encerra a comunhão da terra
Pela soma dos quintais

Mas pergunto ao Criador que fez a gente
Por que assim tão diferentes para sermos iguais

Comunhão da Terra
(Adalberto Holanda/Eliberto Barroncas – Raízes Caboclas)

Porque ninguém é do mundo sem ser primeiro de um lugar qualquer.
Paulo Freire

RESUMO

O atual cenário de crise ambiental tem justificado cada vez mais o estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da natureza, das quais as Unidades de Conservação (UCs) são no Brasil uma especialização. Esse cenário concretiza-se na ampla destruição e degradação de florestas e rios, na perda da biodiversidade, em catástrofes climáticas, nas injustiças ambientais e na diminuição da qualidade de vida dos seres humanos. Ele resulta do modo hegemônico de desenvolvimento social pautado na apropriação materialista da natureza como fonte para o crescimento econômico e orientado por uma noção cientificista que inferioriza saberes não-científicos assim como valores, práticas sociais e modos de vida deles decorrentes. A legitimidade exclusiva da ciência moderna para compreender e intervir no mundo fragmenta saberes e dificulta uma compreensão crítica dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da problemática ambiental. A crise ambiental é, portanto, crise social, o que indica que a busca pela conservação da natureza deve ser ao mesmo tempo a busca pela emancipação social. Há que se garantir no âmbito dessa política ambiental territorial processos educadores ambientais comprometidos com uma perspectiva crítica e emancipatória. Contudo, as UCs são fruto do mesmo arcabouço conceitual que orienta o paradigma de desenvolvimento hegemônico, baseado em uma visão dicotômica sobre a relação sociedade-natureza, embora ao longo de sua consolidação tenham sido incorporadas algumas concepções de base socioambiental. As distintas concepções inerentes às categorias de UCs podem influenciar as práticas pedagógicas que delas decorrem e isso se torna relevante ao considerarmos que, por influenciarem processos sociais e territoriais, as UCs têm grande potencial educador. Diante disso, com base nos referenciais da pesquisa qualitativa, esta pesquisa objetivou discutir a configuração do contexto socioambiental de uma comunidade cabocla amazônica relacionada a uma UC para compreender os desafios pedagógicos que se colocam para essa política à luz de uma concepção crítica e emancipatória de Educação Ambiental. O estudo foi feito na comunidade Santa Maria do Caiuê, município de Maués – AM, Médio Amazonas, abrangida territorialmente pela Floresta Nacional Pau-Rosa. Partiu-se da origem Munduruku dessa comunidade para discutir a relação de sua configuração socioambiental com questões socioculturais, políticas e econômicas mais abrangentes sobre a região. A alienação quanto à origem indígena e sua desvalorização em paralelo com a necessidade de resgatar essa história, a emancipação do sistema de patronato, as iniciativas locais de organização coletiva para produção de alimentos regionais, a supervalorização de produtos alimentícios de origem industrial e a percepção da escassez de alguns recursos naturais apontam para a necessária missão da Educação Ambiental de promover a ampliação de olhares e compreensão crítica sobre a problemática socioambiental bem como de resgatar e pôr em evidência experiências locais que contribuam para tal. Se a política pública ambiental pretende que as UCs, ao protegerem extensas áreas florestais, contribuam para promover a superação da crise ambiental, não é possível pensar seu papel somente na garantia de amostras de ecossistemas. Sua gestão deve trazer à tona a diversidade social e cultural e os saberes associados que emanam de seus territórios, nos quais residem as possibilidades de construção e de fortalecimento das alternativas societárias à lógica hegemônica que opera na construção do atual cenário de crise ambiental. As UCs devem ser essencialmente pedagógicas em sua gestão e para isso os princípios da Educação Ambiental crítica e emancipatória devem entranhar todo esse processo se o objetivo é contribuir para a superação da crise ambiental ao invés de sua simples atenuação.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Unidades de Conservação, Floresta Nacional Pau-Rosa; Maués; Santa Maria do Caiuê.

ABSTRACT

The present environmental crisis has justified the creation of protected areas as a solution to nature conservation, such is the Brazilian case with the conservation units. The scenario of the crisis is characterized by great the destruction and degradation of forests and rivers; by the loss of biodiversity; climate catastrophes; environmental injustice and finally by the bad quality of human way of life. This scenario is also a result of the hegemonic kind of social development, characterized by the material appropriation of nature, by the scientific notion that underestimates the non-scientific knowledge and by patterns of values, social practices and ways of life. The way that modern science turns understandable our world is shattering knowledge and avoiding a critical comprehension of political, economic, social and cultural issues of the present environmental crisis that is also a social one. So, the search for the conservation of nature cannot be separated of the search for social emancipation. Environmental education must be a part of the environmental policies because it is the way to make them critical and emancipated ones. Otherwise the conservation units come from the same conceptual source framed by the paradigm of the hegemonic development process that is based on a dichotomous vision of the relation of nature and society. The different conceptions of conservation units can both influence the educational practices and be influenced by them. Based on this conceptual framework and on the qualitative research this work presents the social environmental context of an Amazon cabocla community living in a UC, this work shows which are the educational challenges to be faced by the public policies. The community where the research was developed is Santa Maria do Caiuá, in Maués, Amazon State. The territory where this community lives is a part of Pau-Rosa National Forest. The research shows the Munduruku origin of this community and the consequent challenges which come from it, due to by one side the ignorance of their origin and by the other side the need to rescue their history of collective organization to produce food, of emancipation from the employers and from the high prices of industrial products. All these questions demonstrate how important is the use of Environmental Education as a method of critical comprehension of the social environmental problems as well as the use of local experiences to solve them. If the objective of the public environmental policies is to get large protected forest areas in conservation units and in the same way to contribute to get over the environmental crisis they cannot be limited to protect samples of ecosystems. Indeed the public policies, especially the environmental education should get advantage of the social and cultural diversity found in these areas to promote critical and emancipation values which could help to get over the environmental crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da região de estudo.	86
Figura 2. Região amazônica com destaque em amarelo para a Mundurukânia, segundo as descrições da literatura.....	96
Figura 3. Frente da comunidade de Santa Maria do Caiué, margem direita do rio Paraconi, Maués (AM).....	105
Figura 4. Localização da comunidade de Santa Maria do Caiué, Maués (AM).....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Produção da lavoura permanente de Maués em 2009.	101
Gráfico 2. Produção da lavoura temporária de Maués em 2009.	101
Gráfico 3. Produção da extração e silvicultura de Maués em 2009.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estabelecimentos de Maués enquadrados como agricultura familiar e não familiar em quantidade, área e porcentagem.	103
--	-----

LISTA DE SIGLAS

- AMBEV** – Companhia de Bebidas das Américas
- APA** – Área de Proteção Ambiental
- CDCMAM** – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
- CNMA** – Conferência Nacional de Meio Ambiente
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- EA** – Educação Ambiental
- EE** – Estação Ecológica
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
- ENCEA** – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- FBCN** – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IHGB** – Instituto Geográfico Histórico e Brasileiro
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- NMS** – Novos Movimentos Sociais
- ONG** – Organização Não-Governamental
- PIN** – Programa de Integração Nacional
- PNAP** – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
- PND** – Programa Nacional de Desenvolvimento
- PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental
- PNF** – Programa Nacional de Florestas
- PNMA** – Programa Nacional de Meio Ambiente
- ProNEA** – Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)
- RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- RNE** – Revista Nacional de Educação
- SAIN** – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
- SEMA** – Secretaria Especial de Meio Ambiente
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- SPI** – Serviço de Proteção aos Índios
- TI** – Terra Indígena
- UC** – Unidade de Conservação
- UICN** – União Internacional para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	14
1. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.1 PRINCÍPIOS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	20
1.2 MEU LUGAR NA PESQUISA.....	22
1.3 A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	23
1.3.1 Primeira aproximação	23
1.3.2 A reformulação do problema de pesquisa	25
1.4 PRODUÇÃO DOS DADOS	26
1.4.1 Mapeamento documental.....	26
1.4.2 Trabalho de campo	26
1.4.3 Entrevistas	27
2 ORIGENS DO PENSAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO	29
2.1 AS ORIGENS DO PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL COLÔNIA	29
2.1.1 Degradação da natureza e a crise do desenvolvimento	31
2.2 PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL MONÁRQUICO.....	38
2.2.1 Alguns apontamentos antes da República	41
2.3 PENSAMENTO AMBIENTAL NA REPÚBLICA	42
2.3.1 Natureza como inspiração para a integração nacional.....	46
2.3.2 A questão ambiental no Regime Militar pós-1964	53
3 O MOVIMENTO AMBIENTAL: TRAMAS EMERGENTES E PEDAGOGIAS	57
3.1 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO AMBIENTAL	57
3.1.1 A pluralidade do movimento ambiental	58
3.2 O AMBIENTALISMO EM SUAS EXPRESSÕES ESPACIAIS: A CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A QUESTÃO TERRITORIAL.....	64
3.3 A DIMENSÃO PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	69
3.3.1 Educação Ambiental no Brasil antes do movimento ambientalista.....	69
3.3.2 O campo crítico e emancipatório da Educação Ambiental	73
3.3.3 Educação Ambiental no contexto das Unidades de Conservação.....	78
3.3.4 Espaços e vias pedagógicas na gestão das Unidades de Conservação	82

4 A COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO CAIAUÉ, O MUNICÍPIO DE MAUÉS (AM) E A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA	84
4.1 BREVE HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA	87
4.1.1 A integração nacional: degradação ambiental e Unidades de Conservação	89
4.1.2 A formação sociocultural da Amazônia	91
4.1.3 Diversidade socioambiental ou “populações tradicionais”	92
4.2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DE MAUÉS	95
4.2.1. Os filhos da terra e a colonização européia	95
4.2.2. O estado do Amazonas e a formação política e administrativa de Maués.....	96
4.2.3 Socioeconomia da região de Maués	98
3.2.4 A comunidade de Santa Maria do Caiaué	103
4.3 A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA	107
4.3.1 O processo de criação	107
4.3.2 O processo de gestão	109
5. O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO CAIAUÉ E SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA	112
5.1 CAIAUÉ E O MUNDO: A NECESSÁRIA RE-LIGAÇÃO.....	112
5.1.1 “Os índios somos nós mesmos” e “Eles queriam fazer nós de índios”: identidades se entrelaçando na história do lugar	113
5.1.2 Fazendo Caiaué: da dependência do patrão à construção da liberdade	121
5.1.3 FLONA Pau-Rosa e a conservação da natureza: fragmentar ou conectar o contexto local?.....	127
5.2 AMPLIANDO A COMPREENSÃO DO MUNDO: CONHECIMENTO E PROTAGONISMO.....	132
5.2.1 A força do conhecimento científico e da vida “moderna”	134
5.2.2 A força das alternativas: experiências locais de protagonismo.....	138
5.3 CAIAUÉ ORIENTANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA FLONA PAU-ROSA.....	142
5.3.1 O <i>locus</i> das ações de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	143
5.3.2 Ampliando as vozes sobre a região da FLONA Pau-Rosa	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

Criar áreas para a conservação da natureza tem sido uma importante resposta das políticas públicas ambientais, tanto no Brasil quanto no mundo, ao quadro atual de degradação ambiental generalizado (BENSUSAN, 2006; DRUMMOND, FRANCO; NINIS, 2006; BARRETTO FILHO, 2004).

Não obstante, a criação de áreas protegidas para condicionar o uso da natureza ou de recursos naturais específicos é encontrada ao longo da história em várias regiões do mundo. Davenport e Rao (2002) apontam que as primeiras iniciativas registradas ocorreram na Índia, no século IV AP, motivadas pela proteção de florestas sagradas. Reservas de caça para a nobreza e parques para fins de convívio social ou descanso também eram práticas comuns. Bensusan (2006) reporta-se às reservas de madeira mantidas pelos romanos para a construção de navios.

Acontece que a forma de uso e apropriação do espaço pelas sociedades é orientada por princípios e valores que fundamentam toda sua dinâmica, posto que a modificação do espaço é a própria concretude do processo social (FISCHER, s/d). Logo, embora a expressão espacial dessas intervenções seja similar – limitação do uso de determinadas áreas ou de recursos naturais – as motivações que as orientaram só podem ser compreendidas se contextualizadas nas dinâmicas socioculturais nas quais foram geradas (GALINDO, GILMARTÍN & CORRALIZA, 2000; BARRETTO FILHO, 1997).

A delimitação de territórios para a conservação da natureza, suas motivações e os meios utilizados para isso expressam, assim, concepções que orientam a relação das sociedades com seu ambiente. É bom lembrar, no entanto, que a paisagem e a conformação do espaço por vezes ocultam a heterogeneidade social quando refletem valores hegemônicos e paradigmas de desenvolvimento dominantes.

Assumo aqui a origem da degradação ambiental e social generalizada e testemunhada hoje como resultado da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da humanidade (SORRENTINO *et. al.*, 2005; CARVALHO, 2006; LIMA, 2009), ou seja, do modelo de desenvolvimento hegemônico das sociedades modernas orientado predominantemente pela racionalidade científica e pelo sistema capitalista (SANTOS, 2009).

As Unidades de Conservação (UCs) são uma especialização das áreas protegidas¹ (BENATTI, 2001) e constituem um importante instrumento da política ambiental territorial brasileira (BRASIL, 2008a, 2008d). Embora não se possa falar em uma evolução linear do conceito, elas são produto de um processo histórico cujas bases políticas e epistemológicas

¹ Benjamin (2010) diferencia dois tipos de UCs. As *típicas* por estarem previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2008f), em contraste com as *atípicas* tais como Reserva Legal, Área de Proteção Permanente, Terras Indígenas, dentre outras previstas em instrumentos jurídicos diferenciados. De forma geral, todas essas áreas são reconhecidas como áreas protegidas.

vêm sendo elaboradas desde o período colonial e foram influenciadas por preocupações ambientais que surgiram já durante o regime de exploração inerente ao projeto de expansão mercantilista europeu no século XVI, do qual a degradação ambiental foi característica marcante (DEAN, 1996; PÁDUA, 2002).

Hoje existem 310 UCs federais, abrangendo uma área de 75.467.815 ha (UNIDADES, 2011). Na Amazônia Legal, até o ano de 2001 haviam sido contabilizadas 171 UCs nas três esferas de governo, abrangendo uma área de 64.586.259 ha, equivalente a uma cobertura territorial de 12,9%. À época, do total de UCs, 74 eram de Proteção Integral – uso indireto – e 97 de Uso Sustentável – uso direto (RICARDO & CAPOBIANCO, 2001).

Desde as primeiras reivindicações no Brasil, passando pelas influências do movimento ambiental brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, as concepções do que e como seriam as atuais UCs foram fecundadas por diferentes motivações e compreensões sobre a relação entre sociedade e natureza e sobre as bases da crise ambiental. Isso permite compreender a existência de categorias distintas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Portanto, se por um lado as UCs são parte de uma estratégia para enfrentar a degradação ambiental, por outro expressam uma heterogeneidade no modo de compreender e responder a esse problema.

No discurso ambiental contemporâneo coexistem justificativas para a criação de UCs que de forma geral referem-se ao enfrentamento da degradação ambiental causada pela exploração desenfreada e insustentável da natureza e à garantia do direito territorial de povos tradicionais, ou ambas. Pretende-se com elas regradar o uso dos recursos naturais, garantir a manutenção da biodiversidade, de processos ecológicos e serviços ambientais, bem como garantir a reprodução social de populações que dependem diretamente dos recursos naturais para tal (FERREIRA, *et. al.*, 2001; TERBORGH & SCHAİK, 2002, DRUMMOND; FRANCO; NINIS, 2006; BENSUSAN, 2006, SANTILLI, 2005; LITTLE, 2002; DIEGUES, 2000).

À época da instituição das primeiras UCs, antes do SNUC, era predominante a noção naturalista que de modo geral excluía a humanidade no que se compreende por *natureza* e assim prescrevia a retirada de grupos humanos dos espaços a serem conservados, tais como nos Parques Nacionais² (PARNA) e Florestas Nacionais (FLONA). A noção de que a degradação ambiental era produto da simples intervenção humana sobre o ambiente, acentuada pela desinformação ou carência de conhecimento científico sobre a natureza, era presidida pela exclusividade desse conhecimento para legitimar a compreensão do mundo. No entanto, foi esse o mesmo arcabouço conceitual a orientar o desenvolvimento das

² Embora os PARNA do Xingu e Araguaia tenham sido criados com permissão para permanência de povos indígenas, que representavam inclusive um atrativo a mais, na concepção romântica do bom selvagem (BARRETTO FILHO, 2004), há que se lembrar que povos indígenas eram considerados inferiores à civilização ocidental e, assim, equiparados à própria natureza (SANTOS, 2008b).

sociedades urbano-industriais que, em nome do progresso, legitimaram a destruição de florestas, a poluição de rios e a deterioração de tantos outros recursos naturais (SANTOS, 2009).

Hoje o SNUC abriga categorias que, mesmo com dominialidade pública, possibilitam a permanência de populações *tradicionais* em suas áreas e até mesmo consideram-nas justificativa para sua criação. No primeiro caso estão as Florestas Nacionais (FLONA), cujo regime de uso foi modificado quando da instituição do SNUC; no segundo as Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Dessa forma, a criação de novas categorias que vieram a se consubstanciar no SNUC e a própria modificação do regime de fruição de outras já existentes – FLONA, por exemplo – representaram a emergência e a disputa no campo ambiental de uma visão socioambiental que compreende a relação sociedade-natureza não como algo dicotômico, mas dialético. A problemática ambiental seria indissociável da problemática social (CARVALHO, 2006; LIMA, 2009).

Entretanto, penso que, por um lado, a diversificação de categorias de UCs no aparato legal não implica necessariamente em uma democratização dessa política conforme defende Santilli (2005) ao referir-se a um sistema “socioambiental”, posto que há categorias dotadas de viés autoritário, tais como os Parques Nacionais (PARNA), as Reservas Biológicas (REBIO) e as Estações Ecológicas (EE)³. Além disso, predomina ainda uma noção dicotômica sobre a relação sociedade-natureza, fruto da origem cientificista das UCs, haja vista a própria distinção entre grupos de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Por outro, salvo as limitações impostas nos marcos legais, ainda assim restariam dúvidas quanto à necessária correspondência entre a forma de gestão dessas áreas e os pressupostos teóricos e políticos que as originaram. Seria possível então pensar na possibilidade de que uma visão socioambiental operasse na gestão de categorias de UCs de fundamentação preservacionista, por exemplo, bem como na possibilidade de que uma visão conservadora permeasse a gestão de categorias concebidas em um arcabouço socioambiental.

Sendo a crise ambiental um produto social, não é possível falar nos objetivos das UCs sem considerar um profundo comprometimento com o campo educacional. Criar territórios para conservação não é suficiente se não se conduzir à transformação das relações sociais que atuam no cenário de produção da degradação ambiental e social que testemunhamos. Ela é assim uma dimensão essencial nas políticas públicas ambientais, incluindo-se aí as UCs.

³ As três categorias determinam a retirada de pessoas que vivem nas áreas onde são criadas e as duas últimas podem ainda ser criadas sem consulta pública.

A Educação Ambiental (EA) tem sido historicamente reivindicada para promover a valorização da natureza, a aquisição de conhecimentos e a construção de valores que possibilitem o enfrentamento desse quadro de crise ambiental (CARVALHO, 2006). A dimensão pedagógica relacionada aos problemas ambientais é, inclusive, uma demanda mesmo antes da formulação do que se pode chamar de *questão ambiental*, ou seja, desde as primeiras preocupações ambientais e, portanto, antes de uma política ambiental reconhecida como tal (PÁDUA, 2002; DUARTE, 2004).

No entanto, a depender do diagnóstico que se faz da problemática ambiental, a EA atende a interesses e concepções distintas, estando, assim como a educação de forma geral, em correspondência aos quadros sociais mais amplos a que pretende transformar ou manter (LIMA, 2005).

As orientações políticas e epistemológicas das UCs importam aqui porque, em primeiro lugar, por influenciarem processos sociais e territoriais reside nelas grande potencial educador. Isso porque em função de sua essência territorial, além de promover mudanças na dominialidade das terras, cada UC tem um regime próprio de fruição e requer a elaboração de normas e ações de gestão específicas, a serem organizadas em um Plano de Manejo. As ações de gestão de uma UC podem ainda limitar ou afetar o uso dos recursos naturais em áreas circundantes.

Além disso, a gestão da maior parte dessas unidades é acompanhada por um Conselho Gestor, seja ele consultivo ou deliberativo. A constituição de um colegiado representativo da sociedade para acompanhar ou deliberar sobre esse processo implica, ao menos teoricamente, na mobilização de diferentes setores da sociedade, permitindo a explicitação de conflitos socioambientais e disputas em torno do acesso aos recursos naturais.

Em segundo lugar, a heterogeneidade política e epistemológica a que me refiro não só representa visões distintas sobre a relação sociedade-natureza, como pode influenciar os processos pedagógicos que delas emanam, embora, como especulado antes, pode não ser determinante. Porque se as condições objetivas da realidade fossem o limite da ação, sua transformação seria impossível (SANTOS, 2007; MÉSZÁROS, 2009).

Assim, de uma perspectiva crítica e emancipatória, a EA deve se traduzir em processos que contribuam para a autonomia humana, a democracia e a justiça socioambiental. Por conseguinte, as UCs concebidas no marco de uma visão dualista entre sociedade e natureza representariam, ao invés de obstáculos, desafios para as práticas pedagógicas. Isso nos coloca a tarefa de pensar os contextos socioambientais relacionados a cada UC como pontos de partida para processos educadores ambientais, o que deve se refletir, por sua vez, diretamente no modo como essas áreas são criadas e geridas.

Diante disso, esta pesquisa objetivou discutir a configuração do contexto socioambiental de uma comunidade cabocla amazônica relacionada a uma UC para compreender os desafios pedagógicos que se colocam para essa política à luz de uma concepção crítica e emancipatória de EA. O estudo foi desenvolvido por meio de um estudo de caso com os moradores de uma comunidade cabocla amazônica, Santa Maria do Caiuê, localizada no município de Maués – AM na região do Médio Amazonas e abrangida territorialmente pela FLONA Pau-Rosa. Essa UC foi criada em 2001 à revelia das populações locais, ainda que com a determinação de consulta pública na lei como condição para sua instituição, e no escopo de um programa governamental para a expansão das Florestas Nacionais no país direcionado aos setores empresariais, ignorando-se o contexto socioambiental no qual está inserida.

A organização desta dissertação foi feita da seguinte forma. No Capítulo 1 apresentei os fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos que conduziram o desenvolvimento desta pesquisa, orientada pelo campo qualitativo, situando-me como pesquisadora a partir de minha trajetória enquanto aprendiz e profissional no campo das políticas públicas de EA. Discorri também sobre os caminhos que levaram à escolha e estruturação do problema de pesquisa e os passos para desenvolvê-la.

No Capítulo 2, percorri o trajeto histórico do pensamento ambiental no Brasil desde suas bases no período da colônia portuguesa até a fase do imperativo da integração nacional, de modo a elucidar questões de fundo que contribuíram para a concepção de políticas públicas territoriais como as UCs, bem como para a própria conformação do movimento ambiental brasileiro.

No Capítulo 3, abordei o processo de constituição do movimento ambiental brasileiro para evidenciar a relação de suas bases teóricas e políticas com a proposição das diferentes categorias de UCs. A partir desse trajeto discuti a relação das orientações do pensamento ambiental com as perspectivas pedagógicas da EA e para isso apresentei dois grandes campos teóricos em que se inscrevem as práticas pedagógicas, o conservador e o crítico e emancipatório. Situei também essas perspectivas ao longo da instituição das UCs desde os marcos legais que precederam o SNUC, abordando ao fim possíveis espaços e caminhos pedagógicos na gestão das UCs.

No Capítulo 4, apresentei a localidade onde foi realizada a pesquisa, a comunidade de Santa Maria do Caiuê, e a UC com a qual se relaciona, a FLONA Pau-Rosa, contextualizando-as na região onde se inserem, o município de Maués, no Médio Amazonas. Para isso fiz um breve histórico de colonização da Amazônia e da integração da região ao restante do país, situando nesse processo o estabelecimento das UCs. A formação sociocultural e política, bem como a caracterização socioeconômica foram aprofundadas para o município de Maués, relacionando-as ao contexto do estado do

Amazonas. A caracterização da comunidade de Santa Maria do Caiuê foi, sempre que possível, articulada a questões relacionadas ao município de Maués e à região como um todo. Ao final, discuti o processo de criação da FLONA Pau-Rosa e o estado atual de sua gestão, de forma a situá-la no panorama geral de criação de UCs no Brasil e problematizar alguns aspectos que comprometem uma perspectiva crítica sobre a questão ambiental.

No Capítulo 5, interpretei e discuti as informações construídas com os informantes ao longo da pesquisa, estruturando-as em eixos que podem se relacionar à dimensão pedagógica das UCs e, por conseguinte, a sua gestão. Na primeira seção discuti a relação do contexto socioambiental da comunidade com questões socioculturais, políticas e econômicas mais abrangentes sobre a região, inserindo essa relação na necessária missão da EA de promover a ampliação de olhares e desalinação dos sujeitos do processo pedagógico. A relação da tardia interação da gestão da FLONA Pau-Rosa com a comunidade em um possível processo de reforço de uma compreensão alienante sobre a realidade foi também debatida.

Na segunda seção, a relação entre conhecimento e protagonismo foi discutida a partir de visões sobre a validade dos conhecimentos e das possibilidades de ação expressas pelos sujeitos da pesquisa, aliadas às experiências locais que transformaram a vida da comunidade. Na terceira seção, problematizei as concepções de EA expressas no documento orientador da gestão de FLONAs a partir das questões debatidas nas seções anteriores, tendo como referencial o arcabouço conceitual crítico e emancipatório da EA. Com isso, discuti os canais possíveis e as mudanças necessárias no âmbito da gestão da UC para desenvolver processos pedagógicos comprometidos com a compreensão e intervenção crítica sobre a problemática ambiental.

1. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 PRINCÍPIOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Esta pesquisa assume princípios epistemológicos que compreendem o processo de pesquisa científica como um processo construtivo-interpretativo (GONZÁLEZ REY, 2005) no qual a pesquisadora assume um papel central no que se refere à responsabilidade pela construção das informações. Significa que os resultados da pesquisa, longe de se apresentarem como realidade absoluta, representam um momento de um desenvolvimento teórico que se constrói na tensão dialética entre o nível empírico e o aporte teórico da pesquisadora.

Parte-se de um referencial epistemológico em que a realidade, configurada em um sistema complexo que articula diferentes dimensões, não pode ser acessada diretamente, tampouco em sua totalidade. A racionalidade é uma forma de conferir inteligibilidade a esse sistema e, portanto, os aspectos da realidade que serão significados por meio da pesquisa científica são aqueles acessíveis às próprias práticas investigativas. Na medida em que essas práticas circunscrevem-se a campos teóricos limitados, o acesso à realidade é também por elas limitado. Dessa perspectiva, a construção de conhecimentos que abarquem a complexidade do real deve se fundar em uma pluralidade metodológica (SANTOS, 2010).

Ao longo da investigação, as situações empíricas são permanentemente confrontadas com o pensamento da pesquisadora e nessa relação está a fonte de novas construções. Isso implica que a construção de conhecimentos é algo processual, mas não pode ser compreendida como a apropriação linear de determinada realidade. Por outro lado, a legitimidade dos conhecimentos construídos dependerá de sua capacidade de viabilizar campos de inteligibilidade sobre a questão estudada que possibilitem tanto novas formas de compreensão quanto novas possibilidades de ação sobre a realidade.

Portanto, não existe nada que possa garantir, de forma imediata no processo de pesquisa, se nossas construções atuais são as mais adequadas para dar conta do problema que estamos estudando. A única tranquilidade que o pesquisador pode ter nesse sentido se refere ao fato de suas construções lhe permitirem novas construções e novas articulações entre elas capazes de aumentar a sensibilidade do modelo teórico em desenvolvimento para avançar na criação de novos modelos de inteligibilidade sobre o estudado, ou seja, para avançar na criação de novas zonas de sentido (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 7).

O estudo de caso nesse referencial epistemológico assume um valor importante na medida em que a pesquisa é concebida como processo de produção teórica, entendida aqui como “a construção permanente de modelos de inteligibilidade que lhe dêem consistência a

um campo ou um problema na construção do conhecimento [...]” ou em outras palavras os “[...] processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa”, tendo, em seu centro “[...] a atividade pensante e construtiva do pesquisador” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 11). Dessa forma, os conhecimentos construídos nos estudos de caso têm sua legitimidade através do modelo teórico em elaboração durante a pesquisa.

Assim, o estudo de caso pode assumir um papel importante no debate sobre processos pedagógicos em diálogo com UCs, já que a heterogeneidade de contextos sociais, econômicos e ambientais em que essas áreas protegidas se inserem no Brasil permite e exige uma produção teórica igualmente diversa e complexa.

A pesquisa é também concebida como um processo comunicativo por meio do qual os participantes se constituem em sujeitos na medida em que participam da investigação por motivações ou necessidades pessoais. Para esse protagonismo na investigação, é necessário que a pesquisadora faça do espaço da pesquisa um espaço de sentido para a pessoa que participa.

A legitimidade das informações produzidas ao longo da pesquisa depende também da configuração e da qualidade desse espaço de comunicação. De igual modo, o sentido conferido pelos participantes à forma de desenvolvimento da pesquisa, bem como o cenário social no qual ela ocorre influenciam a qualidade da informação produzida.

A dimensão teórica refere-se ao sistema de representações construídas ao longo da investigação sobre o real, o que possibilita não só sua compreensão a partir dessas representações, mas também a elaboração de outros campos de inteligibilidade. Significa dizer que a teoria não é concebida como um sistema de rótulos *a priori* a serem aplicados à realidade no nível empírico, mas um sistema aberto que se refaz na medida em que novos aspectos da realidade são considerados e reformulados na ação criativa do pesquisador.

As teorias, de fato, representam um facilitador para perceber uma gama de fenômenos empíricos, enquanto limita a percepção de outros. O pesquisador, por meio de sua capacidade reflexiva, é o responsável pelas mudanças da teoria ante a pressão da realidade estudada, mas tal pressão adquire forma somente por intermédio de suas reflexões, não deixando de representar um momento teórico (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 31).

O campo teórico se articula em dois níveis: um macro e um local. O nível macro comporta as representações mais abrangentes e não necessariamente se reflete diretamente no nível local. O nível local organiza as construções ao longo do processo de confrontação entre o empírico e o aporte teórico da pesquisadora. O nível teórico local se relaciona com o nível macro em termos de contradições e sustentações, possibilitando que as pesquisas particulares contribuam para a produção mais geral da ciência (GONZÁLEZ REY, 2005). Dessa forma, os conhecimentos produzidos localmente compõem um quadro

científico geral, possibilitando que sejam recriados e adaptados a outros contextos. Por outro lado, assumir a construção de conhecimento sobre uma realidade que é complexa implica considerar que o conhecimento não pode ser algo disciplinarizado ou fragmentado, mas articulado em uma totalidade por meio de temas que se interrelacionam (SANTOS, 2010).

No campo pedagógico que, de uma perspectiva crítica, vai ao encontro dos referenciais epistemológicos assumidos aqui – na medida em que o aprender é indissociável da produção de conhecimento – esses temas seriam os temas-geradores sobre os quais fala Paulo Freire.

Estes temas se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas (FREIRE, 2005, p. 108).

Importa colocar também que a pesquisa científica, por ser um processo interpretativo e assim dotado de um considerável componente subjetivo, é dotado de uma perspectiva política. Portanto, não há imparcialidade na prática investigativa nem conhecimentos neutros e absolutos sobre a realidade.

1.2 MEU LUGAR NA PESQUISA

Considerando os fundamentos desta pesquisa em uma perspectiva construtivo-interpretativa, é importante falar sobre o lugar de onde falo como pesquisadora, desde meu campo de ação atual até experiências prévias que orientaram a construção deste trabalho.

A decisão de fazer esta pesquisa na Amazônia, no contexto de comunidades caboclas, e relacionada à FLONA Pau-Rosa tem necessariamente relação com o fato de eu integrar a equipe gestora dessa UC desde outubro de 2009 como servidora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A construção do problema de pesquisa foi feita no curso de minhas primeiras aproximações com meu novo campo de trabalho e com a imersão na vida amazônica.

O olhar que orientou minha relação com o tema de gestão de UCs foi fruto da experiência de quase cinco anos na formulação de políticas públicas de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, no período de 2004 a 2009.

Essas políticas pautavam-se no campo crítico e emancipatório da EA e propunham articular as diferentes linhas pedagógicas que o constituíam em programas e projetos direcionados a promover uma compreensão crítica e sistêmica sobre a problemática

ambiental e fortalecer as iniciativas pedagógicas locais que caminhassem nesse sentido. Dessa maneira o Estado estaria desempenhando seu papel de fortalecimento dos diferentes atores sociais na auto-gestão dos territórios ao tempo em que educaria para formar uma sociedade responsável pelo mundo que habita (SORRENTINO *et. al.* 2005).

Nessa perspectiva, a política pública de EA deveria estar comprometida com uma

“sociologia das emergências” (Santos, 2002), como estratégia para superar o paradigma da racionalidade instrumental que operou, no Brasil e no mundo, silenciamentos opostos à participação, à emancipação, à diversidade e à solidariedade (SORRENTINO *et. al.*, 2005, p. 287).

Sendo as UCs territórios formulados pelo Estado, em resposta ou não a demandas da sociedade civil, deveriam sob essa perspectiva e enquanto parte da política pública ambiental, articular-se ao propósito de gerar as condições para o empoderamento e emancipação social. Desse ponto de vista iniciei minha experiência enquanto integrante da equipe gestora de uma FLONA e a partir daí, também como pesquisadora, desenvolvi o problema de pesquisa que levou à realização deste trabalho.

1.3 A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

1.3.1 Primeira aproximação

Meu primeiro contato com as pessoas que vivem na comunidade de Santa Maria do Caiué havia sido durante uma viagem ao rio Paraconi, limite oeste da FLONA Pau-Rosa, como integrante da equipe⁴ do ICMBio. Eu ocupava um lugar institucional e tinha naquele momento a missão de elucidar brevemente o funcionamento da gestão das UCs e, especificamente, a categoria de Floresta Nacional.

Aquela era a terceira ocasião, desde a criação da FLONA em 2001, que aquelas pessoas recebiam uma visita da equipe do ICMBio. Por coincidência, nossa viagem foi guiada pelo Sr. Valter, coordenador do conjunto de comunidades ao longo do rio Paraconi e Paraná do Urariá – o Setor Paraconi, organizado pela Igreja Católica.

Eu já conhecia um pouco da realidade daquelas comunidades por meio do relatório sócio-econômico produzido para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo (HIGUCHI, 2009), pesquisa essa que havia sido, inclusive, a oportunidade de primeiro contato, na área da FLONA Pau-Rosa, das comunidades com o ICMBio, que acompanhou a expedição científica.

⁴ A equipe era composta por mim, como uma das servidoras da FLONA Pau-Rosa e por outra colega vinculada à equipe da Coordenação Regional em Manaus.

Ao chegar a cada uma das comunidades, éramos recebidas de formas diversas. Algumas vezes eu sentia as pessoas mais “desconfiadas”, mas de forma geral o clima era sempre amistoso, especialmente porque Sr. Valter era uma das lideranças locais cuja atuação era muito bem vista. O silêncio e a aparente pouca vontade para o diálogo eram os principais indicadores dessa postura mais “desconfiada” e provavelmente se explicavam em muitos casos porque a atuação dos fiscais do IBAMA tem repercussão negativa diante de muitas pessoas e comunidades que usam diretamente os recursos naturais, especialmente quando se tratam de comunidades moradoras em locais abrangidos por UCs. Trabalhos como Torres e Figueiredo (2005) e Ioris (2000) explicitam bem essa questão, tratada no Capítulo 3.

Em Caiué, assim como nas demais comunidades, o silêncio inicial após nossas primeiras falas era interrompido – muitas vezes com a ajuda do Sr. Valtinho – com algumas perguntas sobre o que se podia ou não fazer na área, tendo em vista que ali era a “Reserva” do Pau-Rosa. Talvez muitas outras perguntas não tenham sido feitas por se ter receio das respostas. Ali eu representava para aqueles moradores também uma fiscal ambiental aos moldes da atuação do IBAMA, que por sua vez tem reputação ruim entre muitas comunidades em função de sua postura repressora e por vezes violenta no trato com grupos sociais que dependem do acesso direto aos recursos naturais.

Durante as visitas fui percebendo que o pouco entendimento das pessoas sobre a gestão das UCs era o sinal mais claro do distanciamento do órgão gestor – antes IBAMA e agora ICMBio – em relação não só às pessoas que vivem na região como à própria área da unidade. O fato de saberem que vivem em uma “reserva” e não terem acesso a informações sobre o que isso significaria em termos legais e operacionais representava mais um abandono do Estado nas distantes áreas amazônicas.

Ao longo das visitas durante essa viagem e de conversas anteriores com agricultores e instituições ligadas à produção agropecuária em Maués, identifiquei uma questão que me parecia relevante de se levar a uma investigação mais profunda. A produção do guaraná é estimulada por uma política de financiamento atrelada ao uso de variedades clonadas produzidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e vinculada a algum apoio e à compra da produção pela Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV).

Havia relatos de que para o produtor esses mecanismos não eram satisfatórios, já que as mudas deveriam ser compradas a preços altos. As vantagens seriam uma produtividade maior da safra. No entanto, ao contrário das variedades tradicionais, produzidas pelos agricultores por sementes retiradas da floresta, a durabilidade das plantas clonadas não seria tão longa e ainda havia a necessidade de fertilizantes.

A intenção era investigar essa questão, que era econômica, política e perpassava o território da UC, para discutir tanto seus efeitos disso para a conservação ambiental como

as necessárias implicações para o campo pedagógico formulado no âmbito da gestão das UCs.

1.3.2 A reformulação do problema de pesquisa

Apesar da produção do guaraná ter sido pensada como o ponto de partida para as reflexões desta pesquisa, foi a origem da comunidade de Santa Maria do Caiaué e o contexto socioambiental atual que apareceram como questões relevantes no momento em que fui a campo. A seguir explico o que levou a essa mudança.

Em março de 2011 apresentei os objetivos da pesquisa para os coordenadores de 13 comunidades do rio Paraconi durante um encontro de formação de lideranças religiosas em Maués, baseada na construção inicial do problema de pesquisa. Após a autorização para que eu visitasse as comunidades como pesquisadora, decidi iniciar pela comunidade de Santa Maria do Caiaué, por eu ter ali uma aproximação maior com os moradores.

Ao chegar e iniciar a aproximação com os moradores nas primeiras conversas, constatei que nessa comunidade havia poucos produtores de guaraná e que a maioria não utilizava as mudas clonadas. Contudo, percebi que havia peculiaridades locais que tornariam interessante, em termos de aprofundamento no contexto local, permanecer durante todos os dias de minha estada em Caiaué.

Ali uma questão havia me chamado a atenção: a origem da comunidade. As primeiras famílias que iniciaram a agregação dos moradores eram da etnia Munduruku e os filhos mais jovens desses casais, que têm recordações dos primeiros tempos, hoje são os mais idosos da comunidade.

Essa questão me parecia relevante especialmente porque havia uma aparente negação ou desinteresse sobre essa dimensão histórica e cultural por parte de muitas daquelas pessoas. Contudo, havia a tentativa de valorização e de trazer isso à tona por parte de outras. Optei então por aprofundar nas questões, temas e dimensões que constituíam o dia-a-dia e a história daquelas pessoas, naquela comunidade, para com isso discutir os desafios e oportunidades pedagógicas que se colocam para a gestão das UCs.

Durante esse caminho, outras questões foram surgindo e se articulando umas às outras. A partir delas, construí eixos de debate para orientar a reflexão sobre os desafios da EA formulada no âmbito das UCs.

1.4 PRODUÇÃO DOS DADOS

1.4.1 Mapeamento documental

Para o referencial teórico, foi feita a revisão bibliográfica sobre trabalhos relacionados ao tema ambiental, especificamente sobre o pensamento ambiental brasileiro, o movimento ambientalista e seus desdobramentos na concepção das áreas protegidas e da EA brasileira. O conjunto desses trabalhos é uma fonte diversificada e complementar sobre os temas.

No tema sobre o pensamento ambiental, muito contribuíram as pesquisas de José Augusto Pádua, José Luiz de Andrade Franco, José Augusto Drummond e Henry Trindade Barretto Filho, este com destaque para a área de UCs. Os trabalhos de Maurício Torres e Wilsea Figueiredo, e Edviges Marta Ioris também orientaram as reflexões sobre as UCs. No campo da EA, trabalhos de Isabel Cristina Moura Carvalho, Marcos Sorrentino, Carlos Frederico Loureiro, Gustavo Lima e Mauro Guimarães foram importantes para delinear o campo da EA crítica e emancipatória. As obras de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos estão na base deste campo.

Foram também pesquisados trabalhos e documentos relacionados aos campos socioeconômico, ambiental e histórico da Amazônia e da região do baixo e médio Amazonas, especificamente sobre Maués. Dentre a bibliografia utilizada, destaco trabalhos de Samuel Benchimol, Djalma Batista, Arthur César Ferreira Reis e Exedito Arnaud, bem como pesquisa realizada por Mariana Pantoja na região e, ainda, publicações do IBGE. Além disso, foram levantados documentos e informações institucionais sobre a FLONA Pau-Rosa.

1.4.2 Trabalho de campo

O trabalho de campo compreendeu minhas viagens à cidade de Maués e à área propriamente da FLONA Pau-Rosa – durante as quais exerci os papéis de gestora e pesquisadora – e a viagem destinada exclusivamente às entrevistas desta pesquisa com os moradores da comunidade de Santa Maria do Caiuá, de acordo com o item 1.3.2 no qual abordei a reformulação do problema de pesquisa. Assim, é importante colocar que houve contingências de campo que impossibilitaram um tempo maior de entrevistas e, portanto, um aprofundamento sobre as questões que constituem o contexto socioambiental dessa comunidade.

Dentre elas, destaco o próprio trajeto sinuoso da elaboração do problema de pesquisa e, associado a este, as condições para que o trabalho de campo fosse mais longo: não há

barcos de linha da cidade de Maués para essa localidade – são cerca de 14 horas com barco regional – e para se chegar lá há que se conseguir carona com outros barcos. Após chegar à cidade de Maués e buscar espaço para apresentar os objetivos da pesquisa às lideranças comunitárias, consegui apoio do Padre Carlos Góes para realizar a viagem no barco da Paróquia de Maués com o Padre Dorival, que estava a visitar as comunidades naquele período.

Em função do período decorrido para chegar à cidade de Maués, conseguir espaço para a autorização da pesquisa e a saída do barco para o rio Paraconi – cerca de 5 dias – o tempo que tive disponível para permanecer na comunidade foi de apenas uma semana, pois na sequência os moradores se deslocariam para a comunidade de Frente São Jorge, no paraná do Urariá, para a realização do encontro religioso mensal – Rebanho. Portanto,  também  luz desse cenário que devem ser considerados os resultados desta pesquisa.

1.4.3 Entrevistas

Durante as entrevistas, utilizei dinâmicas conversacionais abertas. Como a intenção era aprofundar com os participantes sobre questões do seu dia-a-dia e do contexto socioambiental da comunidade, as conversas se desenrolavam muitas vezes a partir do que se estava fazendo no momento. Assim tentei fazer com que os entrevistados ficassem  vontade para manifestar questões relevantes sobre suas vidas, tanto em nível individual quanto familiar ou coletivo – comunitário.

Nesse sentido, algumas conversas iniciaram com o assunto da produção ou da alimentação, outras com o tema da origem da família do entrevistado e de como era a vida em tempos anteriores; outras ainda com perguntas minhas sobre um tema já antes tocado em outro momento e que me interessavam por considerar possível relacioná-lo ao campo socioambiental.

Sr. Valter foi o primeiro informante, por ser uma reconhecida liderança na comunidade, de acordo com as falas de todos os moradores com quem eu havia estabelecido conversas prévias. Por isso, ele também me acompanhou como guia na comunidade, apresentando-me aos demais moradores e indicando-me potenciais informantes sobre a história e contexto da comunidade.

Esse foi um papel importante, tendo em vista que além de legitimar a rede de informantes, facilitou o diálogo e o desenrolar de algumas entrevistas. De forma geral os moradores da comunidade eram mais receptivos e sentiam-se mais à vontade de estabelecer um diálogo comigo quando Sr. Valter estava presente; ele funcionava como um facilitador das entrevistas. No total, foram entrevistados 22 moradores da comunidade de

Santa Maria do Caiuá e também o pároco da Igreja Católica de Maués, mas consideradas nesta pesquisa os trechos das entrevistas que contribuíram para o desenvolvimento das reflexões no escopo deste trabalho.

2 ORIGENS DO PENSAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO

Poderíamos dizer que é já na essência e na motivação da colonização europeia no Brasil que reside o início, aqui, e a continuidade, mundial, do que futuramente seria formulado como a base da crise ambiental. Aliás, simbolicamente, é na nomeação “Brasil” que poderíamos identificar a essência dessa colonização: mercantilista, exploratória e exportadora. O historiador José Augusto Pádua estudou profundamente a emergência da percepção sobre os problemas ambientais no período colonial e da crítica ambiental a ela relacionada, pelo quê seus trabalhos serão largamente utilizados aqui.

É a partir do pensamento ambiental brasileiro, considerando as rupturas históricas e as influências externas, que se configurará nas décadas de 1970-1980 o movimento ambientalista e se instituirão as UCs enquanto política pública territorial organizada em um só instrumento jurídico. Portanto, para se compreender as origens e diferentes perspectivas teóricas e políticas das UCs, considero importante resgatar neste capítulo as bases conceituais que posteriormente contribuíram para moldá-las tal qual previstas no SNUC, ainda que, novamente, tenham surgido de motivações distintas e por vezes antagônicas.

2.1 AS ORIGENS DO PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL COLÔNIA

A colonização europeia, em sua maior parte portuguesa, objetivava a simples, porém não trivial, exploração das terras brasileiras com o único fim de fornecer produtos para o mercado europeu e sustentar os Estados-Nação ibéricos. O projeto mercantilista encontrava-se em expansão nas novas colônias que, portanto, cumpriam o papel de campos de produção, nas quais a natureza a ser conhecida e desbravada forneceria um rol de novos itens a serem explorados, produzidos e comercializados.

Pádua (1987) aponta que no início desse processo era possível indicar dois grandes interesses no “descobrimento” das naturezas do Brasil: aquele guiado pelo espírito renascentista, curioso pelos novos conhecimentos sobre as terras, fauna e flora; e outro motivado pelas conversões monetárias possíveis a partir da natureza, ou seja, pelos produtos a serem encontrados na nova colônia.

A natureza tropical do Brasil era muito diferente e, por vezes, assombrosa e fantástica para os novos visitantes. Os relatos dos viajantes mostravam perplexidade sobre os atributos naturais encontrados, narrando sobre frutas, plantas, animais e rios. Essas novas terras eram comparadas ao Éden, haja vista a fartura de alimentos, o clima agradável e a saúde de seus habitantes. No entanto, o olhar que prevaleceu sobre esse novo “paraíso” foi o olhar mercantilista, ainda que permanecesse o discurso exaltado sobre a natureza. Essa

estranha concorrência, na verdade, não era uma disputa, mas uma dupla necessária para, “obscurecer a prática, desviando o olhar de uma realidade que violenta tudo o que é idealizado na teoria.” (PÁDUA, 1987).

Esse autor relata um trecho escrito por Frei Vicente Salvador no início do século XVII, que coloca como obra do “demônio” a escolha do nome Brasil⁵, em contraposição ao escolhido pela Igreja Católica – Santa Cruz. Dessa forma:

Frei Vicente talvez não percebesse – ou talvez percebesse muito bem – toda a dimensão simbólica do que havia dito, ao associar a vitória do nome “Brasil” com o início problemático da nova colônia [...] Pois o pau-brasil não era uma árvore qualquer, mas sim o primeiro elemento da natureza brasileira passível de ser explorado em larga escala para benefício do mercantilismo europeu (PÁDUA, 1987, p. 18).

Embora no início da colonização se verifiquem críticas como essa, foi só no fim do século XVIII que iniciaram, de forma mais contundente, formulações embrionárias de uma crítica ambiental no Brasil. Elas foram provavelmente influenciadas pela percepção da crise econômica que a colônia enfrentava em função do modo de produção vigente e da intensa depleção de recursos naturais dele decorrentes. Os autores dessas manifestações foram intelectuais em sua maioria nascidos no Brasil, formados em Portugal e participantes da escola de pensamento iluminista. Muitos deles estiveram envolvidos, em algum momento de sua trajetória, na administração pública seja na metrópole ou na colônia. Muitos foram também pupilos de Domenico Vandelli, naturalista italiano que discursou sobre os danos ambientais na metrópole e no Brasil com base nas informações que os viajantes lhe enviavam. Dentre eles estão Alexandre Rodrigues Ferreira, Baltasar da Silva Lisboa, José Gregório de Moraes Navarro e José Bonifácio (PÁDUA, 2002).

O pensamento iluminista foi inserido em Portugal pelo próprio Estado a partir de meados do século XVIII, como forma de modernização cultural e econômica e como instrumento de progresso científico. No entanto, sua implantação também enfrentou resistências no próprio governo, impedindo que uma cultura ilustrada radical lograsse êxito. Apesar disso, a cultura iluminista luso-brasileira foi o berço da constatação das relações do cenário de crise econômica com a degradação ambiental e foi influenciada, no campo econômico, pela escola fisiocrata⁶; no campo científico, pela economia da natureza; e, no campo cultural, ainda que sem um papel decisivo, pelo Romantismo.

⁵ De acordo com Ribeiro (2005) as novas terras eram conhecidas por Ilhas Brasil mesmo antes do “descobrimento”, mas sem detalhes sobre a origem dessa denominação.

⁶ A escola fisiocrática via na produção primária agrícola e, portanto, teoricamente, na conservação ambiental, a fonte de riqueza de um país.

2.1.1 Degradação da natureza e a crise do desenvolvimento

No Brasil do século XVIII a produção de metais estava em escassez e os métodos rudimentares utilizados acentuavam esse quadro. A mineralogia havia se tornado prioridade, graças a um considerável desenvolvimento então existente das ciências naturais em Portugal. Por outro lado, era necessário incrementar a produção agrícola, caracterizada por sua baixa eficiência; as revoluções em curso em outras colônias, desarticulando centros de monopólio de agricultura, abriam a possibilidade de competição para o Brasil, o que tornava ainda mais premente a necessidade de modernização da produção (PÁDUA, 2002).

Essa modernização agrícola seria articulada em duas dinâmicas de cunho científico: aclimatação de espécies exógenas com potencial econômico e aprofundamento do conhecimento sobre a natureza brasileira, com foco na utilidade econômica das espécies “descobertas”. Como exemplo da primeira, situavam-se os jardins botânicos, cujas iniciativas foram mais tardias no Brasil que em colônias de outros países europeus, tendo sido somente em 1798 que o primeiro horto foi de fato implantado em Belém⁷.

O conhecimento do que se pode chamar hoje de biodiversidade brasileira era incipiente no Brasil. Ao passo que, desde o século XVI, já eram publicados estudos sobre a utilidade de minerais, da fauna e da flora nas colônias asiáticas, no Brasil existiam apenas os relatos fragmentados dos cronistas. Esse atraso poderia decorrer do fato de que as terras brasileiras foram muito mais substrato para uma economia de produção de espécies exóticas, como cana-de-açúcar e algodão, do que de cultivo de plantas locais. Tal modelo de produção havia colocado o Brasil atrás de outras potências coloniais na medida em que essas espécies eram, já no século XVIII, largamente produzidas em outras regiões, aumentando a concorrência internacional. Diante disso, era importante a descoberta de espécies nativas no Brasil que pudessem ter valor econômico.

Assim é que a dimensão econômica da necessidade de conhecer a natureza encontrou terreno fértil na mentalidade científica emergente na Europa. Mesmo com algumas limitações financeiras, expedições científicas foram realizadas tanto para o interior de Portugal quanto das colônias, objetivando a pesquisa mineralógica e botânica. A partir dessas expedições em terras brasileiras os viajantes começaram a perceber que muitos recursos naturais estavam sendo perdidos mesmo antes de serem conhecidos e direcionados a algum fim que beneficiasse a coroa portuguesa (PÁDUA, 2002).

Inicia-se desta maneira o desenho de uma crítica à destruição ambiental resultante do modo de ocupação e exploração do País. A economia de exploração predatória intensa e de subocupação dos territórios não permitiria que a colônia se desenvolvesse e gerasse

⁷ Embora o passeio público do Rio de Janeiro tivesse sido construído na década de 1780, suas funções eram mais urbanísticas que botânicas.

grandes riquezas para a metrópole. O método de derrubada e queimada era considerado muito prejudicial, pois as terras duravam cerca de três anos, após o quê deveriam ser derrubadas novas matas. As madeiras queimadas, especialmente aquelas nas bordas dos rios, por sua facilidade de transporte, poderiam ser mais úteis para a indústria naval e a marcenaria. A produção de açúcar demandava alto consumo de madeiras grossas para alimentar as fornalhas, o que promovia rapidamente o esgotamento de madeiras nos povoados e arredores dos engenhos (DEAN, 1996).

Pádua (2002) considera Baltasar da Silva Lisboa⁸ como o primeiro crítico no Brasil do grupo de intelectuais citados anteriormente. Seu discurso em 1786⁹ pode ser considerado o marco da síntese do que seria a crítica ambiental nas próximas décadas. De modo geral, partia-se da confiança ilimitada nos poderes da ciência ocidental, que despontava no contexto iluminista, para salvar a economia tanto de Portugal quanto do Brasil. As melhorias poderiam ocorrer em diferentes setores, como a agricultura, que poderia ser melhorada com novas técnicas e uso de arados; a produção de açúcar, cujas fornalhas deveriam ser mais eficientes, utilizando menos lenha; e a infra-estrutura. Portanto, o necessário para corrigir os descaminhos da degradação era empreender a modernização dos meios de produção, intensificar a eficiência da exploração das florestas e rios – jamais deixar de utilizar esses recursos – e diminuir paulatinamente o trabalho escravo.

As críticas de Baltasar não condenavam a exploração em si dos recursos, mas a forma como era feita. Do ponto de vista fisiocrático, era justamente por meio das produções naturais que o País poderia se desenvolver. A questão era conciliar o progresso econômico com a conservação da natureza, garantindo a possibilidade de riquezas mais duradouras. Era explícito, portanto, o ponto de vista utilitarista sobre os recursos naturais (PÁDUA, 2002).

No campo teórico, o embasamento que permitiu essas formulações foi articulado ao surgimento de uma visão científica sobre o mundo natural a partir de uma *economia da natureza*. A compreensão do mundo a partir das relações entre as espécies e seu meio físico, com funções entre si bem definidas, e a existência de certo equilíbrio operando entre esses elementos em um nível geral, suplantava a noção da compreensão estática sobre a natureza. A dimensão deísta não desaparecia, pois todos os seres seriam obra divina, mas haveria agora uma compreensão da dinâmica relacional e interdependente entre eles, permitindo a noção de ciclos dentro de um sistema. Era necessário, então, descrever e desvelar essa relações (PÁDUA, 2002).

⁸ Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia e foi um dos discípulos de Domenico Vandelli em Portugal.

⁹ A obra é intitulada *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*.

A noção de natureza como um sistema imbuído de um pré-equilíbrio dinâmico permitiu uma abordagem mais robusta dos danos ambientais advindos do modo de exploração humana. Esses conceitos possibilitaram surgir, por exemplo, a teoria do dessecamento, utilizada para relacionar a destruição da vegetação nativa com a secagem de mananciais e a redução das chuvas e da umidade. Tal teoria tomou grande importância no fim do século XVIII, não só porque foi ao encontro de novas idéias da época, que tratavam da influência do clima sobre os povos e a cultura, mas porque relacionava um problema ambiental de origem humana ao destino econômico de uma sociedade, no caso, colonial.

Isso fez com que certo valor ambiental fosse incorporado por vários autores ao projeto fisiocrata. É curioso, no entanto, a contradição existente nesse projeto, já que ter como fonte de riqueza a produção agrícola poderia implicar no aumento da degradação em função de um produtivismo exacerbado (PÁDUA, 2002).

Na esfera específica da administração pública a crítica ambiental também encontrou espaço. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando Ministro da Marinha e Ultramar em Portugal entre 1796 e 1801, foi bastante influenciado pelas manifestações sobre a necessidade de defesa dos recursos naturais, especialmente de estoques de madeira para a navegação. Alguns dos intelectuais formados em Coimbra e pupilos de Domenico Vandelli tinham relações com Sousa Coutinho; havia um círculo intelectual de comunicação direta com dirigentes do Império. Alguns desses intelectuais foram inclusive solicitados por ele para missões científicas ou de aprofundamento sobre a realidade dos cantões do Brasil. As informações retornadas ao ministro serviam de base para decisões na forma de orientações e cartas régias enviadas ao Brasil. Deste modo, a problemática ambiental descrita por esses informantes era incorporada ao projeto mais amplo de governo da colônia pela coroa portuguesa.

Outra questão que influenciou paralelamente a tomada de decisões na esfera do uso dos recursos naturais por esse ministro foi o fato de que a Europa ainda passava por guerras após a Revolução Francesa e as matérias-primas para recursos militares, tais como navios de guerra, eram essenciais para a manutenção do poder e da soberania dos Estados. É certo que desde o século XV a questão da conservação desses recursos já aparecia como tema relevante na Europa. Em 1664 a publicação de John Evelyn¹⁰ argumentava a necessidade de conservação das florestas como recurso para a manutenção da integridade da Inglaterra enquanto nação. Esse trabalho influenciou as intervenções do Estado francês em 1669, por Colbert, ministro do Rei Luís XIV, na regulação de águas e florestas, abrangendo inclusive propriedades privadas. Os fundamentos dessas ordenações eram a garantia dos recursos naturais necessários à manutenção da segurança e do poder

¹⁰ A publicação chama-se *Discourse of Forest-Trees and the Propagation of Timber in his Majesty's Dominions*.

nacional, e tornaram-se referência para legislações em outros países da Europa e suas colônias (PÁDUA, 2002).

Esse contexto de debate sobre o esgotamento de recursos naturais e suas implicações para a produção de riquezas e recursos militares era, portanto, ainda atual no século XVIII. Na realidade, regulamentos sobre a exploração de madeira na colônia já haviam existido, como o “Regimento do Pau-Brasil”, de 1605 (DEAN, 1996; MEDEIROS, 2006). Todavia, a expressão da preocupação ambiental na esfera pública no Brasil se fortaleceu no século seguinte por meio das regulamentações e cartas régias baixadas na vigência de Rodrigo de Sousa Coutinho. As intervenções do Estado tiveram ainda uma motivação a mais: suas idéias de que o império luso deveria ser federalizado e o Brasil tornado a sede da coroa portuguesa. Nesse sentido, houve não só regulamentações por meio de cartas régias como o envio de orientações a governadores e dirigentes no Brasil sobre as modificações necessárias no modo de produção e no uso de determinados recursos naturais (PÁDUA, 2002).

Conforme pontuado antes, o teor dessas determinações não representava nem mesmo no Brasil novidade na temática ambiental ao se apropriarem e condicionarem o uso de recursos naturais (MEDEIROS, 2006). No entanto, traziam a inovação, segundo Pádua (2002), de abranger, mais do que *recursos específicos*, o objeto *área*. Assim, por exemplo, a famosa carta régia de 1797 tornava do Estado as extensões de mata ao longo de rios, o que poderia em certa medida ser comparado às atuais Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essas áreas ficavam às margens de rios que desembocavam no mar ou na costa brasileira, áreas estratégicas para o escoamento da madeira.

Além disso, tais ordenamentos determinavam a obrigação de proprietários rurais de conservarem as matas e madeiras reais em suas propriedades, prevendo também a desapropriação de sesmarias já concedidas. Encontraríamos, em alguma medida, correspondentes atuais, respectivamente, à Reserva Legal e ao instrumento da desapropriação passível de utilização na gestão de UCs. A motivação estatal da proteção dessas áreas era exclusivamente utilitária e econômica, de modo a garantir a manutenção do poder do próprio Estado.

Outra questão que apareceu na matriz da crítica ambiental foi a escravidão, vista como atraso ao desenvolvimento da colônia, posto que, como método rudimentar, compunha um quadro geral de atraso no desenvolvimento da economia. Do ponto de vista fisiocrático, esse regime promovia o ócio e o descaso dos proprietários rurais, o que seria contrário à ordem do dia de aumentar a produção nas propriedades.

A regeneração econômica e social do país passava pelo surgimento de um agricultor responsável e bem informado, ciente dos desenvolvimentos observados nas ciências naturais e interessado no progresso coletivo. Ou seja, uma ética do trabalho agrícola em tudo oposta ao descaso predatório da elite colonial (PÁDUA, 2002, p. 47).

José Bonifácio teve destaque na elaboração da crítica ambiental brasileira e no questionamento e oposição ao escravismo¹¹. Segundo Pádua (2002), foi ele quem inaugurou o nexos causal entre escravidão e destruição ambiental. A questão central era que o uso de escravos não era algo fortuito, mas um recurso necessário à manutenção do modelo de produção rural com base no latifúndio. Este, por sua vez, era a base da produção exploratória e causa primária da destruição das florestas e garantido pela facilidade de obtenção de grandes extensões de terras. A percepção da inesgotabilidade dos recursos naturais e a noção, talvez decorrente do modelo geral de ocupação da colônia, de que não era preciso cuidado com a terra, impulsionavam esse modelo.

Romper com o sistema escravagista colonial era essencial para que a população afro-brasileira fosse incorporada na dinâmica econômica da colônia, otimizando o sistema e promovendo benefícios indiretos no trato com os recursos naturais, uma vez que se acreditava que a terra seria mais bem trabalhada por agricultores livres e interessados na produção. Isso porque era a própria existência da mão-de-obra escrava e a conseqüente falta de interesse tecnológico que propiciavam o método depredatório de trabalhar a terra, em grandes extensões. Abandonava-se uma área na medida em que se percebia sinais de infertilidade, indo-se em direção a novas matas para a derrubada e queimada. Nesse sentido,

[...] a pequena propriedade familiar apresentaria uma tendência natural para o correto aproveitamento das terras já abertas, poupando as grandes reservas florestais ainda existentes. Ela seria um fator de estabilização da fronteira da agricultura e de fixação das famílias nas suas propriedades, dando origem a um círculo virtuoso de aprimoramento tecnológico e aperfeiçoamento social – dando origem, na verdade, ao processo de construção de uma verdadeira nação pós-colonial (PÁDUA, 2002, p. 76).

No entanto, verifica-se que a preocupação com a escravidão e o modo de vida dos escravos estava longe de ser uma questão social, mas predominantemente econômica. Não se tratava, portanto, de uma reivindicação por direitos humanos. No máximo se poderia discursar sobre a amenização do sofrimento dos escravos ao se propor a modernização do campo com a introdução de arados. Mesmo assim, a melhoria das condições de vida dos servos era apenas resultado da modernização que se fazia premente para melhorar a produtividade no campo.

¹¹ José Bonifácio formulou suas idéias sobre o tema durante o período de sua formação em Portugal, atuando intelectualmente a partir do Brasil somente no início do século XIX.

É fato que algumas manifestações de intelectuais aproximaram-se, em alguns discursos, de uma dimensão mais humanista na crítica à escravidão. No discurso de João Severiano Maciel da Costa, no início do século XIX, por exemplo, estava presente “a idéia de que o escravismo era ofensivo à humanidade, contrariando o princípio de que os homens nascem livres” (PÁDUA, 2002, p. 124). No entanto, essa posição de aparente fundo ético se contradisse quando Maciel da Costa colocou no mesmo discurso, com tom racista, o risco de a contínua importação de escravos negros levar à mistura da raça africana com a “bela” raça portuguesa, confundindo-se então o império português com a própria África.

Assim, de modo geral o cerne da discussão permanecia na questão econômica do Brasil:

[...] não seria possível fazer avançar economicamente uma sociedade calcada no trabalho servil. [...] A monocultura exportadora, estreitamente ligada ao sistema escravista, provocava uma falsa prosperidade, pois fragilizava a capacidade nacional para a subsistência (PÁDUA, 2002, p. 125).

A pacificação dos índios também era tarefa a ser cumprida, considerando os mesmos benefícios trazidos pela incorporação da mão-de-obra africana no sistema econômico, bem como o aproveitamento de seus conhecimentos sobre a natureza. A forma mais eficiente de inseri-los no circuito da sociedade colonial era tornar suas as necessidades de consumo dos brancos. Com isso, seriam introduzidos também ao modo de produção, podendo assumir o cultivo de itens necessários ao comércio mercantilista. Em troca dos novos itens de consumo forneceriam os conhecimentos sobre a natureza, bastante limitados entre os brancos e indispensáveis ao projeto de progresso elaborado para o Brasil (PÁDUA, 2002).

No entanto, a cultura indígena, na qual foram gerados conhecimentos que poderiam ser a mola propulsora da singularidade do Brasil nas aspirações fisiocratas, era considerada inferior em relação à cultura européia. José Bonifácio, embora descartasse a superioridade das raças, considerava que todos os seres humanos seriam capazes de se educarem para uma cultura européia “civilizada”. Assim, não havia que se falar em diversidade cultural, mas em inferioridades culturais em relação aos europeus, decorrentes dos contextos ambientais e sociais de desenvolvimento. No projeto colonialista, numa perspectiva apontada por Boaventura de Sousa Santos, enquanto a natureza simbolizava a exterioridade, os indígenas simbolizavam a inferioridade (SANTOS, 2008b).

Esta era a razão pela qual a violência despendida contra os indígenas deveria ser cessada, já que havia sido a pior estratégia de lidar com esses povos. Na verdade, “uma correta estratégia de assimilação tinha que passar pelo esforço de entender o seu modo de vida e, a partir daí, desenhar formas eficazes de atraí-los para o mundo civilizado” (PÁDUA,

2002, p.148). Isso, por sua vez, estava diretamente ligado à estratégia de conquistá-los por meio do consumo de itens da cultura européia.

Ademais, do ponto de vista desses intelectuais, a abundância de recursos naturais na qual os povos indígenas haviam se desenvolvido eram a causa de sua “preguiça” e pouco esforço laborioso, sendo esse um dos componentes gerais da degradação e baixo progresso da colônia. Por isso havia que se ter cuidado para não permitir que esses povos estabelecessem-se em terras fartas, para assim induzi-los ao trabalho na terra de modo a garantir seu próprio sustento e excedentes para o comércio.

A defesa da abolição da escravidão foi fortemente argumentada ao longo das duas primeiras décadas do século XIX por José Bonifácio. A questão da homogeneização do povo brasileiro acompanhou seus argumentos no combate ao regime escravocrata. Uma nação com sentido de unidade e, portanto, forte o suficiente para construir sua própria autonomia, era condição para o deslanchar do desenvolvimento do Brasil. Essa unidade seria conseguida justamente libertando os cativos e inserindo-os, eles e os indígenas, na sociedade luso-brasileira iluminada.

Os anos de 1822 e 1823 representaram um campo aberto para se colocarem essas idéias em prática, visto que o próprio José Bonifácio assumiu comandos estratégicos para levar o Brasil à Independência, permanecendo posteriormente no Império brasileiro. No entanto, em função das conjunturas políticas, e segundo Pádua (2002), especialmente por seus projetos atentarem contra o poder dos grandes latifundiários e seu modo de enriquecer no país, à base da grande propriedade e monocultura de exportação, Bonifácio foi preso em 1823 e exilado na França até 1829, saindo da cena política brasileira.

Verifica-se, portanto, nas origens do pensamento ambiental brasileiro uma visão de mundo notadamente antropocêntrica e etnocêntrica, visão essa que embasaria a crítica ambiental formulada pelos intelectuais das próximas décadas. Não só a natureza era vista como fonte de recursos naturais para suprir a economia de uma sociedade, como a escravidão e violência contra índios eram condenadas predominantemente em função de seus prejuízos econômicos. Não estava em jogo o debate sobre o valor intrínseco da natureza e a questão da ética e da justiça social tinha seu carro-chefe no eixo da economia nacional, não sendo um debate em si mesmo. Ademais, o denominado hoje por *conhecimento tradicional* resumia-se a informações a serem conquistadas economicamente e a serem utilizadas para esses fins, não o resultado do desenvolvimento social e suas experiências coletivas acumuladas, símbolo de culturas e sociedades próprias e autônomas.

2.2 PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL MONÁRQUICO

Após a Independência do Brasil, a maior parte dos críticos ambientais das décadas anteriores já havia morrido, mas a vinculação entre escravidão e destruição ambiental era uma questão que seria levada adiante por novos pensadores. Dos antigos, quatro permaneceram por alguns anos depois da Independência: Antonio Rodrigues Veloso da Costa, Manoel Ferreira da Câmara, João Severiano Maciel da Costa e Baltasar da Silva Lisboa. Esse último intensificou inclusive suas críticas ao modelo escravocrata brasileiro, enfatizando agora dimensão ética e os males para a agricultura e o desenvolvimento do país.

Diferentemente do período anterior, os intelectuais da fase monárquica buscaram formas associativas de se organizar e se manifestar. A criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em 1827 e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram dois marcos no pensamento ambiental do período pós-independência. Essas novas formas institucionais acabaram por se constituírem como canais de comunicação entre a elite intelectual e o poder político do país. Acontece que embora a atuação dos críticos ambientais nessas associações promovesse o debate sobre a questão ambiental do país, isso era algo minoritário. Além disso, o IHGB, por conta de que a maioria de seus membros não explicitava a conexão entre a destruição ambiental e o escravismo, acabou por constituir-se no principal campo institucional da vertente não-abolicionista da crítica ambiental brasileira.

Todavia, argumentos que associavam o regime escravista com a destruição ambiental, tal como formulado por José Bonifácio, foram levados adiante por outros pensadores. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada em 1831, promoveu um concurso para mostrar os problemas do sistema escravocrata. Frederico Burlamaque apresentou uma memória que remontava às idéias de José Bonifácio sobre o modo de produção e a estrutura social por trás da destruição da natureza. Todavia, ao se colocar a favor da abolição gradual da escravidão, recusava a tese de que os escravos deveriam ser absorvidos pela dinâmica da sociedade livre, evidenciando uma boa dose de racismo.

Pádua (2002) verificou uma ausência de manifestações sobre a relação entre degradação ambiental e escravismo entre as décadas de 1840 a 1880. Isso parece estar mais associado a certo constrangimento ou censura social sobre esses temas do que propriamente à ausência das idéias, dado que o ambiente político desse período não era favorável a contraposições à ordem monárquica vigente. Entretanto, mesmo nesse período, a literatura agrícola foi campo fértil para manifestações sobre os efeitos da destruição dos recursos naturais no atraso econômico do país.

A teoria do dessecamento continuava também influente na elaboração das manifestações. Nomes como Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, Carlos Taunay e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck estavam entre os intelectuais. A questão do escravismo em algumas manifestações era combatida, mas em um ou outro relato era possível perceber, por vezes de forma ambígua, uma leve moderação ou uma defesa da manutenção desse sistema social. As críticas eram seguidas de recomendações na melhoria do plantio, no sistema de transportes, na economia de lenha em fornalhas e na melhoria de informações para os agricultores.

Já no fim da década de 1850 e início de 1860, houve na temática da agricultura brasileira abordagens mais organizadas e pautadas na ciência. Ainda assim era possível encontrar recomendações para solucionar os problemas do sistema produtivo que datavam do século anterior. Dentre elas estavam a criação de fazendas-modelo para a educação de lavradores na técnica do plantio, criação de disciplinas de química agrícola e introdução de arados. Guilherme Capanema, intelectual não-abolicionista, apesar de realizar diagnósticos louváveis sobre a situação brasileira, apresentava alternativas superficiais, contradição que Pádua (2002) atribui ao contexto limitado em que se encontrava esse vertente da crítica ambiental brasileira, mais próxima do governo imperial.

A Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, publicada a partir de 1869 foi outro espaço de reflexão sobre as questões ambientais e o sistema agrícola. Contudo, embora os trabalhos e discursos publicados tratassem da questão da crise da lavoura brasileira, poucos eram os que diagnosticavam o cenário com base na relação entre a estrutura produtiva e social do país e a degradação ambiental. No entanto, esse veículo de informação, assim como outros jornais e revistas da época, foi essencial para a difusão dos diferentes vieses da crítica ambiental para outros públicos que não os próprios intelectuais. Assim puderam reaparecer defesas da pequena propriedade, do trabalho livre e do cuidado com a terra.

Mesmo com panoramas negativos no passado e presente, essas manifestações colocavam-se otimistas para o futuro, tendo em vista a riqueza e grandeza do meio natural brasileiro, capaz de se regenerar ao bom tratamento, e a própria juventude do país, ainda passível de transformações radicais em sua estrutura. Além de recomendações como melhoria da educação rural e da estrutura de transportes e comunicação; aumento da imigração e criação de pequenos núcleos de desenvolvimento regional; e estímulo ao crédito por meio de associações e cooperativas, permanecia a crença na modernização e tecnologia como alternativa indispensável ao aumento da produção. Era uma alternativa para o país, no entanto, com vistas ao mundo rural, ou seja, não se tratava do desejo pela modernização urbana e industrial, o que indicava ainda o espírito fisiocrata que orientou a crítica ambiental brasileira nos séculos XVIII e XIX (PÁDUA, 2002).

É importante colocar que a ligação entre a escravidão e a destruição ambiental – esta responsável pela decadência da economia agrícola – foi destacada por apenas uma vertente desses intelectuais. Os demais ou desconsideraram a importância do sistema escravista para o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais – logo para o desenvolvimento econômico – ou questionaram-na sem estabelecer uma relação causal entre ambos.

Entretanto, a partir de meados da década de 1870, os escritos de André Rebouças radicalizaram a crítica ambiental baseada na relação entre a lavoura escravista e a degradação ambiental. Tão radicais também foram as soluções, como a abolição do trabalho escravo. Ademais, sua confiança na tecnologia para o desenvolvimento da agricultura estendia-se ao campo social, pois ao se dispor de infra-estrutura de transporte e energia elétrica, a missão de catequizar os índios para sua devida incorporação na sociedade tornava-se mais viável. A difusão do conhecimento científico seria a base do desenvolvimento da sociedade. Para Rebouças, a natureza tinha seus fins econômicos e sociais, dentre os quais estava a contemplação estética.

Em 1876, Rebouças foi o primeiro pensador a propor a criação de parques nacionais no Brasil, inspirado na experiência dos Estados Unidos iniciada em 1872: sugeriu a criação de um parque em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (MEDEIROS, 2006). No entanto, seria necessário investigar melhor sua concepção de parques, já que o modelo dos Estados Unidos era extremamente preservacionista, ao passo que Rebouças havia manifestado em outros trabalhos “a repugnância que lhe causava a tese de preservar o mundo natural em detrimento dos seres humanos” (PÁDUA, 2002, p. 270-271).

Todavia, sua motivação para o estabelecimento de parques nacionais no Brasil estava em que eles deveriam trazer:

um benefício palpável para as sociedades locais. Ao invés de estabelecer barreiras para o progresso regional, os parques seriam um importante agente para a sua promoção. [...] Ele registrava os incentivos que a indústria do turismo poderia trazer para a construção de meios de transportes mais modernos. O Brasil tinha todo o direito de usar “as belezas naturais que o Onipotente concedeu” para ‘atrair imigrantes e, quando muito, alguns ousados naturalistas, entusiastas de florestas virgens e de cataratas assombrosas” (PÁDUA, 2002, p. 271).

Independente do que fosse a essência da noção de preservação de Rebouças, o fato é que os dois grandes objetivos vislumbrados para esses parques eram justamente os mesmos das atuais UCs de Proteção Integral: uso público, especialmente o turismo, e a pesquisa científica.

Joaquim Nabuco, no mesmo período a partir de 1870, foi outro grande defensor da abolição da escravatura como condição para libertar o país não só da mão-de-obra forçada,

mas de toda a obra da escravidão. Nesse sentido, o sistema de trabalho compulsório era mais amplo do que a mão-de-obra em si, pois afetava toda a relação do homem com a terra, a dinâmica do comércio, da indústria, a cultura e o próprio regime político. O latifúndio e a monocultura estavam estreitamente ligados a esse sistema e, em decorrência, à baixa tecnologia do meio rural. Não havia perspectivas para a educação do povo e as próprias relações políticas locais eram comandadas pelos grandes proprietários de terras. Enfim, era todo um conjunto de aspectos sociais, econômicos e ambientais que se articulavam em torno do modelo escravocrata.

Além disso, esse regime não só era responsável pelos males presentes, como pelos obstáculos aos benefícios que poderiam ter acontecido. A modernização do país; a construção de infra-estruturas para a produção, como pontes e estradas; a canalização dos rios; a criação de instituições e benfeitorias próprias de uma sociedade rumo a um desenvolvimento saudável; a relação positiva entre o homem e a terra eram todos aspectos praticamente inexistentes no Brasil escravista. Mesmo após a abolição em 13 de maio de 1888, os detentores do poder político e econômico – a classe dos grandes proprietários de terras e escravistas – ainda permaneciam com o mesmo domínio. Com a Proclamação da República, André Rebouças e Joaquim Nabuco saíram do cenário político e, de fato, a abolição da escravatura não representou necessariamente o fim dos problemas sociais e ambientais que acompanharam o desenvolvimento do Brasil (PÁDUA, 2002).

2.2.1 Alguns apontamentos antes da República

Como vimos, apesar de a degradação ambiental ter sido a tônica de todo o processo de colonização, foi em meados do século XVIII que as condições intelectuais na Europa e suas influências no Brasil permitiram o esboço de sua crítica. No entanto, essa postura não foi hegemônica, muito pelo contrário, esteve marginalizada nos discursos e pensamentos teóricos, inclusive sem muitas vezes ter um reflexo na prática da sociedade brasileira. Tampouco as grandes influências teóricas foram os fatores determinantes para o surgimento dessa crítica, embora tenham sido o pano de fundo conceitual (PÁDUA, 2002). Nesse sentido,

[...] é possível dizer que os intelectuais brasileiros que cultivaram esse tipo de crítica tiveram que construí-la conscientemente, selecionando com cuidado as referências teóricas que mais atendiam às suas preocupações. [...] o fato é que a maioria dos ex-estudantes brasileiros de Coimbra não exerceu um esforço ativo de crítica ambiental. Apenas uma minoria se deixou seduzir por essa temática. Uma das riquezas da tradição intelectual iniciada por esses últimos, aliás, foi justamente a de não aceitar a mentalidade dominante, procurando retirar do pensamento científico da época elementos que pudessem embasar uma postura alternativa e

profundamente crítica diante do modelo de sociedade que estava sendo implantado no país (PÁDUA, 2002, p. 51).

É importante ter em conta que as preocupações que guiaram as análises de diferentes autores, entre teóricos e políticos, sobre a problemática ambiental brasileira relacionam-se ao destino do Brasil enquanto uma sociedade voltada para si. O que guiava então essas posturas diante da questão ambiental era algo como que um projeto de nação, em detrimento do projeto essencialmente exploratório da mentalidade colonial. O atraso no desenvolvimento da sociedade brasileira e os impactos desse atraso – a destruição dos recursos naturais – eram resultados da falta de perspectiva de um desenvolvimento endógeno. No entanto, não se abandonou a cultura ocidental europeia como referência.

Nos primeiros manifestos sobre a problemática ambiental da colônia, o teor político era repleto de lealdade à coroa portuguesa, configurando o desejo do progresso social e econômico sem romper os laços com a metrópole. O próprio José Bonifácio, ao chegar ao Brasil em 1819, apesar dos lúcidos diagnósticos sobre o desenvolvimento precário da colônia – então reino unido a Portugal desde 1915 – e as alternativas necessárias para romper com esse processo – dentre elas acabar com a escravidão – intentava a manutenção da ligação com a coroa portuguesa. Contudo, já na década de 1820, ao longo do processo de maturação da crítica ambiental e em função do contexto político da época, a maior parte dos críticos ambientais colocou-se a favor da independência do Brasil.

No período monárquico, a crítica ambiental abolicionista – uma das três vertentes identificadas por Pádua (2002) – aprimorou as relações entre a escravidão e todo o sistema de desenvolvimento precário do Brasil em função da degradação ambiental. De qualquer forma, todas as linhagens de críticos ambientais desde o século XVIII tiveram como linha mestra a confiança de que o progresso econômico do país só ocorreria mediante a modernização tecnológica da agricultura – o que só poderia ser conquistado com base na ciência positiva emergente na Europa – e o regramento da natureza para o bem humano. Não era uma contradição almejar o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais. O olhar antropocêntrico e centrado na cultura ocidental europeia foi a regra geral, ainda que o modo de vida urbano, de início, não fosse valor a ser conquistado, dada a influência da fisiocracia no universo de idéias desses intelectuais.

2.3 PENSAMENTO AMBIENTAL NA REPÚBLICA

Na nova fase política a partir de 1889, o Brasil não experimentou mudanças em seu modelo de desenvolvimento. Embora agora sem o sistema escravista, mantiveram-se as

formas de organização social e econômica baseadas no grande latifúndio e na monocultura de exportação. A problemática entre o progresso econômico e a degradação dos recursos naturais permaneceu sendo objeto de reflexão de intelectuais da época. (PÁDUA, 2002).

Alberto Torres¹², atuando até a primeira década do século XX, combateu os mesmos aspectos que José Bonifácio sobre o sistema econômico brasileiro, suas consequências para o agravamento dos problemas ambientais e seus efeitos para o desenvolvimento social do Brasil. No entanto, seu diferencial foi não só o questionamento de uma ordem natural na evolução dos países – de um modelo rural para um modelo industrial – como do próprio modelo de progresso adotado pelo Brasil, espelhado no desenvolvimento dos países europeus (PÁDUA, 1987). Isso porque, a despeito do ideal fisiocrata dos críticos ambientais da fase pré-republicana – de apostar na modernização da tecnologia prioritariamente no meio rural – o ideal de progresso, de forma geral, estava nos países industrializados do Norte (PÁDUA, 2002).

O ponto de partida da crítica de Alberto Torres foi o fato de que, ao ser uma nação nova e colonial, o Brasil havia sido privado de um desenvolvimento endógeno e espontâneo, calcado no sentido mesmo de nação, cujo ápice seria o estabelecimento de um Estado autônomo. Os problemas estruturais do Brasil só seriam solucionados com uma ação política transformadora e consciente de seus objetivos, o que passava pela busca da autonomia na diferenciação mais do que na integração à ordem econômica internacional. Assim, o ideal de progresso não assentava necessariamente no modelo europeu, para cuja consecução bastava o mimetismo cultural e econômico já vigente. Ainda, crescimento econômico por si só não era sinônimo de desenvolvimento nacional (PÁDUA, 1987).

Para Alberto Torres era necessário que essas ações, dotadas de um esforço intencional de mudança, estivessem pautadas no diagnóstico das peculiaridades do Brasil. Duas problemáticas deveriam ser levadas em conta: a destruição da natureza e a destruição do trabalhador. Com relação à primeira, desenvolveu suas críticas em torno do descaso do governo republicano para com os recursos sobre os quais assentavam as atividades econômicas, tendo em vista que diversos outros países já cuidavam de suas riquezas por meio de legislações ambientais. Sobre os trabalhadores, era premente valorizar a grande quantidade de mão-de-obra disponível nos campos, em detrimento do estímulo a colonos estrangeiros. Essa população estava à margem do desenvolvimento social, visto que se encontrava desatendida quanto à educação e ao apoio para a organização da produção e da ocupação da terra.

De acordo com Alberto Torres, enfrentar esse diagnóstico exigia superar três obstáculos: a noção de infinitude dos recursos naturais, expressa na retórica otimista e

¹² Alberto Torres foi jurista, ensaísta e pensador político.

laudatória sobre a natureza; a desvalorização dos trabalhadores brasileiros em suas aptidões, supostamente inferiores aos de outras nações; e o mimetismo cultural e econômico, que tinha no modelo ocidental europeu sua referência (PÁDUA, 1987; FRANCO & DRUMMOND, 2004).

As ações próprias a serem implementadas pelo Brasil seriam, em primeiro lugar, uma ampla política ambiental, que poderia ser alcançada com foco no reflorestamento e na conservação dos recursos naturais. Recuperar áreas devastadas era uma forma de garantir o pano de fundo do desenvolvimento autêntico de uma nação voltada para si, pois a crise então vivida era tão só resultado do esgotamento da terra que, mais do que a pátria, significava a gente dali.

Em segundo lugar, haveria de ser criada uma política de educação e de valorização do trabalho no campo, o que significava estar na contramão do desequilíbrio mundial da população, localizada prioritariamente nos centros urbanos e industriais. Da mesma forma, não seria prioridade o incentivo à industrialização do país, posto que esse processo aumentaria a dependência nacional em relação à tecnologia e ao capital estrangeiro (FRANCO & DRUMMOND, 2004). Por isso também o setor mineral não deveria ser alvo do projeto nacional, já que o Brasil não possuía aparato tecnológico próprio. Assim:

Essa quase recusa à industrialização, já que ele [Alberto Torres] aceitava a promoção de algumas indústrias naturais voltadas para as necessidades reais do país, é comumente considerada, e com boa dose de razão, uma defesa ingênua das vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho. [...] A idéia da vocação agrícola, nesse contexto, não é uma simples resignação passiva, mas uma combinação da sua avaliação sobre a realidade brasileira com o seu profundo desejo de recusa diante dos caminhos seguidos pelos países industriais.

[...] é forçoso reconhecer que o simples fato dele [Alberto Torres] haver levantado a possibilidade de um caminho alternativo já lhe assegura um lugar significativo no pensamento político brasileiro, singularizando-o na linhagem dos que pensaram a questão da natureza no Brasil, para os quais [...] a modernidade ocidental era em geral a única e suprema panacéia (PÁDUA, 1987, p. 59).

Além disso, Alberto Torres defendia o Estado intervencionista e a organização da sociedade de cima para baixo. Seus textos refletiam de certo modo as crises de abastecimento e financiamento vividas no período de 1914 a 1918, durante a I Guerra Mundial. Havia em seu pensamento a reivindicação pelo *status* de elite dirigente que, pautada no nacionalismo e cientificismo, deveria orientar o desenvolvimento social. Essa elite deveria atuar ativamente na construção de instituições políticas e na reforma do padrão de uso dos recursos naturais (FRANCO & DRUMMOND, 2004).

No mesmo período de Alberto Torres, na República Velha, outros intelectuais se destacaram na formulação de preocupações ambientais, influenciando a criação de instituições científicas, como Herman von Ihering¹³, Alberto Loefgren e Edmundo Navarro de Andrade, este de nacionalidade brasileira. Herman von Ihering destacava o atraso do Brasil em matéria de legislação ambiental, apontando os estragos da pesca e caça predatórias, e a exploração irracional das florestas. Via como solução a atuação do Estado no sentido de criar reservas florestais e promover a silvicultura no país, para que então pudessem ser solucionadas as questões relativas ao suprimento de madeira e à proteção florestal de mananciais, bem como à manutenção do clima. Para planejar e promover a silvicultura, era necessária a existência de um Serviço Florestal no país. As reservas florestais começavam a ser explicitadas no pensamento desses intelectuais a partir de suas experiências com o manejo florestal em outros países.

Alberto Loefgren¹⁴, responsável por orientar a criação do Serviço Florestal e Botânico em São Paulo em 1898, estimulou a criação de um código e de um serviço nacional de florestas que garantissem o regramento e o uso racional desses recursos. Estimulou também a criação de parques nacionais, sendo o responsável por orientar a aquisição de terras pelo governo federal para constituir uma Estação Biológica em Itatiaia, o que veio a ser posteriormente o primeiro parque nacional do Brasil. No entanto, foram grandes as dificuldades de convencer o governo estadual a concretizar a regulamentação legislativa do uso dos recursos naturais.

Dean (1996) avalia que isso decorria de dois fatos. Primeiro não havia um controle ou cadastro de terras públicas pelos estados, o que facilitava sua ocupação por grileiros. Segundo, qualquer lei nesse sentido incidiria sobre terras particulares, já que em São Paulo não havia florestas públicas, com exceção da Cantareira, onde havia a reserva florestal que abrigava o Jardim Botânico. A intervenção do Estado sobre terras particulares, medida de pouca efetividade adotada ao longo do período colonial e monárquico, dificilmente seria iniciativa de que o governo republicano pudesse ser convencido a realizar (FRANCO & DRUMMOND, 2004).

Edmundo Navarro de Andrade também atuou em São Paulo e teve mais influência nas esferas do poder público em função de sua postura política mais liberal. Transformou-se em grande especialista em matéria de reflorestamento com espécies exóticas – eucaliptos e pinheiros. Ao publicar suas idéias sobre os fatores de influência no clima, concluindo que as florestas não desempenhavam papel central, argumentava pelo valor intrínseco das matas.

¹³ Herman von Ihering era alemão de nascimento e foi fundador e diretor do Museu Paulista, nele vinculado até 1915.

¹⁴ Alberto Loefgren era de origem sueca e chegou ao Brasil aos 20 anos, em 1874, iniciando sua atuação na Companhia Paulista de Estradas de Ferro como engenheiro-arquiteto e a partir de 1886 como botânico e meteorologista da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

No entanto, era também contrário à regulação da exploração dos recursos naturais pelo Estado, condenando a violência embutida nessas medidas sobre proprietários particulares, quando o Estado, por sua vez, poderia adquirir terras próprias para a finalidade da proteção floresta. Essa postura favoreceu sua relação com grandes proprietários (FRANCO & DRUMMOND, 2004).

2.3.1 Natureza como inspiração para a integração nacional

Nas décadas seguintes, especialmente a partir de 1930, o contexto político foi marcado pelo rompimento com a elite agrária e o direcionamento do país para a industrialização e modernização das instituições do Estado, mas o novo governo federal manteve sua postura histórica centralizadora e tecnocrática (COSTA, 2000; DEAN, 1996). No entanto, na imersão de um clima político de renovação e de construção de uma identidade nacional para orientar o projeto de nação, esse foi um período de afloramento da atuação de associações e outras organizações da sociedade civil na área ambiental.

Embora essas associações discutissem e promovessem atividades em torno do tema da conservação das florestas e águas, elas por si só não teriam tido influência não fosse a participação de personalidades intelectuais atuantes ou dirigentes delas, já envolvidas em funções de governo ou com alguma influência sobre ele. Boa parte dessas pessoas, cientistas e naturalistas, atuavam também por meio de instituições científicas, entre as quais o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Dentre eles estavam Alberto Sampaio, Frederico Carlos Hoehne, Berta Lutz, Armando Magalhães Correa, Cândido de Mello Leitão e Paulo Roquette-Pinto.

Alguns daqueles grupos da sociedade civil foram inclusive fundados por esses próprios intelectuais, como a Sociedade de Amigos das Árvores, por Alberto Sampaio; a Sociedade de Amigos da Flora Brasília; por Frederico Carlos Hoehne; e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Berta Lutz. Foram eles a principal ponte entre as demandas apontadas pela sociedade diante do problema da conservação e as instâncias governamentais, promovendo a inserção de regulamentos ou aspectos ambientais nos instrumentos normativos e legislativos do Estado. Logo, suas preocupações sobre a destruição das florestas influenciaram a elaboração de algumas legislações sobre o tema (DEAN, 1996; DRUMMOND, 1999; FRANCO, 2002; FRANCO & DRUMMOND, 2005a; 2005b).

Um marco desse período foi a realização da primeira Conferência Brasileira sobre Proteção da Natureza, em abril de 1934, organizada pela Sociedade de Amigos das Árvores, com apoio do Museu Nacional por meio de Alberto Sampaio. Participaram

cientistas, intelectuais, funcionários públicos e associações da sociedade civil. O objetivo central da Conferência foi pressionar o governo a adotar políticas ambientais mais efetivas e criar um sistema de parques nacionais (DEAN, 1996; FRANCO, 2002). A reivindicação por reservas florestais era medida cada vez mais explícita no discurso do pensamento ambiental da época.

Dentre as legislações que esses grupos e cientistas contribuíram para criar estavam o Código Florestal¹⁵, o Código de Águas e Minas¹⁶ e o Código de Caça e Pesca¹⁷. A institucionalização de áreas protegidas sob a tutela da lei, como parques nacionais, estaduais e municipais e florestas nacionais definidos no Código Florestal, iniciou o que viria a ser posteriormente uma importante dimensão da política ambiental brasileira, o SNUC. A maior parte do Código versava sobre a exploração florestal, evidenciando a coexistência entre medidas de extrema proteção da natureza e com viés produtivista, com predomínio deste (DRUMMOND, 1999).

Entretanto, as duas vertentes, que futuramente se categorizariam como preservacionismo e conservacionismo, fundavam-se no mesmo arcabouço teórico. Este era calcado na crença no progresso científico e tecnológico como meio de desenvolvimento social e na visão de natureza como objeto, seja para explorar, seja para contemplar ou fornecer bem-estar às populações humanas.

Portanto, se aparentemente parecia haver uma mudança da postura do Estado diante da exploração acelerada dos recursos naturais, passando a instalar regulamentos que intervissem nesse processo, não era essa a essência dos atos. O Estado Nacional, no movimento necessário e contraditório de afirmação de sua soberania no contexto da modernização capitalista, centralizava a gestão do território e seus recursos naturais para assim explorá-los ou conceder a exploração no intuito de promover o desenvolvimento econômico (BARRETTO FILHO, 2004; COSTA, 2000; DRUMMOND, 1999). A necessidade de planificar políticas florestais e modernizar a indústria madeireira era imperativo para o abastecimento de madeira no mercado e para a promoção do reflorestamento (DEAN, 1996).

Assim, a promulgação de legislações ambientais a partir da década de 1930 foi resultado tanto do viés desenvolvimentista do Estado quanto de alguma influência das reivindicações de intelectuais preocupados com o problema da degradação da natureza. As esparsas associações de proteção à natureza direcionavam-se para a criação de áreas protegidas de preservação total, mas também desenvolviam atividades em prol da melhoria

¹⁵ Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934.

¹⁶ Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934.

¹⁷ Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934.

da produção agrícola e do incentivo à silvicultura (DRUMMOND, 1999; FRANCO & DRUMMOND, 2005a; 2005b). Nesse sentido:

No Brasil dos anos 1930-1940, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram, portanto, intercambiáveis, ambos apontando, ao mesmo tempo, para as noções de que a natureza deveria ser, enquanto conjunto de recursos econômicos, explorada racionalmente no interesse das gerações futuras, e que enquanto diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida (FRANCO, 2002).

A necessidade de afirmação da identidade nacional e a vontade de construção de um Estado soberano moderno foram compartilhadas pelos intelectuais da época, que as traduziram com a inclusão da natureza no projeto de nação. Apesar de as preocupações ambientais diagnosticarem a acelerada destruição de florestas vinculada ao modo de produção agrícola extensivo e agora à crescente industrialização e urbanização, a questão da conservação e proteção da natureza surgia como estratégia para os mesmos moldes de desenvolvimento. Nesse sentido é que ocorreu o crescente enfoque na reivindicação de criação de áreas protegidas restritas ao uso humano, porém para potencial uso turístico, no espelho das experiências de proteção à natureza dos Estados Unidos (FRANCO, 2002).

Deste modo, a conservação e proteção das florestas por meio de reservas florestais caminhava ao lado da exploração econômica das riquezas naturais para promover o desenvolvimento econômico do país no marco de sua inserção no processo de modernização industrial capitalista. Natureza e organização nacional estavam vinculadas no pensamento ambiental desse período e a necessidade das reservas florestais ocorria em função de que “garantissem a sobrevivência de **exemplares** da fauna e da flora nativas (FRANCO & DRUMMOND, 2005a, p. 138, grifos meus).

É bom lembrar que os críticos ambientais dos períodos colonial e monárquico haviam manifestado o desejo de uma sociedade endógena – no escopo de um projeto fisiocrata – em detrimento da lógica colonialista exportadora de riquezas, tal qual explicitado nos pensamentos de José Bonifácio, André Rebouças e Joaquim Nabuco (PÁDUA, 1987; 2002). No entanto, na República, com exceção das contundentes críticas de Alberto Torres¹⁸, a crítica ambiental de modo geral aliava-se à necessidade de exploração racional de florestas como fator produtivo para alavancar um país urbano-industrial inserido no sistema capitalista mundial. A preservação de áreas intocadas surgia como paliativo para garantir amostras funcionais de natureza.

Nesse sentido, ao discutir a questão do problema florestal do Brasil, Alberto Sampaio entendia que:

¹⁸ Alberto Torres questionou a construção da soberania do Brasil pautada na inserção do país na ordem econômica internacional em detrimento da busca de suas reais especificidades e de alternativas à civilização moderna ocidental (PÁDUA, 1987).

além de reservas florestais destinadas a serem santuários ou relicários da flora indígena, a silvicultura teria de melhorar as florestas nativas, tendendo a reduzir a sua heterogeneidade e a criar florestas artificiais, homogêneas e industriais por excelência. Para tanto, a estratégia de ação do Serviço Florestal do Brasil deveria priorizar quatro pontos fundamentais: 1) cultura racional de “Reservas Florestais”, isto é, **exploração racional moderada de florestas nativas**, com o intuito também de defesa e conservação da flora e da fauna indígenas; 2) **exploração racional intensiva de florestas indígenas ou nativas**, com replantios, buscando a sua homogeneização; 3) **cultura de essências nacionais e exóticas** em florestas homogêneas; 4) **culturas florestais, de bosques e parques**, visando uma arquitetura paisagista capaz de trazer os benefícios da salubridade, do conforto e da estética (FRANCO & DRUMMOND, 2005a, p. 136-137, grifos meus).

Frederico Carlos Hoehne, contemporâneo de Alberto Sampaio, desenvolveu sua carreira científica em São Paulo, estando à frente da criação de setores de botânica ligados a instituições públicas, culminando com a criação do atual Instituto de Botânica. Assim como Sampaio, argumentou a favor da criação de reservas florestais para a conservação da genética da fauna e flora nativas; pelo desenvolvimento da silvicultura para promover o reflorestamento; por uma legislação de proteção à natureza; combate aos métodos rudimentares na agricultura, como a derrubada e queimada, bem como a defesa da plantação de espécies nativas na arborização urbana e de estradas.

A percepção de Hoehne sobre o mundo natural:

[...] era intimamente ligada a uma moral que articulava utilidade e estética. Desse modo, para ele era fundamental que os humanos agissem de modo harmônico com a natureza que os circunda, procurando conhecê-la e admirá-la. Era uma perspectiva organicista, na qual o uso e a transformação do meio natural deviam obedecer às leis naturais. Decorre daí o seu nacionalismo, que se exacerbava na medida em que percebia a natureza pátria como particularmente pródiga (FRANCO & DRUMMOND, 2005b, p. 6).

Certo espírito romântico influenciava essa relação com a natureza e as iniciativas para conservá-la. Compreender a relação complementar entre os seres vivos levaria ao entendimento de que o mundo natural era algo divino em sua existência. Por ser perfeita e sagrada, a natureza era digna de admiração e amor pelos homens. Seus segredos, nuances e aspectos desvendados pelo ato de conhecer – a pesquisa científica – deveriam orientar o modo de vida da humanidade. Dessa forma, toda a diversidade da natureza deveria estar espelhada no modo de ser das sociedades, o que resultaria na necessária harmonia entre a arquitetura humana nos seus vários espaços de expressão e as paisagens naturais (FRANCO & DRUMMOND, 2005b).

Existia em seu pensamento a presença da valorização não só da natureza como uma totalidade, mas também de sua diversidade, seja de espécies ou de formações vegetais. Não deveriam ser conservados somente animais e plantas cuja utilidade já fosse conhecida, mas toda a variedade sobre a qual inesgotáveis estudos poderiam ainda ser realizados e cuja utilidade estava para ser descoberta. Para Hoehne, a proteção da natureza deveria ser questão central no projeto de afirmação e valorização da nação brasileira (FRANCO & DRUMMOND, 2005b).

Além disso, a divulgação das informações e a educação eram questões essenciais na visão desses intelectuais. Para Hoehne a degradação da natureza era:

resultante da ignorância, ou da má fé e egoísmo dos que só tinham olhos para o lucro imediato. Era necessário, portanto, disponibilizar as informações sobre a conservação da natureza e dos seus recursos para um público, o mais amplo possível, e garantir a elaboração de leis que submetessem o interesse privado ao bem público (FRANCO & DRUMMOND, 2005b, p. 8)

As instituições de ensino, tais como escolas públicas e particulares, bem como outras que realizassem atividades educacionais, eram chamadas à responsabilidade de orientar seu público para a importância da conservação da natureza. As florestas, quando destruídas, não poderiam ser restauradas com as mesmas características e recursos anteriores. Logo, destruir o que fosse útil e que não pudesse jamais ser restaurado configurava crime contra a pátria. Ao Estado caberia a regulação por meio da legislação e da criação de reservas florestais.

A questão da divulgação articulava-se, antes de tudo, à questão científica. Era por meio da ciência que novos conhecimentos poderiam ser gerados e difundidos, bem como era o fim científico um bom motivo para conservar a natureza. O interesse na conservação pautava-se justamente pela possibilidade de descoberta de novas propriedades botânicas que pudessem ser úteis à sociedade, seja no campo medicinal, tecnológico ou da agricultura. Hoehne afirmava que essa dimensão científica era pouco considerada pelos madeireiros, interessados apenas no uso econômico imediato da floresta. No entanto, o interesse científico veiculado por Hoehne não estava dissociado da dimensão econômica (FRANCO & DRUMMOND, 2004; 2005b).

Para Hoehne, o reflorestamento com espécies exóticas ou nativas era importante para se evitar a derrubada de áreas ainda protegidas, preferindo, no entanto, as nativas para se criar um ambiente propício para a fauna local, o que as exóticas não faziam bem. Afora isso, os reflorestamentos feitos com espécies exóticas eram duramente criticados quando para realizá-los havia que se desmatar matas antes ocupadas com florestas nativas. Essa atividade era comum para a exploração econômica, como nas plantações de eucalipto

amplamente estimuladas inclusive por Edmundo Navarro de Andrade (FRANCO & DRUMMOND, 2004; 2005b).

A noção pragmática de conservação da natureza, aliada ao senso estético, permitia reconhecer que sem valorizar e garantir a perpetuação de seu patrimônio natural o Brasil seguiria o exemplo dos países mais desenvolvidos, que haviam perdido o “papel tutelar” nessa dimensão. A natureza no Brasil era uma oportunidade para o país desenvolver um projeto próprio de nação sem que, como já dito, fosse necessário romper com a estrutura central do modelo de desenvolvimento vigente.

Hoehne também influenciou diretamente a esfera governamental. Ao passo que sensibilizava a opinião pública sobre a importância de reservas biológicas e do reflorestamento por meio de palestras e da divulgação de seus trabalhos, no espaço de governo suas idéias auxiliaram na criação dos primeiros parques nacionais brasileiros (FRANCO & DRUMMOND, 2004; 2005b). Antes uma estação de pesquisa vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Parque Nacional (PARNA) de Itatiaia foi criado em 1937, sendo o primeiro do Brasil. Os fortes vínculos entre pesquisa científica e proteção da natureza espelhavam-se agora no regime da lei.

O novo período político iniciado a partir de 1937 foi marcado por um Estado Nacional mais autoritário e centralizador. Nessa fase, o processo de industrialização do Brasil acelerou na medida em que o Estado centralizou as ações para tal. Desde 1930 vinham sendo criados órgãos e instituições que contemplavam todos os setores-alvos no processo de aceleração do desenvolvimento, como instituições financeiras e aquelas dos setores mineral, petrolífero, de águas e de energia elétrica. As questões territoriais passavam por esse projeto político sendo que em 1934 já haviam sido criados o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Nacional de Estatística, que em 1942 fundiram-se no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (COSTA, 2000). No entanto, ao menos na esfera governamental – das ações estatais – a dimensão territorial existia prioritariamente no sentido da expansão e integração econômica.

Apesar disso, houve sob o regulamento do Código Florestal de 1934 a criação de algumas áreas protegidas. Em 1939, dois anos após a criação do PARNA de Itatiaia, foram criados os PARNAs da Serra dos Órgãos e do Iguçu. No estado do Espírito Santo, em 1943, foi criada a Reserva de Fauna Sooretama. Os objetivos de pesquisa científica e turismo eram expressos no próprio Decreto de criação do PARNA de Itatiaia (BRASIL, 2011d) e nos decretos dos demais PARNAs previa-se a regulamentação da entrada e permanência de excursionistas (BRASIL, 2011c; 2011g).

Em 1948 foi criado o PARNA de Paulo Afonso, no estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia (MEDEIROS, 2006). Embora o Código Florestal mencionasse para os parques nacionais a proibição de qualquer atividade contra a flora e fauna, seu decreto de criação

garantia a cessão de áreas para aproveitamento hidráulico e, no caso de desapropriação, resguardava os direitos da Companhia Agro Fabril Mercantil decorrentes do aproveitamento de energia hidráulica em Angiquinho¹⁹ (BRASIL, 2011f).

Desse modo, o Código Florestal de 1934, apesar de ter instituído regramentos quando ao uso dos recursos naturais, flexibilizou-os para não haver obstáculos ao desenvolvimento do país. Assim:

a interferência pública efetiva no uso privado da flora foi *mínima*, quando não *nula*. Por vezes, ela até incentivou usos devastadores, através de outras leis e regulamentos. Ou seja, nesse "pedaço da terra" – a flora – o Estado brasileiro legislou mas não conseguiu intervir, como fez nos minérios e nas águas (DRUMMOND, 1999, p. 133).

No período de redemocratização do país na década de 1950 não houve alterações significativas na política ambiental brasileira, muito menos na política rumo ao desenvolvimento econômico. No entanto, a partir daí foi possível a reorganização e a emergência de associações civis, inclusive aquelas com as bandeiras da conservação e preservação. Em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), instituição que desempenhou papel central na política de áreas protegidas até a década de 1990 (DEAN, 1996). Entre 1959 e 1961 foram criados mais 12 PARNAs (DIEGUES, 2000) com grande influência da FBCN (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

Além de parques nacionais, foram poucas as demais áreas protegidas criadas no período de 1934 a 1964, dentre as quais podem ser citadas a Floresta Nacional (FLONA) de Araripe-Apodi em 1946, no estado do Ceará, e a FLONA de Caxiuanã em 1961, no estado do Pará.

Embora houvesse o sentido comum de um projeto nacionalista e desenvolvimentista pairando sobre a sociedade e ainda que o arcabouço conceitual fosse similar, o modo como a questão do patrimônio natural surgia para a identidade nacional do ponto de vista dos pensadores ambientais não era exatamente o mesmo do ponto de vista dos dirigentes do Estado. Os diferentes instrumentos legais de caráter *ambiental*:

[...] foram motivados muito mais pela intenção de colocar a exploração econômica de águas, minérios e flora sob o controle "racional" dos planejadores do poder público federal. Não há neles a intenção mais moderna de *preservar* recursos (a não ser em dois artigos do Código Florestal), mas eles tiveram efeitos de longo alcance sobre as formas como a sociedade brasileira explorou (ou não explorou) esses recursos florestais e minerais (DRUMMOND, 1999, p. 132).

¹⁹ A Usina de Angiquinho foi a primeira hidrelétrica do nordeste, inaugurada em 1913 pelo empresário Delmiro Gouveia. O objetivo era abastecer a nascente indústria têxtil e levar água para a cidade de Pedra (atual Delmiro Gouveia), no estado do Alagoas (USINA, 2011).

Assim como as associações anteriores, a FBCN também contava com fundadores e sócios que partilhavam funções em órgãos do governo ou eram profissionais reconhecidos em suas áreas de atuação, entre os quais havia engenheiros agrônomos, industriais, jornalistas e cientistas. A FBCN conseguiu, por meio de um de seus fundadores, participar da elaboração do Código Florestal de 1965 e, a partir de 1969, passou a atuar diretamente por meio de convênios com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), então responsável pela gestão de PARNAs e FLONAs (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

Estruturada nos mesmos moldes da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a FBCN adotou em seu discurso a articulação entre princípios preservacionistas e conservacionistas. No entanto, a concepção predominante entre seus membros era a de promover a conservação da natureza por meio do estabelecimento de áreas protegidas restritas à exploração, mas acessíveis à pesquisa científica e fruição estética (DIEGUES, 2000; JACOBI, 2003; FRANCO & DRUMMOND, 2009). Essa já era uma tendência que vinha se consolidando com a criação dos primeiros Parques Nacionais no Brasil e foi fortalecida na medida em que a FBCN protagonizou dentro do governo federal o planejamento e execução de atividades voltadas à conservação, por meio dos convênios estabelecidos para a realização de estudos técnicos e implementação de projetos (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

A partir de seus núcleos descentralizados nos estados, novas organizações não-governamentais acabaram surgindo, como a Biodiversitas e a Funatura. Esta, por meio de sua fundadora Maria Tereza Jorge Pádua, foi a responsável pela elaboração do ante-projeto de lei do SNUC no fim da década de 1980 (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

2.3.2 A questão ambiental no Regime Militar pós-1964

Ao longo da ditadura militar a partir de 1964, a questão sobre a degradação ambiental teria sumido de cena do governo federal não fosse sua tradução pelos militares como questão concernente à segurança nacional e integridade territorial (DEAN, 1996). A centralização que já vinha ocorrendo ao longo da conformação do Estado, concretizando-se em órgãos capazes de agregar políticas setoriais, prosseguiu agora com a centralização da coordenação dos variados organismos regionais existentes nas esferas estadual e federal. A ocupação da Amazônia se deu exatamente nos termos da necessidade da integração nacional, articulando-a às demais regiões do país para consolidar um mercado nacional (COSTA, 2000).

A expansão da fronteira econômica – industrial e agrícola – voltou-se para o Norte e Centro-Oeste sob a estratégia geopolítica de integração nacional mediada pelo controle

estatal centralizador do espaço, expressa no Programa Nacional de Integração Nacional (PIN). O I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) orientou a consecução dos objetivos do PIN. Em um primeiro momento, a expansão das fronteiras associou-se à necessidade de “povoar” oficialmente a região, historicamente considerada como “vazio demográfico”. A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e a implantação de pólos de colonização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o assentamento de pequenos produtores, especialmente os nordestinos, mas também colonos do Sul, foram duas grandes ações empreendidas. (COSTA, 2000).

O projeto RADAMBRASIL, criado em 1970 como instrumento do I PND, mapeou áreas potenciais para criação de UCs. Seu objetivo era realizar o mapeamento extensivo dos recursos naturais das regiões Norte e Nordeste a fim de fornecer subsídios para projetos específicos. Na vigência do I PND foram criados o PARNA da Amazônia e a FLONA do Tapajós.

No contexto econômico da segunda metade da década de 1970, o II PND foi orientado pelo Polamazônia²⁰, em que a estratégia de integração foi intensificada por meio do estímulo a grandes empreendimentos agropecuários e agrominerais. O intuito era de que esses investimentos dessem retorno econômico em curto prazo (COSTA, 2000). Os 15 pólos selecionados para a implantação incidiam sobre áreas já com algum dinamismo econômico e concentração populacional, associadas à malha rodoviária e hidroviária, suplantando a estratégia regional do I PND sem, no entanto, diluir as regiões (BECKER, 1999).

Influenciado pela atuação da elite intelectual preocupada com a conservação e o desmatamento da Amazônia – papel em grande parte desempenhado pela FBCN – o governo federal incluiu a criação de UCs como uma das medidas do II PND. As pressões internacionais após a Conferência de Estocolmo em 1972 haviam forçado a internalização de medidas ambientais na estrutura da gestão federal, embora o governo brasileiro tivesse rechaçado a possibilidade de retrain seu crescimento econômico em nome da preservação ambiental. Do ponto de vista oficial era justamente o atraso tecnológico e industrial o agente da degradação ambiental. Um dos resultados das pressões foi a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), com o propósito de gerir Estações Ecológicas (EE) e Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Dessa forma, o estabelecimento de UCs encontrou terreno fértil na Amazônia a partir de 1970, de forma que para cada um dos 15 pólos do Polamazônia deveriam ser previstas áreas protegidas como Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Indígenas (DIEGUES, 2000). Em uma aparente contradição, muitas UCs especialmente de Proteção

²⁰ Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974.

Integral foram criadas concomitantemente com o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia não só em termos temporais, mas também em termos territoriais, ou seja, nas áreas intersticiais entre os pólos (BARRETTO FILHO, 1997).

Ocorre então que a criação de áreas protegidas, reivindicadas por pesquisadores e intelectuais, como forma de resguardar o patrimônio natural da exploração desenfreada, foi de certa forma atendida pelo Estado, mesmo durante períodos de extremo desenvolvimentismo. Isso, no entanto, não significou de forma alguma o impedimento da devastação que se deu durante o mesmo processo da criação dessas áreas. Assim:

[...] embora os parques nacionais e reservas legais previstas no Código Florestal já fossem de fato um instrumento de preservação ambiental, eles não foram considerados como elementos de estruturação do espaço, e eram apenas mencionados quando se tratava do desmatamento, ou seja, como conseqüências do processo de ocupação (MELLO, 2006, p. 47).

Portanto, a criação dessas reservas pode ser mais bem compreendida por outros aspectos. Em primeiro lugar, havia um canal institucional entre os defensores das áreas protegidas e o governo: a FBCN, que representava o braço técnico-científico especializado do IBDF, prosseguiu atuante mesmo no período ditatorial. Alguns de seus integrantes participavam das esferas tecnocráticas e políticas do governo, como Maria Tereza Jorge Pádua, no próprio IBDF, e Paulo Nogueira Netto, na SEMA. Havia ainda o fator adicional de que:

A FBCN, diferente de boa parte das ONGs que começaram a surgir nos anos 1980, pautava a sua ação mais pela colaboração do que pela confrontação com o Estado. Buscava ampliar os seus espaços de atuação dentro dele. Entendia que a natureza, como conjunto de recursos econômicos, deveria ser explorada racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, e, como diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida (FRANCO & DRUMMOND, 2009, p. 76).

O segundo, e mais importante, é o fato de que tanto o governo militar quanto os propositores das áreas protegidas compartilhavam princípios científicos para o controle do tempo e do espaço (BARRETTO FILHO, 2004). Em outras palavras, a justificativa essencialmente científica para a localização e criação das reservas não era apenas um artifício utilizado pelos técnicos diante da racionalidade instrumental e desenvolvimentista do Estado. A ciência moderna constituiu-se como marco teórico hegemônico orientador tanto do modelo de desenvolvimento quanto da crítica ambiental brasileira até este período, o que se refletiu inclusive no campo educacional, como veremos a seguir.

Na Amazônia, o avanço da fronteira econômica e o confronto da racionalidade instrumental do Estado com outras racionalidades territoriais historicamente arraigadas na

região levaram ao questionamento das UCs (BARRETTO FILHO, 2004), revelando-as mais como estratégia e reserva de recursos naturais para usufruto de uma parcela da sociedade – seja para lazer ou exploração econômica – do que de conservação ambiental. A territorialidade do Estado no contexto do capitalismo, vinculada à soberania nacional e, portanto, à integração e homogeneização sob princípios científicos, foi posta em xeque por múltiplas territorialidades embasadas em relações com o espaço menos ou não-mercantis (LITTLE, 2002).

Esse processo insere-se no período de redemocratização do país após o regime militar e articula-se à emergência de movimentos sociais como novos atores no campo ambiental. Comumente esses movimentos estiveram associados a grandes organizações não-governamentais (ONGs) ou instituições capazes de promovê-los na esfera internacional e fortalecer sua atuação internamente no País. Nesse mesmo período emergiu o movimento ambiental no Brasil, que já vinha sendo delineado ao longo da década de 1970.

3 O MOVIMENTO AMBIENTAL: TRAMAS EMERGENTES E PEDAGOGIAS

Para se compreender a essência política e epistemológica das Unidades de Conservação (UCs) e, portanto, suas implicações socioambientais, é necessário, por um lado, considerar de que forma o diagnóstico sobre a degradação tem sido elaborado, quais conceitos o embasam e como os processos de criação e gestão de UCs têm sido realizados no Brasil. Por outro, é necessário compreender a justificativa de criação de cada UC.

Do mesmo modo, sendo a educação um sistema decorrente do quadro epistemológico e político no qual se desenvolvem os sistemas sociais mais amplos, para se compreender a EA e se optar por um ou outro caminho pedagógico, é imprescindível identificar os fundamentos do pensamento ambiental que a orienta.

Neste capítulo, discutirei a configuração do movimento ambiental brasileiro, já no fim da década de 1970 e seus desdobramentos no campo das UCs à luz de suas filiações teóricas gerais, bem como as perspectivas pedagógicas que dele emanam. As políticas públicas ambientais e, logo, as UCs, só serão capazes de contribuir para o enfrentamento da crise ambiental se articuladas a processos pedagógicos que promovam uma compreensão crítica sobre a relação sociedade-ambiente e se comprometam com a emancipação social.

3.1 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO AMBIENTAL

Desde a década de 1960 já havia no contexto internacional a configuração do que se pode considerar como movimento ambientalista, inicialmente originado nas bandeiras de luta de movimentos pacifistas e da contracultura. Inspirado em denúncias sobre poluição, devastação de florestas, riscos da energia nuclear e outras formas de degradação ambiental, os alvos principais do movimento eram o desenvolvimento produtivista e o modo de vida consumista adotado de forma generalizada (McCORMICK, 1992). Acidentes envolvendo questões ambientais, como a contaminação e morte de várias pessoas com mercúrio em Minamata, no Japão e a divulgação de riscos à saúde pelos pesticidas, pelo livro de Rachel Carson em 1962 foram marcos significativos que alimentaram os questionamentos a esse tipo de sociedade. De modo geral, esses problemas estavam imersos em contextos políticos autoritários, bélicos e promotores da alienação pelo trabalho (LOUREIRO, 2003; CARVALHO, 2006).

No Brasil, especialmente a partir de meados da década de 1970, já com certa flexibilidade do regime militar, foi possível novamente a emergência de organizações sociais, entre elas as relacionadas com a questão ambiental. Ao contrário do período

anterior, em que o pensamento ambiental caracterizou-se por um ativismo voltado à proteção da natureza em bases científicas – de certa forma distante da crítica interna ao modelo de desenvolvimento e restrito a intelectuais e profissionais da área técnica – outras vertentes voltadas à conservação ambiental começavam a surgir. Iniciava-se o desenho de um movimento ambiental brasileiro (VIOLA, 1987; CARVALHO, 2006).

No plano interno, a crise internacional do petróleo em 1973 havia fragilizado a percepção sólida da inesgotabilidade dos recursos naturais – o que se tornou preocupação comum entre ativistas ambientais e governo – mas desencadeou medidas estatais também predatórias: energia nuclear, estímulo à produção de monoculturas de álcool da cana-de-açúcar e implantação de grandes hidrelétricas. Como visto, a criação da SEMA em 1973 decorreu de exigências de organismos internacionais e desempenhava papel duplicado com o IBDF, pois gerenciava parte das categorias de áreas protegidas até então existentes (MEDEIROS, 2006).

Até o início da década de 1970 não havia grande interface entre movimento ambiental e o Estado, a não ser pela influência da FBCN e seus intelectuais e ativistas, normalmente com postura pouco contestatória e mais cooperativa (VIOLA, 1987; FRANCO & DRUMMOND, 2009). Além dela, na esfera associativa da sociedade civil o incipiente movimento ambiental era composto de dois domínios principais: aquele constituído pelas organizações que denunciavam problemas ambientais, normalmente atuando em áreas urbanas, e outro formado por sociedades alternativas. Ambos não possuíam, a princípio, um viés político em sua agenda, seja porque rejeitavam completamente a sociedade vigente, excluindo-se dela, seja porque a percepção dos problemas ambientais dissociava-se do modo de organização da sociedade e suas relações de poder, visão essa característica do ativismo de base científica até então presente (VIOLA, 1987; DIEGUES, 2000).

No entanto, essas esparsas atuações e manifestações já vinham contribuindo para a disseminação na sociedade de uma sensibilidade difusa sobre problemas advindos da degradação dos recursos naturais. No transcorrer do processo dessa ação coletiva, pouco organizada internamente, novas mentalidades sobre a questão ambiental e sobre sua relação com o Estado e com outras instâncias da sociedade puderam se configurar, amalgamando a identidade de um movimento ambiental ou ecológico (CARVALHO, 1997; VIOLA, 1987).

3.1.1 A pluralidade do movimento ambiental

No processo de abertura política do Brasil, já no fim de 1970 e início de 1980, a chegada de militantes de esquerda vindos do exílio potencializou o debate cultural, criando

terreno propício para a articulação com o movimento ambiental (VIOLA, 1987). Duas publicações com reflexões sobre a crise ecológica e críticas contra a energia nuclear – produzidas por José Lutzenberger no âmbito de uma das associações emergentes no movimento ambientalista gaúcho – impactaram a opinião pública local do Rio Grande do Sul e provocaram uma emenda na Constituição estadual proibindo a construção de usinas nucleares. Esse e outros acontecimentos, como as experiências de gestões municipais em Santa Catarina pautadas por valores sintonizados com o movimento ambiental, foram elementos que também contribuíram para a ampliação, em nível nacional, do debate sobre a crise ecológica e as medidas necessárias para enfrentá-la, bem como para uma aproximação com o campo político (VIOLA, 1987).

Outro fator que contribuiu para isso foi a participação cada vez maior de associações ambientalistas no campo da política municipal e estadual, levando à eleição inclusive de alguns dos candidatos a cargos legislativos apoiados por setores ambientalistas. A participação nas “Diretas Já” contou com um contingente ainda maior dessas associações, período em que foi amadurecida a necessidade de inserir nos debates do Congresso Constituinte os pontos cruciais do debate ecológico. Isso seria feito preferencialmente por meio da eleição de candidatos do próprio movimento.

A plataforma ecologista nacional elegeu alguns temas e pontos para a Constituinte, dentre os quais ecodesenvolvimento, pacifismo, função social e ecológica da propriedade, reforma agrária ecológica e educação ambiental. Viola (1987) considerou que, embora tenha sido de grande importância a ecologização do anteprojeto de lei da Constituição de 1988, a posição ecocapitalista havia prevalecido na comissão que a elaborou. No entanto, a tendência de heterogeneidade ideológica do movimento ambiental se mantinha na medida da ampliação do movimento.

A influência do movimento ambientalista vindo da esfera internacional foi importante para a configuração do movimento ambiental brasileiro que, por sua vez, em função do contexto político interno do país, articulou questões sociais e ambientais, tomando feições peculiares. Assim:

Não se poderia pensar a questão ambiental sem levar em conta as formas pelas quais foi sendo marcada por outros movimentos sociais, ao mesmo tempo em que os marcou. Nos anos 80 e 90 houve progressivo diálogo e aproximação, com mútua influência, entre as lutas ecológicas e os movimentos sociais urbanos, os movimentos populares de um modo geral, a ação política da educação popular, da Igreja da libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CARVALHO, 2006, p. 50).

Nesse processo o ambientalismo acabou ampliando-se para outras esferas da sociedade e assim delineava-se um terreno cada vez mais propício para a emergência de

um campo socioambiental. A emergência de novos atores sociais no contexto amazônico, antes invisíveis, como os seringueiros da Amazônia, fez com que o governo brasileiro se constrangesse e cumprisse, até certo ponto, compromissos assumidos que associavam a preservação da floresta e o modo de vida dessas populações. O assassinato do líder seringueiro Chico Mendes em 1988 trouxe à tona de forma mais ampla o debate sobre os conflitos entre o modo de vida de *populações tradicionais*, a preservação da Amazônia e o modelo de desenvolvimento empregado na região. Isso inclusive induziu posteriormente a criação da primeira Reserva Extrativista (RESEX).

Durante os dois anos de organização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que aconteceu em 1992 – Rio 92 –, os movimentos social e ambiental, apesar da heterogeneidade ideológica de ambos, precisaram dialogar para fortalecer a representação da sociedade civil na tomada de decisão durante a Conferência. As articulações levaram à criação do Fórum Global de ONGs, mas a dificuldade de estabelecer pontos comuns acerca de todo o processo revelou diferenças ideológicas marcantes. Ao mesmo tempo, serviu como exercício político e proporcionou para as pequenas ONGs locais o estabelecimento de uma rede de contatos internacional, o que posteriormente facilitou o acesso a recursos externos (JACOBI, 2003; SANTILLI, 2005).

Foi então ao longo dessa expansão quantitativa e qualitativa do movimento ambiental, cada vez mais influenciada por sua expressão mundial, que se fertilizaram diferentes concepções sobre a relação sociedade-natureza, compreensões sobre a crise ambiental e as medidas para enfrentá-la. Nesse cenário político, social e ambiental, é que emergiu no Brasil o campo socioambiental, propiciado pela aproximação crescente entre movimentos populares, de trabalhadores rurais, de base, feministas, pela paz, sindicais, etc. em que as lutas por democracia e justiça social estavam necessariamente associadas às lutas por um ambiente ecologicamente equilibrado e preservado (CARVALHO, 1997; 2004; DIEGUES, 2000; SANTILLI, 2005).

O socioambientalismo caracterizou-se então pela vinculação comum da agenda ambiental – por diferentes motivos – entre “organizações tradicionalmente ambientalistas” e movimentos populares que articulavam suas causas sociais com a problemática ambiental. Nele são encontradas correntes teóricas diversas, com pontos comuns e distanciamentos, dentre as quais estão, por exemplo, o ecossocialismo²¹ e a ecologia social²².

²¹ O ecossocialismo ou ecomarxismo incorpora as forças produtivas naturais na análise das sociedades capitalistas, diferenciando-se do marxismo clássico que considera a natureza apenas o substrato estático no qual operam as forças sociais transformadoras por meio do trabalho. Aponta a necessidade de uma nova relação sociedade-natureza em que a dicotomia seja substituída por uma interação dialética (DIEGUES, 2000).

²² A ecologia social compreende a degradação ambiental como produto de uma sociedade hierarquizada regida pela ordem capitalista. A partir de uma abordagem dialética entre a sociedade humana e o mundo natural, defende que a ordem social se organize de uma perspectiva ecocêntrica, por meio da qual as comunidades

O campo socioambiental vincula-se ao campo da teoria crítica na medida em que objetiva a superação da opressão na sociedade vigente. A problemática ambiental é compreendida como decorrente da apropriação da força de trabalho humana e dos meios de produção em nome da reprodução do capital. Embora o campo crítico seja amplo e até contenha linhas de pensamento por vezes discordantes, é seu método dialético, possibilitando a leitura crítica e histórica da realidade, que levará à compreensão da relação sociedade-natureza não como unidade, mas como algo em permanente e mútua construção (LOUREIRO, 2003).

Assim, nem a sociedade constitui-se em algo homogêneo, nem a relação com o ambiente se dá de forma unívoca; seus efeitos no ambiente dependem do modo de vida social que com ele se relaciona e também das propriedades ecológicas de cada ambiente. Em outras palavras:

O determinante, no pensamento crítico, é a análise das relações sociais contraditórias que constroem os modos de produção que, por sua vez, são constituídas por estes, e a hegemonia ideológica que as sustentam em momentos históricos definidos [...]. Logo, para a dialética não faz sentido pensar categorias como Estado, democracia, cidadania, industrialismo, dentre outras, como categorias *naturais* e genéricas, mas sim como categorias que se definem **na história** (LOUREIRO, 2003, p. 50, grifos meus).

No entanto, a visão crítica tradicional não superou a noção de natureza como “recurso natural”, valorizado em função de sua utilidade para os seres-humanos (LOUREIRO, 2003, DIEGUES, 2000), o que influencia alguns eixos de atuação do socioambientalismo. Isso não significa minorar a contribuição da teoria crítica ao ambientalismo, mas evidenciar uma limitação do ponto de vista da pluralidade de significados da natureza inscritos em diferentes culturas.

No que se refere à relação sociedade-natureza concretizada no espaço, ainda é válido reconhecer no movimento ambientalista dois grandes eixos aos quais se vinculam suas orientações teóricas, o que torna necessário compreendê-las no processo de sua inter-relação e de construção de hegemonias ao longo do processo histórico. De forma geral, eles referem-se, de um lado, à defesa da preservação de “áreas virgens” sem permitir qualquer uso que possa subtrair seus recursos naturais – preservacionismo – e, de outro; à defesa de áreas naturais que possam ser exploradas de forma sustentável e racional – conservacionismo – no qual se inscreve, dentre outras correntes, o socioambientalismo.

humanas incorporam a relação de mútua dependência em relação aos sistemas naturais. Rejeita a noção de Estado e propõe uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na produção comunal (DIEGUES, 2000; BARRY, 2006).

Resultantes de uma cisão no movimento ambientalista norte-americano – na realidade, de uma não-junção – esses eixos podem ser extrapolados para o movimento ambiental atual como um todo (McCORMICK, 1992; DIEGUES, 2000). Essas correntes ora se aproximam ora se distanciam de acordo com a pauta em questão, o que possibilita por vezes a percepção de um movimento ambiental homogêneo e monolítico, dentro do qual todos os interesses e sentidos sobre a vida e a relação sociedade-natureza são contemplados (CARVALHO, 1997).

A crítica ambiental no Brasil colonial e monárquico tinha sido mais próxima dos conservacionistas, pregando o uso racional dos recursos naturais por meio da modernização da produção agrícola e da implantação de reservas florestais produtivas. Porém, não houve a constituição de um movimento social em sentido amplo. Ao contrário, até as primeiras décadas do século XX, as críticas sobre a degradação ambiental foram concentradas em poucos pensadores e não tiveram repercussão efetiva em grande escala nem na sociedade nem no Estado (PÁDUA, 1987; 2002).

Todavia, as visões preservacionista e conservacionista são encontradas na base do pensamento ambiental brasileiro e em sua origem comungam de um mesmo arcabouço conceitual científico. A dissociação entre conservação e preservação é um fenômeno recente, conforme demonstrado ao longo das seções anteriores (BARRETTO FILHO, 2004), mas não implica necessariamente em bases teóricas excludentes: mesmo no campo conservacionista é possível encontrar vertentes que privilegiam a compreensão preponderantemente científica do mundo. A diversificação do pensamento ambiental e aí incluindo a emergência da visão socioambientalista – que dentre outros aspectos reconhece a pluralidade de saberes – constituiu-se na configuração e complexidade do movimento ambiental.

A pluralidade do movimento ambiental tem sido compreendida por meio de classificações, como o perfil dos ativistas, o setor social de atuação e as vinculações teóricas (VIOLA, 1987; VIOLA & LEIS, 1995; CARVALHO, 1997; DIEGUES, 2000; LOUREIRO, 2003). No entanto, enquanto *movimento social*, abriga internamente grupos e interesses diversos sobre a categoria “ambiente”, que é social e historicamente construída, ou seja, se materializa na medida em que se pensa e age sobre ela. Assim, embora didaticamente a fragmentação do movimento ambiental em setores ou segmentos sociais possa ser útil para algumas análises, é importante ter em conta que esse processo pode ofuscar não só os diferentes interesses existentes dentro desses setores, mas também as dinâmicas sociais que os constituem (CARVALHO, 1997; LOUREIRO, 2003).

Por outro lado, compreender o campo ambiental unido em torno de um consenso sobre a preservação da natureza acima dos interesses setoriais acaba por velar os conflitos

sociais inerentes às diferentes formas de apropriação dos meios materiais (CARVALHO, 1997). Por conseguinte, cabe a reflexão de:

[...] considerar criticamente o discurso majoritário de que “o movimento ecológico é aquele responsável pela melhoria da qualidade de vida da geração presente e pela garantia desta para as gerações futuras” e afirmações reificadas que ignoram a dinâmica social existente na constituição do ambiente, do tipo “Não estou a favor ou contra ninguém, estou ao lado do meio ambiente.”, para trabalharmos o que uma minoria coloca: “O movimento ecológico ainda tem que quebrar esta estrutura utópica de que ele é o salvador do mundo. Tem contradições internas [...] quanto qualquer outra força social. Ele não é formado de anjos!” (LOUREIRO, 2003, p. 21).

Apesar da diversidade ideológica, há uma matriz de valores no movimento ambiental que o insere no rol dos Novos Movimentos Sociais (NMS) emergentes na década de 1980 (CARVALHO, 1997). Os NMS foram impulsionados pelo questionamento da dominação das formas de produção capitalistas e de seus efeitos de naturalização das formas sociais estabelecidas. A possibilidade de denúncia da opressão se fez na medida em que, por serem “naturais”, não se atrelavam a “qualquer lealdade cultural específica” (SANTOS, 1996, p. 256). Assim:

Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade (SANTOS, 1996, p. 258).

Loureiro (2003) destaca quatro pontos centrais no movimento ambiental sobre a crítica à sociedade moderna. O primeiro é a crítica ao expansionismo religioso judaico-cristão, que com sua concepção monoteísta afirma a espécie humana como dominadora da natureza, sendo esta obra divina feita para a felicidade e satisfação das necessidades humanas. Essa visão coloca o ser humano à parte e em posição hierarquicamente superior em relação a todas as outras formas de vida.

O segundo é a crítica à orientação cientificista, que embasa a cultura das sociedades modernas e que fragmenta os objetos como forma de compreender o todo. Essa dinâmica acaba conduzindo a um esmaecimento da dimensão histórica da vida, levando a um distanciamento do ambiente, tomado como absoluto e permanente. A noção tanto de dominação sobre a natureza quanto dos poderes ilimitados da ciência acaba por conduzir a um modo de vida individualista e antropocêntrico – terceiro ponto de análise – em que a ética fica subordinada à esfera individual. O quarto ponto é a reverberação dessa estrutura

de pensamento no plano macro-social, em que a industrialização e a tecnologia como meio de exploração da natureza levam à intensa, e talvez irreversível, degradação ambiental (LOUREIRO, 2003).

3.2 O AMBIENTALISMO EM SUAS EXPRESSÕES ESPACIAIS: A CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A QUESTÃO TERRITORIAL

Ainda no seio da emergência do movimento ambiental, há que se lançar um olhar específico sobre o processo que levou à organização de diversas categorias de áreas protegidas em um único estatuto legal, o SNUC. Essas áreas eram previstas em instrumentos legais diferenciados até a década de 1990 e mesmo em seu conjunto não contemplavam as necessidades do país. Um estudo sobre áreas prioritárias para a conservação e proteção da natureza publicado em 1976 foi realizado por meio de um convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o IBDF. Esse estudo resultou na base para o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, elaborado pelo IBDF e FBCN em duas etapas – 1979 e 1982 (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, 2006). O Plano propôs a criação de mais categorias de UCs, mas não foi atendido. Nos anos seguintes entre 1979 e 1985, mais UCs na Amazônia foram criadas com base nas categorias então existentes (BARRETTO FILHO, 2004).

Em 1988 o IBDF encomendou à Funatura – ONG derivada de um dos núcleos da FBCN – um anteprojeto de lei para a criação de um sistema integrado de UCs no escopo de um projeto do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que previa a atualização dos planos antes elaborados. Após ser aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o então Projeto de Lei (PL) nº 2.892/92 foi encaminhado em maio de 1992 ao Congresso Nacional. A partir daí seriam oito anos de tramitação até a aprovação da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

O PL sofreu diversas alterações e foi alvo de acirradas disputas no âmbito do movimento ambiental, que explicitavam justamente suas distintas filiações ideológicas, grosso modo vinculadas aos campos preservacionista e conservacionista. O primeiro substitutivo elaborado pelo deputado Fábio Feldmann criticava a origem histórica das UCs nos moldes de áreas reservadas à disposição do usufruto de populações tipicamente urbanas, condenando o autoritarismo e unilateralidade tradicionais com que vinham sendo criadas. Destacava também que a visão tradicional de conservação não concebia a possibilidade de uma UC gerar desenvolvimento local e regional articulada à promoção social e econômica das comunidades envolvidas. Em 1995, com a saída de Feldmann do

Congresso, o deputado Fernando Gabeira assumiu a relatoria do PL. Em paralelo, seis consultas públicas foram realizadas em cinco regiões do país pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM), presidida pelo Deputado Sarney Filho (MERCADANTE, 2001).

O parecer de Gabeira dava-se basicamente nos mesmos termos do que havia sido colocado por Feldmann, ressaltando a necessidade de inserção da sociedade de forma democrática no processo de criação de UCs e condenando a expulsão de populações locais em função das restrições ao uso e à presença humana na maior parte das categorias dessas unidades (MERCADANTE, 2001). Os conflitos em torno da expulsão de comunidades vinham sendo enfaticamente denunciados por intelectuais da vertente socioambiental, como os trabalhos de Diegues (1999; 2000).

Gabeira reconheceu que as reações vindas das comunidades aliadas do processo de criação de UCs e expulsas de suas áreas historicamente ocupadas era um reflexo do processo de redemocratização em que se encontrava o Brasil (MERCADANTE, 2001; SANTILLI, 2005). As RESEX eram um exemplo desse movimento de reivindicação do direito ao território como forma de reprodução social e cultural. No entanto, os preservacionistas eram contra sua inserção no PL, uma vez que viam nessa categoria mais um instrumento de reforma agrária do que de conservação ambiental. Além disso, Gabeira colocava a necessidade de aproximar a gestão das áreas federais dos estados, municípios e sociedade civil, já que eram instituições e instâncias muito mais próximas da realidade em que se inseriam os problemas e potencialidades da conservação. Era uma crítica à tradicional centralização federal na gestão dos territórios.

A questão da permanência das *populações tradicionais*, a necessidade de consulta pública para a criação de UCs e a forma de conduzir as reclassificações das categorias existentes para se adequarem às que seriam instituídas pelo novo sistema foram pontos de grande polêmica. Tentou-se inserir uma definição de *população tradicional*, mas ao tempo em que era abrangente demais para os preservacionistas, era restritiva para os conservacionistas – socioambientalistas. A presença dessas populações passou a ser permitida em FLONAs, desde que de acordo com o regulamento e o Plano de Manejo da UC, retirando-se o contrato de concessão de direito real de uso previsto para RESEX e Reservas Ecológico-Culturais (MERCADANTE, 2001). No entanto, de modo geral os preservacionistas condenavam a presença de populações humanas dentro de UCs. O abaixo-assinado produzido no II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em 2000, determinando a retirada de populações indígenas da área de UCs em nome da “ordem democrática” (LITTLE, 2002), evidenciou a intolerância e autoritarismo inerentes ao marco teórico em que essa corrente de pensamento tradicionalmente se vincula – a razão instrumental da ciência moderna.

Ademais, não houve consenso sobre a obrigatoriedade de consulta pública para a criação de UCs e, no decorrer das negociações, tanto Reserva Biológica (REBIO) quanto Estação Ecológica (EE) ficaram isentas desse processo. Segundo Mercadante (2001), “A intenção era fazer da criação de uma UC um processo participativo e negociado, a construção de um compromisso, envolvendo todos os atores interessados. Mas não houve condição política para um avanço desta ordem”. Isso reduzia bastante o teor democrático da futura lei, pois a existência de uma, e somente uma categoria de UC que impusesse *a priori* a expulsão de populações comprometeria essa noção. Para haver compromisso radical com a democracia, as UCs deveriam, caso a caso, ter sua criação e seu zoneamento construídos com a sociedade.

O projeto foi aprovado pelo Senado em junho de 2000. Entre os vetos do Presidente da República estavam os que versavam sobre a definição de *populações tradicionais*; sobre a possibilidade de explorar recursos da RPPN²³; e sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo de reclassificar as UCs de Proteção Integral que abrangessem populações humanas ou de reassentá-las em prazo de 10 anos (MERCADANTE, 2001).

Há claros avanços teóricos na definição das UCs pelo SNUC, como pode ser percebido na definição das categorias de RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cujos objetivos focam na garantia da reprodução dos modos de vida de *populações tradicionais* associada à conservação dos recursos naturais. Essa abertura à dimensão social representa, não sem disputas, o reconhecimento de outras formas de apropriação do ambiente em que a relação com o espaço e com a natureza é condicionada e significada como fonte direta de atendimento às necessidades básicas e de reprodução social – alimentação, socialização, lazer, saúde e espiritualização.

A noção de território passa então a ser central nesse tema. Um território pode ser conceituado como um espaço delimitado no qual o uso é feito de acordo com “significados psicológicos e culturais que lhe conferem quadros sociais” (FISCHER, s/d, p. 23). No mesmo sentido, de acordo com Little (2002, p. 3), a territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”. Esse conceito remete à dimensão do enraizamento ou pertencimento a um determinado lugar, significado segundo processos sociais e culturais:

[...] esta concepção de enraizamento, baseada na dimensão psicológica do espaço, se opõe sempre, mais ou menos, a uma concepção funcional dos lugares que são simplesmente e “logicamente” locais previstos para funções. O enraizamento é, nessas condições, o processo psicológico que faz de um espaço um valor ligado ao indivíduo [...] (FISCHER, s/d, p. 199).

²³ Isso faz com que a categoria RPPN esteja até hoje equivocadamente no grupo de Uso Sustentável.

No entanto, permaneceram outras categorias de UCs que, quando não somente “autorizam” a permanência de *populações tradicionais* no interior da UC, desde que de acordo com as regras de uso, determinam a retirada de qualquer grupo humano, como é determinado para todas as UCs de Proteção Integral (BRASIL, 2008f).

Aí residem as dúvidas quanto à real dimensão democrática do SNUC quando é considerado como plenamente socioambiental (SANTILLI, 2005). A primeira questão é que, independente da categoria, boa parte das UCs no Brasil incide sobre áreas anteriormente ocupadas por populações cuja territorialidade e significação espacial diferem das populações urbanas e, portanto, dos princípios que orientam a concepção da maior parte das categorias de UCs (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 1999; DIEGUES & NOGARA, 1999).

Segundo, mesmo depois da previsão de consulta pública para a criação de novas UCs, com exceção da REBIO e EE, houve casos em que esse processo não foi realizado, como na criação da FLONA Pau-Rosa, abordada no Capítulo 4. Ademais, a questão sobre a dispensa de consulta pública no caso de REBIO e EE recaiu sobre as UCs de maior restrição de uso. Assim, além da sociedade não ter a garantia de participar de uma decisão de algo que é de interesse público, as populações em seu interior devem ser desapropriadas do espaço, como em qualquer UC de Proteção Integral, independente de contribuírem ou não para a conservação da natureza.

Por outro lado, quando a necessidade de ocupação da UC ocorre por agentes que detêm grande poder econômico, a facilidade de ocorrer o inverso é grande – a UC é desafetada para exploração dos recursos naturais em nome do “interesse público” e do desenvolvimento econômico. Esse é o caso do PARNA da Amazônia que teve parte de sua área desafetada para empreendimentos de mineração (TORRES & FIGUEIREDO, 2005).

Os conflitos entre preservacionistas e conservacionistas durante a elaboração do SNUC, mais do que representarem divergências do ponto de vista ambiental, representaram divergências epistemológicas, como vem sendo tratado neste capítulo. As categorias mais restritivas assentavam sobre a lógica cientificista e urbano-industrial, hegemônica no âmbito do Estado brasileiro e condutora de suas ações. Essa lógica foi expressa territorialmente ao definir espaços “ambientais” fragmentados dos espaços “humanos”, revelando a concepção da relação sociedade-natureza como pólos dicotômicos e antagônicos, expulsando a humanidade da natureza.

Além disso, o pensamento científico moderno, ao arrogar-se o direito de invalidar quaisquer outras formas de conhecimento, desqualificou os conhecimentos não-científicos como *senso comum* ou *humanidades*; logo, irracionais (SANTOS, 2010). Todavia, desqualificou e tornou invisível não só outros arcabouços epistêmicos, construídos *nas relações sociais*, como assim ignorou e deslegitimou outras territorialidades deles

decorrentes, diferentes daquela do Estado moderno, que funcionaliza e programa o espaço de forma fragmentada e ao mesmo tempo homogênea-o, convertendo aquilo que é diferente nele mesmo.

Foi a *produção* da inexistência das populações ou povos tradicionais, sejam indígenas, caboclos, seringueiros, caipiras, sertanejos, dentre tantos outros, “não-modernos”, que permitiu que as UCs despencassem sobre seus territórios. As culturas e territorialidades *inexistentes* só puderam surgir *na relação* com a racionalidade científica moderna do Estado, ao serem colocadas como ignorantes, tradicionais – primitivas –, inferiores, improdutivas e locais (SANTOS, 2008c). Foi assim que a diversidade sociocultural e territorial historicamente construída e constantemente reformulada foi designada sob o termo de “populações residentes” das UCs, indicando o parâmetro por meio do qual foram – e são – analisadas (LITTLE, 2002).

Por outro lado, o próprio processo de expansão da criação de UCs nas décadas de 1970 e 1980 na Amazônia, atrelada ao expansionismo agro-industrial, permitiu que o choque entre o movimento de territorialização do Estado e os territórios estabelecidos por aquelas populações gerassem múltiplas respostas – dentre resistências, acomodações, influências mútuas – que de certa forma as tiraram da invisibilidade econômica e política, favorecendo inclusive a emergência de novas territorialidades (BECKER, 2010).

O fato de a maior intensidade desse processo ter acontecido só a partir da década de 1980 não é mera casualidade: o contexto de redemocratização do Brasil e com ele a emergência de movimentos populares e do próprio ambientalismo foram fundamentais. Soma-se a isso a capacidade que essas populações tiveram para se articular com movimentos sociais e, na esfera ambiental, com o socioambientalismo e grandes ONGs ambientais (BARRETTO FILHO, 2004) A luta dos seringueiros pela integridade de seus territórios e a instituição das RESEX podem então ser compreendidas dentro desse contexto, sem o quê seria uma contradição sua inclusão em um instrumento legal de cunho essencialmente preservacionista (LITTLE, 2002).

As novas e históricas territorialidades na Amazônia vêm constituindo-se como desafio para as políticas públicas ambientais na medida em que a escala macrorregional vem sendo diluída por suas diferentes formas de articulação local, regional, nacional e internacional. Esse processo de múltiplas redes tem contribuído para qualificar sua capacidade de reivindicar políticas adequadas ao desenvolvimento da região, o que está em parte associado a projetos alternativos de desenvolvimento econômico baseados na sociobiodiversidade amazônica, como agricultura familiar, agrossilvicultura e as próprias RESEX (BECKER, 2010).

Conseqüentemente, são um desafio também para as UCs, especialmente as de Uso Sustentável como as FLONAS, haja vista as motivações econômicas direcionadas à grande

indústria madeireira que levaram a sua instituição e o relativo insucesso no abastecimento legal de madeira no mercado nacional e internacional (IORIS, 2008). Ao tempo em que são fruto da racionalidade instrumental e desenvolvimentista do Estado, sobrepõem-se a territórios imersos em racionalidades alternativas (IORIS, 2000).

Portanto, ainda que a concepção, o desenho e a justificativa da maior parte das categorias de UCs tenham sido historicamente realizados sem o necessário reconhecimento da diversidade social e territorial que abrangem e, especialmente, desarticulados das demandas sociais, produtivas e de conservação locais, essas são questões sobre as quais não se pode tergiversar se o objetivo é de fato *promover* a conservação da natureza em sentido amplo. Dessa forma, não importa, por exemplo, que a categoria FLONA não tenha em seu objetivo central as populações abrangidas por ela, tal qual ocorre com RESEX e RDS. Havendo pessoas relacionadas, há que se considerar a forma com que se relacionam territorial, social e ambientalmente com os territórios das UCs, trazendo à tona suas demandas, práticas sociais e conhecimentos que contribuam para o objetivo de conservação.

3.3 A DIMENSÃO PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A intenção aqui é evidenciar como a concepção da educação no pensamento ambiental esteve articulada aos preceitos mais gerais da estrutura desse pensamento e do diagnóstico que se fez – e se faz – do problema ambiental. Assim, enquanto antes de tudo sendo *educação*, a EA também é fruto do sistema social, vinculando-se ao contexto histórico e aos valores e conceitos nos quais é gerada e que orientam sua reflexão e ação. Portanto, o campo da EA se pluraliza na medida em que corresponde às diferentes linhas de pensamento no campo ambiental (LIMA, 2005), as quais se entrecruzam mais ou menos em torno dos eixos preservacionista e conservacionista. Aquele marcado necessariamente por uma visão conservadora e instrumental da educação; este variando entre a educação conservadora e a emancipatória. Nesse sentido, a EA encerra as possibilidades tanto de reprodução quanto de transformação da ordem social subjacente à degradação ambiental (CARVALHO, 2006; LAYRARGUES, 2006).

3.3.1 Educação Ambiental no Brasil antes do movimento ambientalista

No Brasil, em um primeiro período – Colônia e Império – a ênfase das “soluções ambientais” estava na modernização da tecnologia do campo para promover o uso racional dos recursos e impulsionar o desenvolvimento agrícola do país, dentro de um projeto

essencialmente fisiocrata. Essa determinação traduziu-se pedagogicamente na recomendação de escolas rurais e de silvicultura, difusão de técnicas agrícolas e elaboração de materiais didáticos para a instrução dos lavradores (BARRETTO FILHO, 2004; DUARTE, 2004; PÁDUA, 2002;).

Como as culturas africana e indígena eram desprezadas do ponto de vista moral e social – e a escravidão era condenada como entrave ao progresso – a civilização e incorporação dos índios e escravos à economia era uma emergência pedagógica a ser empreendida. Conforme discutido no Capítulo 2, a importância da cultura nativa evidenciava-se somente nos termos em que os conhecimentos indígenas sobre a natureza fossem úteis para descobrir utilidades de plantas e animais para a economia colonial (SANTOS, 2008b). O papel pedagógico da Igreja na internalização de valores ocidentais no processo de colonização não só foi efetivamente desempenhado com apoio do Estado como era desejável mesmo do ponto de vista dos críticos ambientais (PÁDUA, 2002).

A isso se relaciona a característica fundante do pensamento moderno hegemônico, no qual também se vinculavam as primeiras críticas ambientais, o qual deveria ser permanentemente reproduzido para o sucesso da expansão dos ideários desenvolvimentistas e capitalistas. Essa novidade era a racionalidade científica recém emergente da Revolução Iluminista que, desenvolvida inicialmente no escopo das ciências naturais, expandiu-se para o campo social no século XIX (SANTOS, 2010).

Na República, o viés fisiocrata se manteve no ideário da elite intelectual, ainda que de forma isolada. No entanto, o rompimento do poder das elites agrárias a partir de 1930 e a inserção do Brasil na era da modernização industrial, com todo o clima de renovação que isso propiciou na sociedade, colocaram o Brasil no rumo da construção de um projeto integrado e moderno de nação.

O pensamento ambiental articulou o clima de renovação e de necessidade de uma identidade nacional às influências românticas nas ciências naturais de idealização e valorização da natureza em seu todo orgânico integrado e harmônico (FRANCO & DRUMMOND, 2005a; 2005b). Essa valorização do natural como forma de justificar o impedimento da degradação, na sua expressão meramente contemplativa das paisagens “naturais” e sem articulação alguma com o questionamento da ordem social e econômica vigente, talvez tenha sido a tênue contribuição do Romantismo ao pensamento ambiental brasileiro desse período. Isso difere, portanto, das manifestações românticas profundamente contestatórias das sociedades modernas na Europa (PÁDUA, 2002).

A manifestação desse pensamento no campo educativo reunia, além do estímulo à formação nas áreas de produção florestal e agrícola, a popularização de conhecimentos científicos nas mais diversas áreas de pesquisa. Por meio da educação científica seria possível aproximar as pessoas do magnífico “mundo natural” e com isso criar relações de

afeto e cuidado com a natureza ao mesmo tempo em que se qualificava seu uso racional. Em outras palavras, era necessário educar para conservar o patrimônio natural pelo seu valor científico – articulado ao potencial econômico de novos conhecimentos sobre a natureza – e por seu valor estético, dado que esses eram meios de promover o desenvolvimento do Brasil (BARRETTO FILHO, 2004; FRANCO & DRUMMOND, 2005a; 2005b). Essa era a orientação pedagógica inserida em um projeto de nação cujos desígnios eram construir uma identidade nacional baseada na integração e centralização do território não só espacialmente, mas cultural e epistemologicamente (COSTA, 2000, LITTLE, 2002; SANTOS, 2008c).

A publicação periódica da Revista Nacional de Educação (RNE) entre 1932-1934 representou um marco educacional nesse projeto de nação. Editada pelo Museu Nacional com patrocínio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública e dirigida por Edgar Roquette-Pinto, foi concebida por seus idealizadores como um projeto de educação popular, destinada a alcançar todas as classes de brasileiros. Ela surgiu no bojo da preocupação do governo sobre os perigos do cinema; os recursos para sua produção vinham da taxa cinematográfica para a educação popular instituída pelo Decreto 21.240 de abril de 1932, que nacionalizou o serviço de censura cinematográfica (DUARTE, 2004).

A renovação intelectual representada pela RNE decorria de que a revista dedicava-se a difundir conhecimentos até então restritos à comunidade científica, depositando no Museu Nacional a expectativa de um papel importante na educação da sociedade brasileira. Sob o lema “Em todos os lares do Brasil, o conforto moral da Ciência e da Arte” – epígrafe permanente da revista – seu conteúdo era eclético, tratando desde ciências naturais até poesia. Dentre os cientistas colaboradores estavam antropólogos, zoólogos, geólogos e arqueólogos, dentre os quais Alberto Sampaio e Cândido de Melo Leitão. Nela eram também publicados fragmentos de textos de Alberto Torres, Euclides da Cunha e Alexandre Rodrigues Ferreira.

A RNE representou um movimento do Estado de popularizar a ciência, resgatando um Brasil afora pouco conhecido, não só sobre a natureza, mas sobre o povo brasileiro. Os mestiços do Brasil, ao contrário das correntes intelectuais que os colocavam como seres inferiores em função da mistura de raças e do determinismo biológico, eram nela valorizados, pois representavam o empreendedorismo e o espírito de aventura e insubmissão do povo brasileiro. O problema do desenvolvimento do Brasil não estava em extirpá-los e a solução “não era transformar os mestiços em brancos, nem substituir os homens, mas educar todos, claros, pardos e escuros” (DUARTE, 2004, p.35). Assim, a RNE apresentava:

[...] a história do Brasil em seu vigor, infundindo em seus leitores a convicção do valor próprio e mostrando as potencialidades a serem exploradas por um povo esclarecido. Esse seria o conforto da ciência e da arte, infundindo razão e fruição estética, a ser oferecido em cada página da revista (DUARTE, 2004, p. 35).

Ao tratar de temas diversos como a flora e fauna do Brasil, antropologia, astrologia, matemática, arqueologia, agricultura e climatologia, arte, literatura, técnicas de desenho, fotografia e música, a RNE configurou-se como:

[...] uma espécie de cartilha escolar variada, múltipla, versátil, ligada aos fatos da realidade, pois descortinava um mundo de sinais a serem decifrados, como se o Brasil fosse um grande livro a ser lido e, para tanto, as pessoas tivessem que ser devidamente instrumentalizadas (DUARTE, 2004, p. 41).

A contribuição que a educação poderia dar ao projeto de construção da identidade nacional para um Brasil desenvolvido e calcado pelo progresso era a de justamente reunir em um veículo de fácil manuseio e linguagem os moldes do que se intentava para um cidadão brasileiro, culto e capaz de construir uma nação integrada territorialmente e homogeneizada socialmente. A ciência seria a base dos instrumentos para que a extensão territorial deixasse de ser obstáculo à integração. Esse projeto pedagógico não só era fruto dos mesmos ideais cientificistas que elaboravam a matriz de valorização e proteção da natureza, como era construído pelos mesmos personagens, dentre eles Alberto Sampaio. Além disso, sendo obra do projeto integrador de um Estado autoritário, não era surpresa que fosse controlado e financiado pelos serviços de censura (DUARTE, 2004).

Setores educacionais públicos e associações civis de proteção à natureza nas suas diversas áreas de ação ministravam palestras, difundiam informações sobre técnicas mais produtivas de se lidar com a terra e realizavam atividades lúdicas como o plantio de mudas, envolvendo escolas, crianças e jovens (FRANCO & DRUMMOND, 2002; 2005a; 2005b). Essa visão preservacionista abordava a problemática ambiental por uma perspectiva naturalista e acrítica. Articulada aos pressupostos do diagnóstico hegemônico de que a degradação dos recursos naturais e as deletérias conseqüências sobre o potencial econômico da natureza assentavam simplesmente na ausência de uma valorização abstrata da própria natureza e no uso de técnicas de exploração predatórias, essa visão não identificava na macro-estrutura socioeconômica a origem dos problemas ambientais (CARVALHO, 2006; LIMA, 2005, 2009).

Lima (2009) considera que a ênfase nas ciências naturais e as influências biologizantes como eixo educativo do enfrentamento da problemática ambiental devem-se ao pioneirismo dos cientistas naturais em denunciar o processo de degradação da natureza associado à fragmentação intrínseca da ciência que leva ao olhar especializado sobre a

realidade. De fato, os primeiros críticos intelectuais no século XVIII eram naturalistas, porém envolveram-se direta ou indiretamente com o debate político sobre os rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Exatamente por conseguirem associar a degradação ambiental com o conjunto dos problemas estruturais que determinavam o atraso no desenvolvimento do Brasil – como o modelo latifundiário-escravista – acabaram por articular a problemática ambiental com a conjuntura social e política da época, ainda que em uma perspectiva desenvolvimentista. Concordando com Pádua (2002), mais do que uma “fraqueza teórica” desses pensadores, por não elaborarem uma crítica especificamente ambiental e sim articulada a questões estruturais do país, constituiu-se como “a maior força e atualidade dessa tradição intelectual” (p. 283).

Assim, a origem da crítica ambiental a partir das ciências naturais para explicar uma visão predominantemente ecológica nas práticas pedagógicas ambientais não é por si só suficiente. É necessário pontuar que as formulações da crítica ambiental na época do Brasil Colônia e até as primeiras décadas da República, embora também orientadas por princípios cientificistas e naturalistas, parecem ter sido esquecidas ou minimizada ao longo do debate ambiental, sem que as causas disso estejam claras (PÁDUA, 2002). Além disso, a emergência da racionalidade científica moderna não causou uma fragmentação imediata entre os campos do conhecimento. Ao contrário, colonizou-os com a razão instrumental (SANTOS, 2010), resultando daí que a formação naturalista passava por todas as áreas, inclusive as humanidades, permitindo, durante certo período, um olhar cientificista, porém abrangente por esses intelectuais (PÁDUA, 2002).

Arrisco dizer que a amnésia histórica da crítica ambiental brasileira associou-se ao ingresso do Brasil na era do progresso industrial – mesmo que este fosse orientado pela crença na ciência moderna – e essa conjunção pode ter ofuscado qualquer discussão que colocasse a conservação dos recursos naturais no centro do debate sobre os rumos do país. Os naturalistas desse período, também partidários do desejo de progresso e já influenciados pela crescente fragmentação e especialização da ciência, logo, alheios às profundas vinculações sociais e ambientais, protagonizaram as denúncias sobre os efeitos da degradação e propuseram medidas pedagógicas que não confrontaram o macro-sistema socioeconômico. Isso teria tornado possível até meados do século XX, como vimos antes, certa solidariedade e complementaridade entre conservação e preservação.

3.3.2 O campo crítico e emancipatório da Educação Ambiental

Se ao longo de toda a crítica ambiental a dimensão pedagógica esteve presente, é articulada à emergência do movimento ambientalista que passa a se autodenominar

Educação Ambiental (CARVALHO, 2002). Embora esse termo já tivesse sido utilizado desde a década de 1950 em encontros internacionais, foi a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 que a EA passou a assumir um papel relevante como campo de reflexão e ação (DIAS, 1993; MEDINA, 1997; CARVALHO, 2006).

Posteriormente a Estocolmo, a EA foi debatida na I Conferência Internacional de Educação Ambiental em Tbilisi, em 1977; e em sua II edição em Tessalônica, Grécia, em 1997. Em 1973 iniciou-se a institucionalização da EA no Brasil como atribuição da SEMA e em sua incorporação em outros setores governamentais, ao mesmo tempo em que foram realizados encontros, seminários e conferências paralelos no país. Um dos mais importantes foi o Fórum Global de ONGs, evento da sociedade civil paralelo à CNUMAD em 1992, quando foi assinado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, um documento referência e marco político da EA brasileira (CARVALHO, 2006, DIAS, 1993).

Com a emergência do socioambientalismo na década de 1980, no seio do encontro entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais, a EA se diversificou em correntes distintas, por vezes com tênues fronteiras internas, acompanhando as clivagens do pensamento ambiental. Nesse sentido é que a EA se configurou como campo de ação no qual se inscrevem distintas concepções sobre a relação sociedade-natureza, por meio das quais os grupos sociais, com seus respectivos interesses, disputam a hegemonia dos seus sentidos e significações construídos em relação à vida, à natureza e ao modo de operar sobre ela (CARVALHO, 1997).

No cerne do socioambientalismo, a influência dos militantes de esquerda e dos movimentos populares que identificaram a questão ambiental como parte de suas lutas por emancipação e democracia permitiu que as práticas pedagógicas de EA aproximassem-se do campo da teoria crítica (LIMA, 2009). Ao fundar-se no campo crítico, tanto o pensamento ambiental quanto o processo educativo centram-se na compreensão dialética da relação sociedade-natureza, para além das visões naturalizadas que colocam a sociedade como algo homogêneo e estático e da noção de natureza como categoria puramente objetiva.

O pensamento dialético, ao conceber a realidade constituída de partes ou dimensões em permanente relação, conduz à noção de que essa realidade só pode ser compreendida em sua totalidade na medida em que se compreendem não só as partes, mas as relações entre elas no conjunto, em um processo de totalização (KONDER, 2008). No âmbito do socioambientalismo e da EA, a dialética possibilitou identificar as inter-relações entre a macro-estrutura socioeconômica capitalista, a degradação ambiental e as injustiças sociais em uma dinâmica permanente ao longo do tempo.

Desse modo, o pensar dialético, considerando a complexidade e a permanente transformação da realidade, permitiu situar os problemas sociais e ambientais articulados

em seu contexto histórico e, portanto, passíveis de superação por meio da intervenção individual e coletiva dos sujeitos na própria história. A destruição da natureza é fruto das relações conflituosas e assimétricas tanto entre sociedade-natureza como entre sociedade-sociedade (LOUREIRO, 2003). Sob esse ponto de vista, a sociedade deixou de constituir-se como um todo homogêneo e passou a ser um espaço onde se desenvolvem relações históricas protagonizadas por sujeitos também históricos. Isso significa que ao mesmo tempo em que somos determinados pelos processos que nos precede, somos também deles autores e transformadores.

Deixaram de fazer sentido as afirmações genéricas como “a ação destruidora da humanidade” ou “devemos amar a natureza” dado que a humanidade é um todo composto de múltiplos sujeitos, determinações, motivações e modos de vida, que influenciam de forma diferenciada na conservação ou degradação do que se concebe como natureza (CARVALHO, 2006; LIMA, 2009). Assim, a dialética entre sociedade e natureza reside em que o ser humano, ao se relacionar com a natureza transforma seus valores, formas de organização e práticas sociais, que por sua vez influenciam a forma de operar e transformá-la (KONDER, 2008).

Isso nos leva a noção de natureza como uma categoria do social, ou seja, não existe sem ser pensada humanamente, fora da história (LIMA, 1998). A natureza deixa de ser uma paisagem, recursos naturais ou um conjunto de espécies para estar sendo aquilo que é a depender do ponto de vista de determinada sociedade (FREIRE, 2005; GUIMARÃES, 2004). Em pormenores, esse ponto de vista é o conjunto de conceitos, teoria e linguagem inerentes a cada grupo social, seja ele uma comunidade, uma nação, uma tribo. Daí que a diversidade epistemológica do mundo traduz-se em diversidade cultural (SANTOS, 2008a). Nesse sentido, a EA crítica questiona a noção, no paradigma dominante da ciência, de que a natureza é objeto inerte e passivo independente da existência humana (SANTOS, 2010), a ser compreendido objetivamente e apropriado pelo mercado na lógica da existência produtiva.

Na medida em que a EA alicerçada no pensamento científico preconiza o processo pedagógico como a transferência de saberes ecológicos dos que detêm os conhecimentos – científicos – para os que não têm, ela inviabilizava a abordagem dos problemas ambientais por outras perspectivas, como a social e econômica. Em decorrência da simplicidade da análise e da crença ilimitada na ciência, acaba focando na dimensão tecnológica, no ensino da técnica e do conteúdo ecológico, contribuindo para a reprodução da maneira fragmentada de pensar o ambiente e das soluções que incidem sobre os efeitos e não sobre as causas da degradação ambiental (GUIMARÃES, 2006).

A EA fundada no campo crítico, por outro lado, passa a ser essencial para a qualificação da intervenção dos sujeitos na história de modo a transformarem-na para outro

patamar de justiça, democracia e conservação da natureza. Essa intervenção, que é ação, só pode acontecer se pautada na compreensão dialética da realidade. A EA crítica traduz-se em um processo que articula teoria e prática para qualificar a formação de homens e mulheres inseridos na história.

Para que a práxis possa contribuir para a transformação do mundo e das relações sociais degradantes em direção a sociedades orientadas por relações mais cooperativas entre si e com a natureza, é necessário buscar, no processo, a autonomia dos sujeitos. Porque o cenário em que se insere a degradação ambiental tem sido aquele em se inscrevem as relações de dominação e colonização inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista.

A alienação pelo trabalho, a construção da natureza em puro objeto a ser dominado e a inferiorização de culturas e saberes diferentes daqueles que circulam na atmosfera científica moderna têm sido reflexo e alimento desse modelo social ou, em outras palavras, de produções de não-existência (SANTOS, 2008c). Buscar a autonomia e a emancipação social no processo educativo significa abrir um atalho para que os pilares e tramas que configuram o atual cenário de crise ambiental possam ser desconstruídos e substituídos por um processo de transformação da sociedade orientada pela multiplicidade de culturas e saberes já disponíveis no presente (CARVALHO, 2006). Essa abertura será possível justamente ao se demonstrar que as experiências críveis são mais diversas do que as experiências críveis no pensamento científico moderno (SANTOS, 2008c).

Dessa forma, a democracia aparece como valor que deve ser buscado não só no âmbito das relações sociais explícitas, mas na relação entre diferentes formas de conhecimento. Sem descartar a ciência, outras formas de conhecimento, outras epistemologias, devem ser pensadas na lógica de uma ecologia de saberes. Todo saber implica em ignorância de outro saber, ou seja, não há conhecimento geral nem ignorância geral, como pretende a ciência moderna ao se afirmar como a primeira opção (SANTOS, 2008a).

Isso resulta em que a EA crítica, ao se pretender democrática e democratizante, resgata os diferentes olhares e saberes sobre a realidade em que se inscrevem tanto educador quanto educandos, tornando os saberes não-científicos legítimos para o debate epistemológico e a intervenção na realidade, na medida em que são críveis em suas próprias práticas sociais. A relação educador-educando ocorre em via de mão dupla, abandonando a dicotomia e hierarquia antes essencial no pensamento científico moderno (FREIRE, 2005).

A democracia epistemológica na forma da ecologia de saberes deve ser central no pensamento socioambiental na medida em que a problemática ambiental evidencia a degradação da natureza como condicionante da vida humana e da manutenção das

sociedades. Historicamente, os vetos e a regulação do relacionamento humano com a natureza têm sido definidos em prejuízo de populações que não detêm o saber científico – e por isso ignorantes da forma “correta” de se relacionarem com ela. Isso se expressou, espacialmente, na expulsão de populações moradoras de áreas onde foram decretadas UCs e, instrumentalmente, na prescrição de soluções tecnológicas e de saberes científicos.

Em última instância, a injustiça social assenta na injustiça cognitiva. No entanto, a luta por uma justiça cognitiva não terá sucesso se se basear apenas na idéia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico. Para além do facto de tal distribuição ser impossível nas condições do capitalismo global, o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação ao tipo de intervenção que promove no mundo real. Estes limites são o resultado da ignorância científica e da inabilidade em reconhecer formas alternativas de conhecimento e se interligar com elas em termo de igualdade de partida (SANTOS, 2008c, p. 106)

O desafio da EA crítica é, ao romper com os referenciais paradigmáticos da ciência moderna na esfera do diagnóstico, consegui-lo também em suas propostas de ação. A armadilha paradigmática a que se sujeitam as educadoras e os educadores ambientais é justamente decorrente da limitação da compreensão da realidade imposta pelo próprio pensamento hegemônico ao orientar uma análise disjuntiva, separando a realidade em partes independentes com pouca articulação entre si e entre diferentes dimensões.

Um dos efeitos dessa armadilha é o foco da ação pedagógica na esfera individual e comportamentalista, apoiado pela noção de que a soma de indivíduos corretamente modificados – educados – pode levar à transformação da realidade e da solução dos problemas ambientais. Essa percepção da realidade e, portanto, da crise ambiental, acaba levando a propostas pedagógicas simplistas, focadas não só na mudança do indivíduo, mas na transferência do conhecimento, sem vislumbrar a necessidade da ação na esfera coletiva e pública. (GUIMARÃES, 2006).

De outro modo, a EA fundada no campo crítico compromete-se com a promoção de uma compreensão da problemática socioambiental em suas múltiplas dimensões e inter-relações mediadas pelos diferentes saberes e concepções de natureza que guiam as relações entre o mundo natural e o social. Isso requer não só o envolvimento de processos cognitivos, mas também socioculturais em uma perspectiva de educação como ato político em sentido amplo, no qual sujeito da ação educativa é implicado nas transformações individuais e coletivas necessárias ao enfrentamento da crise ambiental e da injustiça social (CARVALHO, 2004, 2006).

3.3.3 Educação Ambiental no contexto das Unidades de Conservação

Pode-se dizer que a EA também acompanhou a estratégia de implantação de UCs no Brasil, ainda que no plano discursivo. O Código Florestal de 1934 ao instituir as primeiras categorias de áreas protegidas, colocou a educação florestal como incumbência do Conselho Florestal (BRASIL, 2011a). No Código Florestal de 1965 passou a ser obrigatória a adoção de textos de educação florestal nos livros escolares (BRASIL, 2008c). No SNUC, a EA foi prevista como um dos objetivos, associada à recreação em contato com a natureza, ao turismo ecológico e também inserida em objetivos de algumas categorias de UCs. Além disso, foi contemplada na diretriz que versava sobre a cooperação com instituições públicas e privadas para ações de gestão das UCs. No entanto, os referenciais teóricos e valores inerentes à EA não eram definidos na lei; a orientação epistemológica e política da EA ficaria a depender das concepções próprias das instituições, dos gestores e dos educadores à frente do processo.

A EA no processo de gestão ambiental, formulada no âmbito do IBAMA, pode ser entendida como fruto da emergência do socioambientalismo e das vinculações da EA ao campo crítico. Entre suas definições encontra-se a “singularidade” de “tomar o espaço de gestão ambiental como lugar de ensino-aprendizagem para propiciar condições à participação individual e coletiva, nos processos decisórios sobre o acesso e uso dos recursos ambientais, no País” (IBAMA, 2002, p. 5). O processo educativo é compreendido como “um processo de intervenção na realidade vivida em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando sua transformação” (IBAMA, 2002, p. 10).

Assim, segundo a definição dos próprios educadores ambientais formuladores da proposta, a EA no processo de gestão ambiental tem como ponto de partida a “análise da realidade socioambiental vivida pelos grupos sociais com quem realizamos as ações educativas” (IBAMA, 2002, p. 10) e entre os públicos estavam aqueles no interior ou entorno das UCs. No entanto, assumir essas concepções de vertente crítica na EA não possibilita afirmar que ela tenha sido implementada como tal ou, sequer, existido no contexto de todas as UCs.

Uma dificuldade central para isso é a própria história autoritária da criação dessas unidades, mesmo depois da instituição do SNUC. As imposições de UCs sobre áreas antes povoadas foram e têm sido foco de conflitos entre as “populações residentes” no interior e entorno. Isso não só porque essas áreas restringem o uso dos recursos naturais, ainda que sejam de uso direto, mas porque a regularização fundiária geralmente é uma questão que

se arrasta por muitos anos após a criação da UC, deixando muitas populações em situação de legalidade incerta (IORIS, 2000; TORRES & FIGUEIREDO, 2005).

Em 2006 foi iniciado o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA) pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA²⁴. Consubstanciada em um documento com diretrizes para instituições públicas e privadas na condução de processos de EA e comunicação, foi elaborada a partir de um diagnóstico das ações conduzidas no âmbito das UCs, protagonizadas à época pelo próprio IBAMA e por instituições públicas e privadas (MMA & ICMBIO, 2011).

As referências sobre a EA para a ENCEA estão nos documentos legais ou naqueles elaborados em espaços públicos e no âmbito da sociedade civil, entre os quais a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 2008b); o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005); o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (FÓRUM, 2005); o SNUC; o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2011i); e as Deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente (CNMA). Embora os parâmetros sejam diversos, é possível dizer que sua abordagem se deu a partir de uma perspectiva crítica. De acordo com o documento:

O cerne da Encea está nos processos inclusivos de participação social na gestão ambiental e no fortalecimento da cidadania, oportunizados pelos espaços participativos e meios de comunicação que proporcionam criticidade e tomada de decisão consciente pelas comunidades sobre as UC. A proposta é que tais meios e espaços sejam criados e/ou fortalecidos em todas as etapas pertinentes à existência de uma Unidade de Conservação: a criação, a implementação e a gestão.
[...]

Objetivo geral: fortalecer e estimular a implementação de ações de comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos de UCs e Reservas da Biosfera, em seus entornos e zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios e assegurando o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições afetados e/ou envolvidos com a questão no país (MMA & ICMBIO, s/d, p. 19-20).

Há questionamentos sobre a forma de elaboração da ENCEA em função dos embasamentos trazidos pelo diagnóstico realizado entre servidores do IBAMA e ICMBio. Um deles refere-se à abordagem pela via educacional em detrimento da EA no processo de gestão ambiental “mesmo quando os entrevistados [servidores do IBAMA e ICMBIO]

²⁴ Em 2007, a gestão das UCs foi retirada do IBAMA e passou para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que então assumiu a parceria com o MMA na construção das diretrizes. No entanto, a EA no ICMBIO só veio a ser abrigada formalmente na estrutura interna da instituição em 2011.

explicitaram a Educação no Processo de Gestão Ambiental em seus projetos político-pedagógicos” (SAÍSSE & LOUREIRO, 2009, p. 162). Ademais, outra limitação do diagnóstico como fonte para a ENCEA é que “a maioria dos informantes não trabalha e não compreende a educação ambiental” (SAÍSSE & LOUREIRO, 2009, p. 162).

Enquanto a EA no processo de gestão ambiental prioriza temas geradores focados no conflito, problema e potencialidade ambientais (IBAMA, 2002), a ENCEA explicita a educomunicação socioambiental, definida como “um campo de estudos e de práticas metodológicas, aplicadas em projetos e programas de educação e gestão ambiental, entre outros, onde a comunicação tem papel diferenciado nos processos educativos, de gestão e de mobilização social” (MMA & ICMBIO, s/d, p. 39). Além disso,

A Educomunicação pressupõe formação de pessoas para utilizarem a comunicação como ferramenta de intervenção da realidade em que vivem, produzindo seus próprios canais de comunicação de forma coletiva. Implica na reflexão e no desenvolvimento de ações coletivas que garantam o acesso à informação de qualidade, seja ela ambiental, cultural, social entre outras, visando a garantia de acesso aos recursos tecnológicos que proporcionam o "fazer comunicativo" (MMA & ICMBIO, s/d, p. 39).

No entanto, a abordagem dos conflitos ambientais está presente na ENCEA nos princípios, eixos de atuação e diretrizes:

Princípios:

Participação: fomentar a integração social, fortalecendo as estruturas comunitárias; oportunizar a aprendizagem coletiva; e **promover a explicitação de conflitos e diferentes interesses das populações e instituições que ocupam e atuam no mesmo território**. Além disso, a participação facilita a compreensão da complexidade socioambiental para a tomada consciente de decisões; proporciona legitimidade às decisões tomadas e facilita a implementação e continuidade das estratégias traçadas (MMA & ICMBIO, s/d, p. 25, grifos meus).

A Encea visa implementar a comunicação e a Educação Ambiental nos seguintes eixos:

- Criação de UC: 1) nos estudos técnicos preliminares e 2) na realização de consulta pública.
- Implantação de UC: 1) na elaboração de um Plano de Manejo e 2) na criação e implementação de Conselho Gestor (consultivo ou deliberativo).
- Gestão de UC: 1) na consolidação territorial, 2) na proteção, 3) no manejo da biodiversidade e dos recursos naturais, 4) no uso público, 5) na pesquisa e monitoramento, 6) nas autorizações e processos de licenciamento, 7) **na gestão de conflitos socioambientais**, 8) na gestão participativa, 9) na integração com as comunidades e 10) na articulação inter-institucional (MMA & ICMBIO, s/d, p. 28, grifos meus).

Diretriz 4: Inserção das UC como temática nos processos educativos não-formais.

[...]

4.12 Promover processos educativos para atuar na **gestão de conflitos socioambientais** buscando a conservação dos recursos naturais e a justiça ambiental (MMA & ICMBIO, s/d, p. 36, grifos meus).

Diretriz 5: Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às UCs e estímulo à práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

[...]

5.2 Incentivar o estabelecimento de processos educomunicativos junto às comunidades residentes e do entorno de UC, visando refletir sobre questões relacionadas aos benefícios, desafios e **conflitos** vivenciados pela criação e gestão da UC, gerando possíveis meios de comunicação comunitários (jornais, programas de rádio, vídeos e outros) (MMA & ICMBIO, s/d, p. 36, grifos meus).

Assim, os questionamentos revelam que mesmo entre os educadores ambientais pautados por uma perspectiva crítica não há consenso sobre as diferentes formas de abordagem da EA no escopo das UCs. Isso evidencia a pluralidade interna da EA crítica mesmo em um campo mais ou menos convergente em seus aspectos teóricos. Essa é, a meu ver, uma questão muito mais positiva e enriquecedora do que fragilizante do campo, dado que dos territórios onde estão as UCs emergem questões que nem sempre se apresentam imediatamente tangenciáveis por uma ou outras abordagens, um ou outros caminhos temáticos e metodológicos, tanto para educadores quanto para educandos. A ação pedagógica libertadora deve estar “em relação de correspondência, não só com os temas geradores, mas com a percepção que deles estejam tendo os homens” (FREIRE, 2005).

Os temas geradores, pontos de partida e chegada na educação crítica, estão inscritos na realidade em que se inserem educadores e educandos. Dessa forma, “Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é a sua práxis” (*ibid.*, p. 114). Disso decorre que:

[...] **a investigação** [...] tem de ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, **tem de constituir-se na comunicação**, no sentir comum uma realidade [...]. E a superação [do pensar ingênuo] não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las **na ação e na comunicação** (FREIRE, 2005, p. 117, grifos meus).

A complexidade socioambiental dos territórios e contextos de UCs, ao tempo em que envolve, é envolvida por conflitos em torno dos diferentes modos de acesso aos recursos naturais (CARVALHO, 2006). Essa realidade, para ser compreendida e transformada, exige que educadores e educandos cultivem a compreensão das diferentes “linguagens” em que

essa realidade pode se apresentar, dando conta de que “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta” (SANTOS, 2010, p. 77-78).

As UCs constituem-se, desse modo, também como cenários de intervenção psicossocial, já que representam noções de espaço e de relação sociedade-natureza próprias dos agentes sociais que as determinam ou que com elas interagem (GALINDO, GILMARTÍN & CORRALIZA, 2000). Como dito antes, a concepção de natureza – produzida na relação com o ambiente – orienta a forma como ela é considerada nas diversas atividades humanas. Assim é que pensar o ambiente é intrínseco e indissociável do agir sobre o ambiente, o que se reflete nos modelos de políticas públicas de gestão territorial e na forma como os diferentes sujeitos intervêm no processo de gestão ambiental.

3.3.4 Espaços e vias pedagógicas na gestão das Unidades de Conservação

Existem dois componentes na gestão das UCs em torno dos quais se vinculam as ações de gestão de seu território: o Conselho Gestor e o Plano de Manejo. O SNUC garantiu que a maioria das categorias de UCs dispusesse de Conselhos Gestores, Consultivos ou Deliberativos, e de Planos de Manejo.

Dentre diversas atribuições, o Conselho Gestor deve conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da UC, promovendo ampla discussão sobre o seu papel e a sua gestão (ICMBIO, 2010). Os processos de EA crítica nas UCs têm focado no lócus da constituição e do funcionamento do Conselho Gestor justamente por ser essa a instância decisória sobre a gestão da Unidade, em que se encontram representantes de diferentes interesses e setores da sociedade (LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2007; LOUREIRO & CUNHA, 2008).

No entanto, as etapas que precedem ou embasam os debates e as decisões nos Conselhos, como aquelas concernentes ao processo de elaboração do Plano de Manejo, nem sempre adentram essa instância com profundidade. Além disso, são mapeamentos e diagnósticos da região produzidos em sua maior parte em processos paralelos por consultores e pesquisadores e, por esse motivo, nem sempre refletem a diversidade de visões sobre o território da UC, deixando pouca abertura para contribuições significativas de grupos sociais e setores que interagem com essas áreas.

Assim, chamo a atenção para a possibilidade de que o processo de elaboração do Plano de Manejo constitua-se em si como um conjunto de ricos e complexos caminhos pedagógicos nas UCs, já que envolve a construção de diagnósticos socioambientais, diagnósticos biológicos e de aspectos socioculturais da região para a proposição de ações de manejo e gestão. Esses caminhos são assim, para as pessoas que de alguma forma

interagem com a região da UC, legítimas vias não só de construção de informações para o debate entre distintos olhares e para a tomada de decisão, mas de auto-reconhecimento e reflexão sobre sua própria inserção na história do lugar.

4 A COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO CAIAUÉ, O MUNICÍPIO DE MAUÉS (AM) E A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA

A comunidade de Santa Maria do Caiuá localiza-se no município de Maués, Médio Amazonas, e é abrangida pela FLONA Pau-Rosa. Nesse município existem ainda mais duas UCs de Uso Sustentável: a Floresta Estadual de Maués e a RDS Urariá. Considerando todas as áreas protegidas por lei, em Maués inclui-se ainda parte da Terra Indígena (TI) Andirá-Marau e do PARNA da Amazônia, e com ambas a FLONA Pau-Rosa sobrepõe-se em determinada extensão (Figura 1).

A população da região Norte, onde se situa quase toda a Amazônia brasileira, é de aproximadamente 16 milhões de pessoas e quase 75% estão concentradas nas áreas urbanas. Todavia, a distinção entre “rural” e “urbano” em municípios do interior dos estados tem limites mais fluidos e o movimento entre essas áreas é algo mais dinâmico. O estado do Amazonas conta atualmente com uma população de cerca de três milhões e meio de pessoas, das quais 79,1% encontram-se em áreas urbanas e 20,9% nas ditas áreas rurais. Ademais, 51,7% das pessoas vivem na capital de Manaus (IBGE, 2011).

Essas duas informações – UCs e dados demográficos na região – informam sobre alguns aspectos dos processos de estruturação do espaço amazônico em períodos recentes. A expansão das fronteiras econômicas, primeiro via ciclos extrativistas e depois via integração da região ao Brasil capitalista-industrial por mecanismos de incentivos fiscais para a ocupação e produção nas terras, promoveu processos de povoamento ao longo de estradas, não mais de rios. Com isso vieram processos de urbanização e mudanças culturais mesmo nas áreas consideradas “rurais” (BECKER, 2005).

Contraditoriamente, a devastação ambiental que acompanhou a integração econômica da região foi acompanhada de estratégias de proteção da natureza e de garantia de reservas de recursos naturais (MELLO, 2006; BARRETTO FILHO, 1997), em muitos casos equivocadas do ponto de vista socioambiental. No plano sociocultural, isso resultou na assimilação, adaptação e transformações mútuas dos grupos de diferentes regiões do país e estrangeiras que entraram em contato com os povos nativos (LITTLE, 2002).

Diante desse processo de territorialização do Estado – empreendimentos econômicos e criação de UCs – emergiram frentes de resistência territorial vindas de movimentos e grupos sociais locais, articulados a ONGs internacionais. Embora por um lado as UCs já fossem em parte resultado de denúncias ambientalistas preservacionistas, por outro representavam medidas de expropriação territorial de grupos sociais, especialmente aquelas de Proteção Integral. As respostas, no que foi possível pelos canais institucionais do Estado, foram a demarcação de TIs, a regulamentação e criação de UCs que contemplassem

grupos sociais dependentes do uso direto dos recursos naturais, como as RESEX, e poucas tentativas de mediação de conflitos sociais em torno da posse da terra.

Hoje a Amazônia, como coloca Becker (2005, p. 80), é “uma região em si”. Os processos de expansão de fronteiras estão dando lugar a processos de consolidação do povoamento. Os agentes da degradação ambiental são menos subsidiados pelo governo e mais autônomos nas iniciativas de apossamento e uso dos territórios. Por outro lado, a sociedade civil se organizou e se fortaleceu na própria região; os movimentos sociais não dependem mais somente de articulações externas e influenciam em alguma medida as políticas públicas na região, especialmente as ambientais.

Assim, diante de tamanha sociobiodiversidade e de múltiplos atores envolvidos nos processos de apossamento do território na Amazônia, os processos de EA no escopo das UCs apontam diversos meandros a serem percorridos. Isso demanda não menos que um profundo mergulho no contexto socioambiental no qual são desenvolvidos, já que entre o índio e o branco podem existir mais e variados “caboclos” do que se concebe; entre o público e o privado, o consuetudinário pode ter mais relevância. Nesse sentido, farei uma aproximação do cenário socioambiental e econômico da região onde foi desenvolvida esta pesquisa.

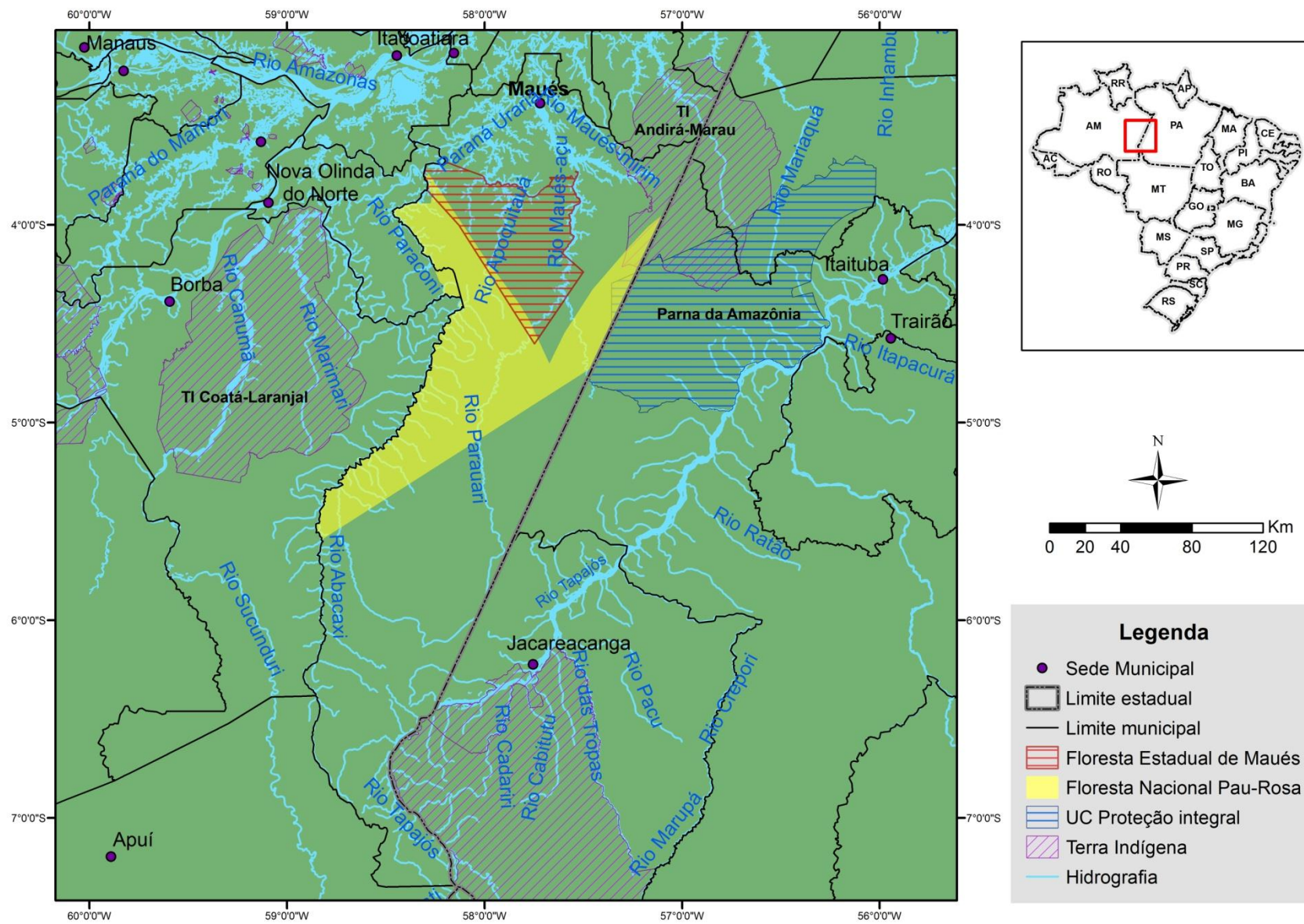


Figura 1. Localização da região de estudo.

4.1 BREVE HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Já nas primeiras décadas do século XVI eram realizados os primeiros contatos europeus com os povos nativos da Amazônia. A diretriz das missões era a busca por metais e drogas do sertão para comercialização nas metrópoles e, em paralelo, como pré-requisitos, a conquista e pacificação indígena. A efetiva colonização portuguesa na região iniciou-se por volta de 1615, quando a coroa expulsou os franceses do Maranhão e o governador-geral do Brasil determinou a retirada dos estrangeiros da Província do Grão-Pará. Em 1616, Belém foi fundada por Francisco Caldeira Castelo Branco sob a égide da união dos reinos de Portugal e Espanha. Em 1621 o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado, sob domínio direto da metrópole, dentro do qual o atual território do estado do Amazonas permaneceu inserido até 1850 (REIS, 1989; MEIRELLES FILHO, 2004).

Ao longo dos séculos XVII a XIX, a expansão portuguesa na Amazônia prosseguiu por meio da colonização protagonizada por colonos da metrópole, dispostos a explorar as riquezas das novas terras, e na base religiosa, dimensão essencial para garantir o controle territorial via pacificação dos nativos. Dirigidas por jesuítas, franciscanos e carmelitas, as ordens missionárias escravizaram aldeias inteiras e também criaram outras a partir da mistura de diferentes etnias. Esses povoados funcionavam como centros de catequização e aculturação dos indígenas e muitos vieram a se tornar posteriores vilas. Em palavras européias, era um processo de “civilização” que preparava os nativos para os trabalhos necessários nos núcleos de povoamento: domésticos, agrícolas e de exploração de drogas do sertão (REIS, 1989; RIBEIRO, 2006).

Essa forma inicialmente esparsa de ocupação era em grande parte regulada pelos poderes econômicos locais dos colonos e senhores de terras. Dadas as dimensões do território e a dificuldade de penetração, a metrópole se fazia presente basicamente pela tributação e por forças militares em pontos estratégicos. Segundo Costa (2000), foi essa forma de ocupação fragmentada que permitiu a expansão do território português pouco a pouco sem um esforço específico e concentrado de colonização pela metrópole. Quando do Tratado de Madrid em 1750, o território efetivamente ocupado pelos portugueses garantiu uma área muito maior do que o previsto no Tratado de Tordesilhas, desde que o critério de repartição de terras foi o do *uti possidetis*²⁵.

Dessa forma, a conquista do que hoje é a Amazônia brasileira percorreu todo o período de colonização do Brasil e países vizinhos e implicou não só no combate e na disputa local entre nações-irmãs – Portugal e Espanha – como na dizimação e subjugação de boa parte dos primeiros habitantes, os indígenas. Esse processo resultou na

²⁵ *Uti possidetis* é um princípio do direito segundo o qual o direito de posse de um território é de quem de fato o ocupa e utiliza (COSTA, 2000).

incorporação à matriz indígena amazônica de grupos sociais e culturais diversos, como portugueses, espanhóis, galegos, mestiços já brasileiros, judeus, japoneses e africanos de diferentes nações (BENCHIMOL, 2009). No campo político essa mescla ocorreu de forma sempre desigual, de acordo com as relações de dominação históricas entre europeus e os grupos nativos, correspondendo à detenção de poder dos colonizadores em detrimento dos colonizados.

Os africanos concentraram-se na região do Pará e Maranhão, onde trabalharam na lavoura de cana, tabaco e algodão. Poucos chegaram ao Amazonas, já que não havia grandes lavouras a desenvolver e nem proprietários abastados para comprá-los; a economia do estado baseava-se principalmente na extração de recursos naturais (REIS, 1989). No Pará, muitos iam fugidos de Pernambuco e do Maranhão, e escondiam-se no interior. Os judeus pioneiros chegaram no início do século XIX e distribuíram-se no interior do Amazonas e Belém. Entre 1920 e 1950, já na terceira geração, houve grande migração para as capitais, em função da grande crise da borracha; a quarta geração, atual, está distribuída em outras regiões, em grande parte como médicos, engenheiros e advogados (BENCHIMOL, 2009).

Em termos econômicos, a região amazônica permaneceu praticamente estagnada até meados do século XIX, quando começou a ganhar destaque no Brasil e no cenário internacional com a extração da borracha. Até cerca de 1920, grande parte do contingente humano que possibilitou a expansão dessa atividade foi constituído de nordestinos fugidos ou expulsos pela seca – cearenses em sua maioria – motivados pela promessa de vida melhor e enriquecimento rápido para retornar à terra natal com vida mais digna. Mais uma contribuição cultural era paulatinamente agregada à região (REIS, 1989; BENCHIMOL, 2009).

A organização para essa atividade pautava-se no modelo dos seringais, gerenciados por seringalistas – coronéis-de-barranco – para os quais os seringueiros extraíam a seiva da seringueira (*Hevea brasiliensis*), fumavam e vendiam. Na verdade, a venda da borracha era destinada a saldar as dívidas dos seringueiros, previamente contraídas com os seringalistas para adquirir utensílios e mantimentos para a execução do trabalho. Esse sistema de aviamento, sempre desigual, mantinha os seringueiros em permanente dívida, já que os produtos adquiridos eram supervalorizados diante do que se pagava em borracha (RIBEIRO, 2005, LIMA & POZZOBON, 2005).

Mesmo tendo a borracha representado cerca de 40% do total da exportação brasileira no seu auge, em 1910, o sistema econômico e de trabalho implantado garantia a concentração das riquezas para os seringalistas. Aos seringueiros restavam condições de trabalho equiparadas à escravidão; as infundáveis e crescentes dívidas não permitiam que gerassem renda e retornassem as suas terras (BENCHIMOL, 2009).

Nas zonas urbanas, estruturavam-se as organizações para atender a essa atividade e à vida social que dela decorria: casas aviadoras, comércios e serviços. O declínio da borracha na Amazônia a partir de 1911, em decorrência das monoculturas de *H. brasiliensis* na Malásia, fez a região estagnar novamente, causando êxodo rural para os núcleos urbanos e contribuindo para a marginalização dos trabalhadores da borracha, para os quais não havia outras oportunidades.

A retomada da extração da borracha durante a Segunda Guerra utilizou-se não só da histórica migração nordestina, mas agora de uma nova leva de migrantes vindos do sul e sudeste do país. O migrante nordestino vinha especialmente fugido da seca, com a intenção de enriquecer e voltar de forma mais digna para seu sertão; aquele do sul e sudeste vinha de centros urbanos e boa parte pretendia aventurar-se, conhecer novos ares, novas terras, com a oportunidade dessa atividade (BENCHIMOL, 2009). Após a Segunda Guerra, havia uma significativa base social e econômica instituída na Amazônia em função do ciclo econômico da borracha.

As relações comerciais que se estabeleceram na Amazônia, inicialmente baseadas no escambo com os indígenas, consolidaram-se predominantemente no sistema de aviamento em decorrência da economia da borracha. Além dos seringalistas, seringais e casas aviadoras, os regatões também compuseram o sistema econômico. Esses eram barcos que adentravam áreas povoadas distantes dos centros comerciais para vender produtos diversos, como café, açúcar e utensílios às populações que dificilmente teriam condições de adquiri-los em função dos custos de transporte até os locais de comércio. Os regatões ainda existem em algumas regiões da Amazônia e normalmente os produtos são vendidos a preços exorbitantes ou trocados por madeiras e outros produtos naturais, como óleos, peixes, farinha e caça (LIMA & POZZOBON, 2005). Dessa forma, é comum que os “fregueses” fiquem sempre em dívida ou consigam adquirir somente pequenas quantidades das mercadorias, o que exige esforços maiores para o fornecimento dos produtos florestais.

4.1.1 A integração nacional: degradação ambiental e Unidades de Conservação

A partir da década de 1950, passando por todos os regimes ditatoriais, o Estado brasileiro inseriu a Região Norte no projeto de integração nacional, viabilizado pela construção de infra-estrutura pesada, com destaque para as rodovias, como Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco e a Transamazônica, e pela promoção da colonização na região. Em um primeiro momento, no I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), o foco era o assentamento de pequenos produtores por projetos de colonização do INCRA ao longo das rodovias.

Na segunda fase, o II PND, priorizou-se o estímulo a grandes empreendimentos agropecuários e minerais por meio de pólos regionais, conforme descrito no Capítulo 2. Essas medidas expressavam as linhas orientadoras da integração da região ao restante do país, quais sejam a econômica e a militar, já que garantir a preservação das fronteiras internacionais era um dos objetivos do plano dos governos militares, pautado pela garantia da segurança nacional (COSTA, 2000; MELLO, 2006).

Foi nesse processo de integração em que houve o maior índice de desmatamento e foram promovidos violentos conflitos sociais na região que ainda perduram nos dias atuais, pois a construção de rodovias e a implantação dos projetos de colonização e de produção produziram vastas áreas desmatadas. A disputa pela propriedade de terras entre pequenos produtores, grandes empresas, indígenas e trabalhadores da floresta – com destaque para os seringueiros – ocorreu no marco do Estatuto da Terra de 1964. O direito de posse e de propriedade era basicamente garantido aos grandes proprietários, que conheciam a lei e tinham acesso ao sistema judiciário; os pequenos posseiros eram excluídos, muitas vezes por desconhecimento dos procedimentos necessários à efetivação de seus direitos. A concentração de terras era assim uma tendência nesse processo (MELLO, 2006).

Nas décadas seguintes, a articulação dos interesses dos seringueiros pela manutenção da floresta em pé como condição para sua reprodução econômica e cultural aliou-se aos interesses dos setores ambientalistas brasileiros e estrangeiros. Isso potencializou denúncias ambientais no plano internacional e influenciou a tomada de algumas medidas de conservação e preservação pelo governo federal. A principal delas, conforme abordado no Capítulo 3, foi a criação de UCs, não só como atendimento a demandas ambientalistas mas também em decorrência das pressões de movimentos sociais apoiados por instituições internacionais. O emblema desse período foi o movimento de seringueiros liderados por Chico Mendes no Acre. A demarcação das Terras Indígenas (TIs) também foi incluída, apesar de que:

Embora a posse dos territórios indígenas estivesse assegurada desde a Constituição de 1934, e ainda que o Serviço de Proteção ao Índio tivesse a atribuição de demarcá-las, como a política da época era de integração e assimilação cultural, a demarcação de suas terras tornou-se uma questão secundária (MELLO, 2006, p. 46).

Sendo assim, verifica-se que as áreas protegidas acompanharam a estruturação do espaço amazônico na medida em que o processo de integração econômica avançou região adentro. No entanto, tal qual já discutido no Capítulo 3, as UCs constituem um componente da política ambiental forjado no seio do pensamento científico, orientador do mesmo processo de desenvolvimento econômico, tendo posteriormente incorporado – com muitos conflitos – algumas demandas de base socioambiental.

4.1.2 A formação sociocultural da Amazônia

O processo de colonização européia, miscigenação étnica e integração da região Amazônica ao restante do Brasil traduziram-se, em termos socioculturais, na diversificação das sociedades amazônicas em sociedades caboclas, indígenas, neocamponesas, urbano-industriais (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006).

Grande parte da paisagem social dessa região é caracterizada pelo campesinato histórico amazônico – os caboclos. A pesca, a produção de farinha, a caça, o extrativismo associado a produtos da agricultura, o regime comunal da terra, parcial ou total, constituem alguns elementos do modo de vida dessas populações, ainda que haja um progressivo aumento das conexões com as cidades e modos de vida urbanos. Com claras tecnologias adaptativas indígenas herdadas de seus antecessores (RIBEIRO, 2006; MOTTA, 2010), a definição dos caboclos, entretanto, abriga debates no campo antropológico que argumentam tanto por sua continuidade indígena quanto por sua ruptura com essa matriz e a substituição por aparatos socioeconômicos e culturais convenientes às forças externas colonizadoras (BARRETTO FILHO, 2006).

Significaria, nesse segundo caso, uma ruptura com suas matrizes originárias européias, indígenas e africanas, situando-os como produto da expansão colonial capitalista sobre a Amazônia e, logo, como resultado do mundo moderno, ao contrário da compreensão que os localiza como resquícios de sociedades pré-capitalistas ou pré-históricas (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006; NUGENT, 2006).

O conceito de caboclo é desse modo algo complexo, já que a construção de sua identidade não só envolve processos externos – ciclos econômicos e migrações – mas as diversas relações socioculturais entre seus grupos originários: abandonos, mudanças, adaptações, inovações e aculturação recíproca (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006). A essencialidade cabocla é posta em causa justamente por seu caráter eclético em relação aos seus antepassados indígenas e europeus. Aqueles considerados como as genuínas sociedades amazônicas, estes a fonte de dominação. O resultado seria um povo “não-autêntico”, que representa a degradação cultural indígena e a influência negativa dos colonizadores (NUGENT, 1993 *apud* BARRETTO FILHO, 2006).

Essa “origem residual”, seja porque representam o fracasso da indústria colonial extrativa, seja porque seus modos de vida são diversos e pouco especializados, os coloca à margem do sistema econômico capitalista atual e contribui, portanto, para sua invisibilidade social. No entanto, é conveniente colocar que, para os próprios amazônidas, a importância sobre as classificações do cenário social amazônico, como coloca Nugent (2006), carecem de confirmação, já que:

Certamente, existem camponeses amazônicos bem versados no discurso utópico do desenvolvimento sustentável; bem como aqueles cujo idioma é dominado pelos Beatles e pela Xuxa; e ainda, aqueles que aceitam plenamente a idéia de que a Amazônia está às margens do mundo; mas [na realidade] [...] existe uma vasta Amazônia alternativa para a qual os rótulos atribuídos possuem pouca importância. [...] Enquanto existem **diversas versões oficiais** da Amazônia, **as versões locais/regionais** [...] **não dependem de qualificações formais**, mas daquelas conferidas por ser um agente ativo num campo social em movimento (NUGENT, 2006, p. 42; 43, grifos meus).

Nesse sentido, embora toda classificação seja sempre simplificadora e redutora da realidade, e sabendo-se que cada um dos grupos socioculturais pode abarcar diversidades internas, é importante ao menos chamar a atenção para a diversidade social e fundiária existente na Amazônia.

4.1.3 Diversidade socioambiental ou “populações tradicionais”

No campo das UCs, a questão da qualificação sociocultural dos grupos que vivem nas imediações ou no interior dos territórios das áreas protegidas adquire bastante relevância quando se está em jogo a possibilidade ou proibição de sua permanência em seus próprios territórios. As UCs que permitem o usufruto ou a moradia de pessoas são aquelas da categoria Uso Sustentável. Dessas, as que possuem regime de posse e domínio públicos e que permitem exclusivamente a permanência de *populações tradicionais* ou são criadas para elas são somente três: FLONA, no primeiro caso, e RDS e RESEX, no segundo.

Como colocado no Capítulo 3, a estruturação do regime de UCs para a convivência dessa política de conservação com grupos humanos foi uma construção fruto da múltipla trajetória do ambientalismo no Brasil e sua relação com o Estado, em um dado momento histórico. Nesse percurso, a luta de grupos sociais contra a expropriação de seus próprios territórios articulou-se à construção do conceito de *populações tradicionais*. Surgiu, portanto, a necessidade de caracterizar quais populações se enquadrariam nesse arcabouço conceitual.

Para Diegues (2000) as *populações tradicionais* estão relacionadas, dentre outras características, com o desenvolvimento de uma economia de reduzida acumulação de capital, sem força de trabalho assalariado e de atividades de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Além disso, o território que ocupam, além de ser o espaço das relações sociais, é também o local das representações e do imaginário mitológico, base da ação sobre o meio. A íntima associação com seu território lhes permite desenvolver conhecimentos sobre a natureza e seus ciclos biológicos assim como

habilidades para se apropriar dos recursos naturais. Dessa maneira, as *populações tradicionais* não só impactariam pouco o ambiente, em comparação com as sociedades urbano-industriais, como trariam aspectos positivos para a conservação, já que seus conhecimentos constituem uma importante fonte para o manejo dos recursos naturais (ARRUDA, 1999).

Por outro lado, a diversidade sociocultural que o termo *populações tradicionais* abarca é tão grande que para Little (2002) é problemático tratá-la dentro de uma mesma classificação. Dentro desse conceito cabem, por exemplo, caboclos, indígenas, quilombolas, sertanejos, caipiras e outros com suas sub-variações. A diversidade fundiária desses grupos acompanha a cultural, mas, no entanto, há um ponto em comum que é a contraposição ao regime público-privado de terras característico do Estado moderno e dos grupos sociais nele hegemônicos, quais sejam os urbano-industriais. Assim, embora as *populações tradicionais* tenham regimes de áreas coletivas ou familiares e individuais, as coletividades funcionam em um nível inferior ao Estado-Nação, ou seja, baseiam-se em regras consuetudinárias, além do que as propriedades privadas funcionam fora do âmbito do mercado.

Somada a essa, mais duas dimensões permitiriam um denominador comum entre os diferentes grupos: o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. Reconhecendo que em outros esferas do modo de vida desses grupos existem diferenças – religiosas, lingüísticas, identitárias, dentre outras – Little (2002) considera que a dimensão fundiária torna-os unos em relação à ótica fundiária do Estado-Nação, organizada no plano do público-privado.

Além disso, a gênese do termo *populações tradicionais* se deu em contextos de reivindicação de seus próprios territórios. Isso ocorreu em contraposição à territorialização do Estado por meio da política de expansão de fronteiras econômicas e da política de UCs, na aproximação com os socioambientalistas na perspectiva de co-gestão territorial e, ainda, na discussão sobre autonomia territorial no âmbito dos debates sobre os direitos dos povos. Nesse sentido, inclusive, o termo *povos tradicionais* seria mais adequado, já que se converte estrategicamente em um instrumento de luta por justiça social.

Outra abordagem para se compreender a diversidade sociocultural da Amazônia é a proposta por Lima e Pozzobon (2005) a partir da ótica da sustentabilidade “em termos da pressão de uso e do impacto que exercem sobre o ambiente, relacionados ao modo como ocupam, exploram e concebem sua relação com a natureza” (p. 47). Isso envolve a formação social, a orientação de sua produção econômica – para o mercado ou para consumo próprio –, o grau de envolvimento com o mercado e a posse de uma cultura ecológica.

Por essa perspectiva, a classificação sociocultural *a priori* não indicaria uma relação mais positiva ou negativa com o ambiente. Caboclos ou não, indígenas ou pequenos

produtores, sua relação com o ambiente depende da conjugação tanto de suas dimensões culturais quanto do próprio contexto socioambiental e econômico em que se encontram em um dado momento. Desse modo, o enquadramento de determinado grupo como *população tradicional* não garantiria, assim, que seu modo de vida fosse mais adequado para os objetivos de conservação das UCs.

Portanto, nesse campo de debates sobre o uso do termo *populações tradicionais* e suas variantes, importa colocar uma questão polêmica e longe de ser resolvida. Por um lado, o termo abriga diferentes grupos com culturas e territorialidades distintas do que é hegemônico e, por isso, representa um argumento na luta por seus territórios diante das UCs, especialmente as de Proteção Integral. Por outro, acaba suscitando uma expectativa de permanência ou mesmo a impossibilidade de mudança social, cultura e econômica. Corre-se assim o risco de ser uma noção que:

[...] por um lado, conspira contra a autonomia destes grupos decidirem sobre o seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e definição de bem-estar, e, por outro, implica uma relação instrumental para com os mesmos, ao torná-los reféns de uma definição exterior a si próprios e do problema que vivem (BARRETTO FILHO, 2006, p. 131).

Nesse sentido, se os caboclos podem ser inseridos no rol de grupos abrangidos por *populações tradicionais*, é importante considerar que *ser caboclo* pode e deve contemplar múltiplas formas de existência. Como bem coloca Nugent (2006),

a diversidade de formas de *amazoneidade* – de possibilidades caboclas – são uma proteção contra a tendência de reificação de uma categoria estereotipada e intermediária de caboclo, residindo vagamente entre o índio precariamente situado e o cidadão plenamente modernizado do futuro (NUGENT, 2006, p. 43).

Dessa maneira, por critérios externos, a comunidade participante desta pesquisa poderia ser classificada como cabocla, população residente em UC, de pequenos produtores tradicionais ou genericamente *população tradicional*. No entanto, cabe a essas pessoas a necessidade de construção de sua identidade sociocultural e a identificação ou não com um ou outros dos tantos conceitos antropológicos disponíveis.

4.2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DE MAUÉS

4.2.1. Os filhos da terra e a colonização européia

A região onde se localiza o município de Maués está localizada no interflúvio Madeira-Tapajós e é caracterizada por vegetação ombrófila densa, com manchas de savanas (FITOFISIONOMIAS, 2001). Nessa região correm alguns rios de água preta, como o Maués-Açu, Parauari, Paraconi e Abacaxis. Situa-se também na antiga Mundurukânia, compreendida entre os rios Tapajós, Madeira, Amazonas e Juruena (Figura 2)

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a Mundurukânia era largamente habitada pelos índios Munduruku e por outras etnias, como os Mawe, Juma, Pama, Parintin, Mura e Andirá (CASAL *apud* ARNAUD, 1974). Famosos por sua violência e propensão à guerra, os Munduruku lutavam contra outros grupos indígenas, mas tinham nos Mawe seus principais aliados. Mantiveram relações próximas com colonizadores europeus e desde as primeiras décadas do século XIX já praticavam a comercialização de produtos com os regatões e, no fim do século XIX, exploravam seringais por conta própria (ARNAUD, 1974).

A colonização religiosa nessa região havia sido iniciada em 1722 pelos jesuítas, mas interrompida pela legislação pombalina de 1755, quando as aldeias foram elevadas a Vilas, e restabelecida no início do século XIX. A relação dos missionários foi além da conversão religiosa. A mediação entre a produção indígena e companhias de comércio não raro era monopolizada pelos jesuítas, em um primeiro período, e franciscanos, posteriormente, desempenhando as missões o papel de algo como entrepostos comerciais (ARNAUD, 1974).

Os Munduruku foram pacificados por volta de 1795, após o intento de Lobo d'Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro²⁶, de deles se aproximar com a captura de dois índios que, após serem curados dos ferimentos no confronto com os soldados, foram devolvidos as suas próprias aldeias, empanturrados de presentes (REIS, 1989). Conta-se que esse é o marco de uma relação mais ou menos amistosa entre colonizadores e Munduruku, mencionado também como uma simples derrota dos índios por uma expedição de represália enviada pelo governador do Pará (ARNAUD, 1974). Após a “conquista” dos Munduruku, foram fundados os povoados de Canumã, Juriti e Luséa (REIS, 1989) e estabelecida uma relação de parceria entre brancos e índios (ARNAUD, 1974). O povoado de Luséa, que veio a ser posteriormente o município de Maués, foi fundado na

²⁶ A Capitania de São José do Rio Negro foi vinculada à Província do Grão-Pará até a Independência do Brasil, quando passou formalmente à condição de Província. No entanto, a mudança político-administrativa não foi efetuada, mantendo-se como capitania até 1833 quando foi criada a Comarca do Alto Amazonas, que ainda manteve-se vinculada à Província do Grão-Pará até 1850.

antiga Uacituba, aldeia indígena cuja povoação diverge na literatura – Munduruku ou Mawe (MONTEIRO, 1965; GRUBER *et. al.*, 2010).

Por sua capacidade guerreira e histórica luta contra outros grupos indígenas, os Munduruku foram então visados como soldados dos colonizadores em expedições missionárias de conquista e pacificação (ARNAUD, 1974). A relação ambígua de parceria e resistência aos brancos, bem como aspectos diferenciados da cultura Munduruku ao longo da história, parecem ter sido influenciados pelas diferentes frentes de contato com colonizadores, estabelecidas na extensa e diversificada Mundurukânia e favorecidas pelo acesso mais ou menos fácil aos territórios indígenas (RAMOS, 2011).

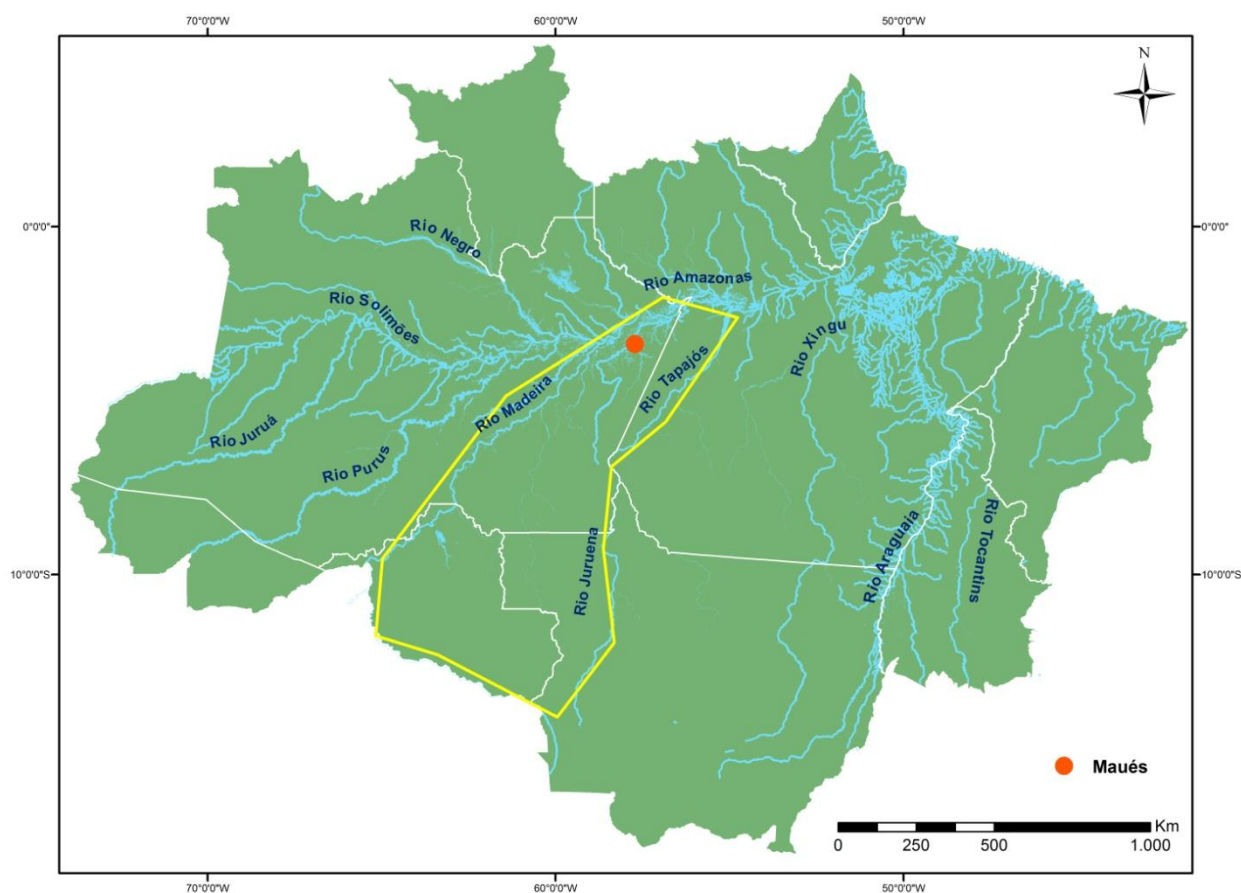


Figura 2. Região amazônica com destaque em amarelo para a Mundurukânia, segundo as descrições da literatura.

4.2.2. O estado do Amazonas e a formação política e administrativa de Maués

A situação política da Capitania de São José do Rio Negro após a Independência do Brasil foi um tanto quanto indefinida e conturbada, posto que permaneceu subordinada à Província do Pará, apesar de ser considerada como Província na carta constitucional de 1824 (REIS, 1989). O descontentamento da população era crescente, dado o abandono e

empobrecimento daquela região em função da distância política e administrativa da sede do governo oficial, situação acentuada, certamente, pela enorme extensão territorial a ele submetida.

Em junho de 1832 uma assembléia separatista instituiu um governo provisório para a Capitania, o que desencadeou batalhas entre tropas do governo paraense e os insurgentes. Figuras religiosas e militares envolveram-se nessa movimentação popular, que foi vencida em Manaus – Lugar da Barra – em agosto desse ano. No povoado de Luséa, os índios Mawe, influenciados pelas manifestações separatistas do Lugar da Barra, se rebelaram contra possíveis tentativas de escravização pelos legalistas e assassinaram soldados e moradores brancos. Vencida a revolução, Luséa foi pacificada por militares e elevada à Vila em junho de 1833, abrangida pela Comarca do Alto Amazonas²⁷.

A Cabanagem, iniciada em Belém em 1835, espalhou-se para o interior da província, e a maioria dos administradores e políticos das Vilas, de naturalidade ou sangue português – legalistas –, declarou guerra aos revoltosos (REIS, 1989). A Vila de Luséa, ponto estratégico para os cabanos, foi tomada por eles com a participação dos Mawe e Munduruku, incorporados ao movimento durante a fuga dos rebeldes que saíram do rio Tapajós e refugiaram-se nas cabeceiras do rio Maués (GRUBER *et. al.*, 2010). Em março de 1836, a então Vila de Manaus foi ocupada.

A Comarca do Alto Amazonas foi mantida por seis meses sob o comando dos cabanos, mas em agosto, iniciando em Tefé, começaram a emergir reações legalistas que restauraram a antiga ordem em diversas localidades. Em novembro os cabanos reagiram em Manaus, mas foram expulsos. A região em que restaram revolucionários foi a Mundurukânia: a Vila de Luséa era o ponto de entrincheiramento e resistência.

Ambrósio Aires – Bararoá – comandou ali a investida contra os cabanos. Ocupou a boca do rio Abacaxis, que dá saída para o rio Madeira, e instalou uma fortificação no atual município de Borba. Entre fevereiro e março de 1837, a região foi tomada pelos legalistas, vencendo os cabanos. Esses, desorganizados e derrotados em grande número, ainda permaneceram atuando pontualmente em algumas localidades, promovendo investidas e assaltos, motivo pelo qual grande parte da população era temerosa e os via como criminosos. Durante 1838 e 1839 os cabanos mantiveram-se em permanente deslocamento, em fuga, entre os rios Tapajós, Maués, Madeira e Autazes, dificultando a ação dos legalistas. Em novembro de 1839 o Império decretou anistia ampla a todos os rebeldes. Em março de 1840 renderam-se, em Luséa, 880 cabanos ao tenente-coronel José Coelho de Miranda Leão (REIS, 1989).

²⁷ A Província do Pará foi dividida em três Comarcas: Alto Amazonas, Baixo Amazonas e Grão-Pará, em junho de 1833.

Com a criação da Província do Amazonas, em 1850, Luséa era um de seus quatro municípios, desmembrado em 1852 para originar Vila Bela da Imperatriz, posteriormente Vila Nova da Rainha, atual Parintins. Em 1865 Lúsea passou a vila Nova da Conceição e em 1892 passou a denominar-se Maués. Nos anos mais recentes, em 1955, foi desmembrada para criar o município de Nova Olinda do Norte (MONTEIRO, 1965; REIS, 1989; GRUBER *et. al.*, 2010).

4.2.3 Socioeconomia da região de Maués

O município de Maués possui hoje uma área de aproximadamente 40 mil Km² e população de 52.236 pessoas, das quais 50,5% residem na zona rural (IBGE, 2011). Apesar da predominância do componente indígena na população, especialmente das etnias Saterê-Mawe e Munduruku²⁸, e da contribuição populacional dos colonizadores de origem portuguesa, a migração de japoneses, judeus e italianos também deve ser considerada para aspectos de sua constituição sociocultural e econômica.

A migração dos judeus para a Amazônia começou por volta de 1810. Benchimol (2009) registrou quatro gerações de judeus-marroquinos até o ano de 2009. A primeira geração, dos pioneiros, chegou a Belém e Manaus e espalhou-se para localidades no interior da província do Grão-Pará, dentre elas a região de Maués. Iam como “jovens aprendizes, empregados, balconistas e vendedores ambulantes, contratados por firmas judias de Belém e Manaus – em busca de oportunidade de ganho e trabalho” (BENCHIMOL, 2009, p. 317).

Os judeus trabalhavam em ou eram donos de regatões, comercializando bens de consumo para populações distribuídas nos interiores distantes. Na medida em que prosperavam, fixavam-se nas cidades próximas, onde residiam suas famílias, assim constituindo comunidades judaicas e construindo sinagogas. Por terem quebrado o monopólio dos aviadores portugueses e exportadores ingleses, franceses e alemães, eles não eram bem vistos.

A grande quantidade de imigrantes italianos no Brasil foi direcionada a São Paulo, para substituir a mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira. Sua contribuição em termos quantitativos na Amazônia foi menos expressiva em relação aos demais imigrantes europeus, mas ainda assim de reconhecida influência na economia e organização política. Uma das grandes contribuições italianas foi o estabelecimento da linha de navegação Gênova-Manaus, possibilitando não só a vinda de estrangeiros da bacia do Mediterrâneo, como também a diversificação do comércio da borracha. Para Maués foram, dentre outras

²⁸ Como já colocado, a região contava com a presença de outras etnias, mas que foram extintas ou migraram para outras regiões.

famílias, os Magaldi, Magnani, Desideri, Faraco, Filizola, Cardelli, Dinelly e Zola. Muitos de seus integrantes ocuparam ou ainda ocupam cargos políticos e de destaque no meio empresarial (BENCHIMOL, 2009; GRUBER *et. al.*, 2010).

A colonização japonesa na Amazônia havia iniciado em 1928 no Pará quando da fundação da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. com a qual o governo estadual assinou contrato e doou terras nos municípios de Acará, Monte Alegre, Marabá, Bragança e Conceição do Araguaia. Em 1930 foi fundada a colônia japonesa Vila Amazônia, em Parintins, onde o Instituto da Amazônia iniciou experimentos com culturas tropicais (BENCHIMOL, 2009). Em 1930, a segunda leva de japoneses que chegou à Amazônia instalou-se em Maués (GRUBER *et. al.*, 2010).

Os japoneses, de forma geral, envolveram-se inicialmente com a cultura de hortaliças, e posteriormente, na década de 1950, com o plantio de pimenta-do-reino – com sementes trazidas de Singapura –, mamão havaiano, melão, abacaxi, maracujá, limão taitiano, acerola, cupuaçu e dendê. No fim da década de 1930 iniciaram a produção de juta com sementes da Índia, aclimatadas na região, e em 1937 houve a primeira grande produção, de dez toneladas de fibra lavada.

Entre as décadas de 1940 e 1970 a juta e a malva foram produtos muito expressivos na região do Médio Amazonas, entre os estados do Pará e Amazonas, em função dos quais foram instaladas fábricas de tecelagem e fiação em Belém, Manaus, Santarém e Parintins. Segundo Benchimol (2009, p. 468), “a jiticultura transformou a paisagem agrícola, econômica e cultural da região”. Em Maués esses produtos não foram tão expressivos, mas existiram associados a outras atividades econômicas, como o guaraná, o gado e a pesca (PANTOJA, 2004). Ali os japoneses, assim como os demais imigrantes, também se dedicaram à produção de guaraná, produto típico da região.

O guaraná (*Paullinia cupana* H.B.K.) é uma trepadeira arbustiva própria da Amazônia e foi domesticada e cultivada na região de Maués, pelos Saterê-Mawe. É tradicionalmente utilizado como bebida religiosa e energética, o çapó. Para sua produção, a semente da planta é torrada, pilada e transformada em uma massa, modelada em formato de bastão que é em seguida defumado. Para preparar a bebida, o guaraná é ralado na língua de pirarucu ou na pedra e misturado com água (ALMEIDA, 2007). O processamento das sementes do guaraná para a produção de refrigerantes é diferente daquela para o bastão de guaraná e resulta em um xarope utilizado para dar o sabor à bebida.

A extração predatória de pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) destinada à exportação foi intensa na região de Maués. Sua essência conhecida por linalol foi descoberta em 1881 na França a partir da madeira fornecida pela Guiana Francesa. Posteriormente, por volta da década de 1920, é que a exploração começou em terras brasileiras, saindo do Amapá, Pará e Amazonas (VIAL-DEBAS, 2000; BATISTA, 2007).

Espécie naturalmente de baixa densidade demográfica, o pau-rosa está hoje em extinção. Sua exploração seguiu o curso de apogeu e declínio dos produtos extrativos na Amazônia. O ápice da extração ocorreu entre as duas grandes guerras (EMPERAIRE, 2000), embora Batista (2007) afirme que foi após a Segunda Guerra, com a saída do Japão do mercado exportador, que os preços do linalol aumentaram “astronomicamente” e os produtores pressionaram os governos estaduais para a ampliação dos consórcios de produtores. Isso porque para regular a exploração da espécie, os estados limitavam a produção e os consórcios.

Com a descoberta do equivalente sintético do linalol no período de 1950-60 e de outras espécies vegetais que poderiam substituir a fonte da essência, a exploração do pau-rosa sofreu uma queda. No entanto, o linalol de origem natural ainda encontra demanda no mercado, pois seu consumo associa-se, contraditoriamente, a uma postura de cunho ecológico por ser um produto proveniente da natureza amazônica (EMPERAIRE, 2000).

Em tempos atuais, a economia agrícola de Maués tem no guaraná e no abacaxi os dois principais produtos em termos de valor total da produção (Gráficos 1 e 2). A extração de madeira, segundo dados oficiais, ocorre somente para a produção de lenha e não tem sido uma atividade significativa em termos monetários (Gráfico 3). Por exemplo, o valor total da lenha produzida em 2009 foi inferior ao da produção do arroz com casca, produto esse já pouco representativo da economia do estado Amazonas, que contribuiu somente com 1,6% do valor total da produção de arroz na região Norte. Ademais, o valor total da lenha na região Norte contou com 11,5% provenientes do estado do Amazonas, e para isso Maués contribui com 0,9% para o valor total (IBGE, 2010a; IBGE, 2010b). Contudo, é importante colocar que apesar da região de Maués ser relativamente bem conservada em relação a outras áreas amazônicas, a extração ilegal de madeira ocorre e escapa tanto ao controle precário do Estado quanto às informações oficiais.

De acordo com dados oficiais, em 2009 a região Norte foi a menor produtora de mel no país, e o estado do Amazonas contribuiu com apenas 2,5% da quantidade produzida. No entanto, o município de Maués foi responsável por 52,4% da produção estadual. Ainda na pecuária, os rebanhos de grande, médio e pequeno porte têm participação pouco expressiva no cômputo geral dos municípios e vale dizer que para os animais de grande porte constam apenas registros de bovinos e bubalinos (IBGE, 2010c).

Apesar do baixo perfil pecuário de Maués, a expansão do gado tanto bovino quanto bubalino é uma realidade (PANTOJA, 2004). Essa autora apontou os conflitos decorrentes do uso da terra necessário à pecuária: o gado invade áreas de roçados e zonas de tabuleiros, ameaçando a produção agrícola e de pescado. A expansão do gado em Maués e em municípios vizinhos está relacionada com a queda da juta. O gado acabou representando uma fonte de renda segura e estável e em função disso é comum que

moradores rurais tenham como meta a constituição de algum rebanho, embora nem todos tenham condições para isso (PANTOJA, 2005).

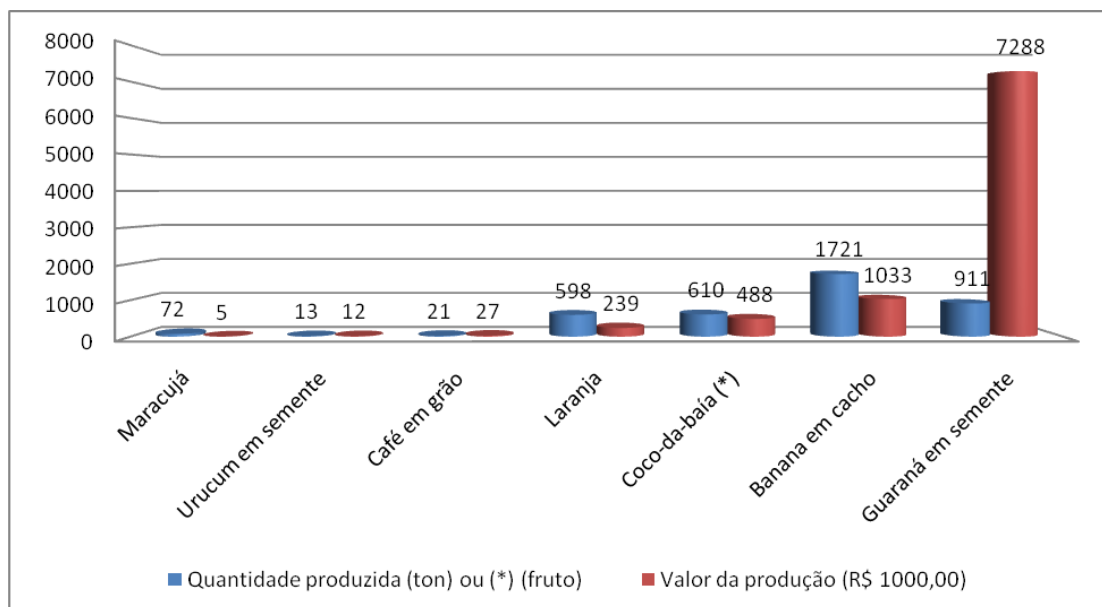


Gráfico 1. Produção da lavoura permanente de Maués em 2009.

Fonte: IBGE, 2010a.

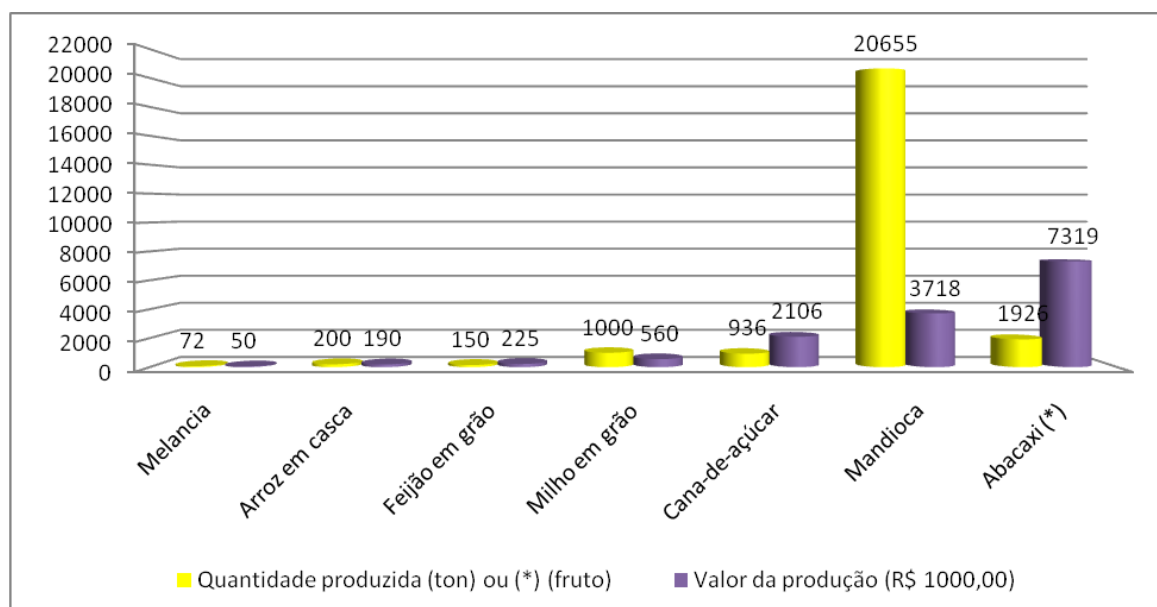


Gráfico 2. Produção da lavoura temporária de Maués em 2009.

Fonte: IBGE, 2010a.

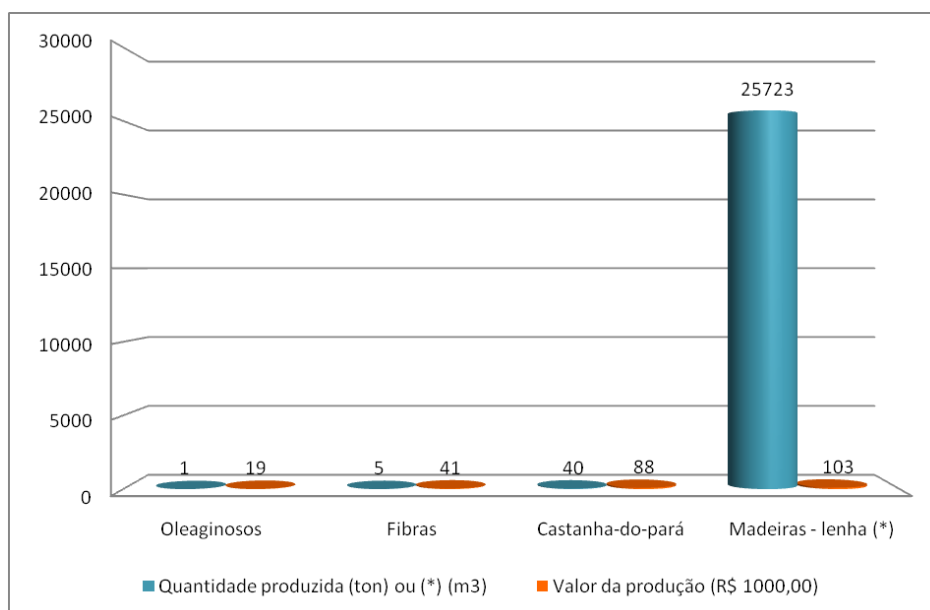


Gráfico 3. Produção da extração e silvicultura de Maués em 2009.

Fonte: IBGE, 2010b.

A tendência no aumento da pecuária reforça a histórica concentração fundiária no Brasil, já que a criação de gado exige áreas extensas para o pasto, o que vem se expressando na própria paisagem social e ambiental da região. No tempo da juta havia mais casas às margens dos rios e mais mata nativa. Com a proliferação das sociedades de gado, vem ocorrendo uma diminuição de casas ribeirinhas e um aumento do número de fazendas (PANTOJA, 2005). No entanto, a estrutura fundiária de Maués mostra que o número de estabelecimentos da agricultura familiar²⁹ e a área ocupada por eles ainda sobrepõem os quantitativos dos estabelecimentos não-familiares (Tabela 1).

²⁹ Os principais critérios para reconhecer o agricultor familiar, de acordo com a Lei nº 11.236 de 24, são: I - não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tabela 1. Estabelecimentos de Maués enquadrados como agricultura familiar e não familiar em quantidade, área e porcentagem.

	Estabelecimentos	Área (ha)	% estabelecimentos	% área
Agricultura familiar - Lei nº 11.326/2006	1 287	47 700	91,08	61,88
Não familiar	126	29 390	8,92	38,12
Total	1 413	77 090	100,00	100,00

Fonte: IBGE, 2009 (adaptado).

3.2.4 A comunidade de Santa Maria do Caiuê

Santa Maria do Caiuê é a última comunidade subindo o rio Paraconi, situada na margem direita e distante em torno de 14 horas, de barco regional, do núcleo urbano de Maués. Está localizada dentro dos limites da FLONA Pau-Rosa (Figuras 3 e 4) e foi fundada em 1972 por cinco famílias Munduruku. Entretanto, com o passar do tempo e com a chegada de pessoas de fora, seus descendentes foram perdendo a tradição da língua e da cultura indígenas, integrando-se aos costumes de pessoas de outros grupos sociais, brancos e caboclos (HIGUCHI *et. al.*, 2009).

A presença da Igreja Católica é predominante em Caiuê e está, inclusive, relacionada com sua fundação enquanto “comunidade”. Em 1975 foi construída a primeira capela e a comunidade recebeu a visita do bispo Dom Arcângelo, de Parintins, e em 1979 a visita do bispo Dom João Rizzate, que crismou muitos moradores (HIGUCHI *et. al.*, 2009). Em 1994 os próprios moradores construíram a primeira capela em alvenaria.

Hoje a organização comunitária é apoiada pela Paróquia de Maués por meio da formação de lideranças que atuam em cargos de coordenação e catequese na comunidade. Além disso, é por meio da Paróquia que os moradores, não só de Caiuê, mas de outras comunidades católicas da zona rural, conseguem apoio para viabilizar documentos com vistas ao recebimento de benefícios do governo, como aposentadoria, salário-maternidade e outros. A declaração de residência na zona rural, cancelada pela Paróquia, parece ser o mais importante deles.

A fragilização dos vínculos com a origem indígena me parece estar ligada à histórica colonização cultural da região. Hoje se tornam comuns relatos como:

[...] os mais antigos os jovens tinham vergonha de se comunicar na língua oficial dos mundurucus. Segundo Seu Valtinho a tradição da fala mundurucu é a coisa mais bonita que perderam. Os mais antigos não se comunicavam em outra língua, falavam somente na língua mundurucu (HIGUCHI *et. al.*, 2009, p. 31).

Outra tradição de Caiuá que iniciou e depois se perdeu foi o festejo de Santo Antônio ao som do ritmo gambá³⁰. Conta-se que na fundação da comunidade houve uma grande festa com a presença do Padre Santos, que ali realizou casamentos e batizou duas pessoas, uma delas o fundador mais antigo, Sr. João Gabriel, na época com 82 anos.

A lembrança dessa época ainda traz alegria aos moradores que comentam a beleza dos festejos, as bandeiras e os instrumentos que tocavam. Atualmente dizem ter perdido esse costume e os atuais moradores não sabem mais cantar as toadas da época da festa. Naquele tempo durante as noites de festejos os moradores comiam beiju e biscoitos feitos de goma (amido retirado da mandioca) que chamavam na época de café com cavaco. Toda essa tradição foi terminando com o passar dos anos (HIGUCHI *et. al.*, 2009, p. 32).

Hoje vivem em Caiuá cerca de 60 famílias. A organização espacial da comunidade lembra um aglomerado urbano, com duas ruas paralelas (HIGUCHI *et. al.*, 2009), e a infraestrutura conta com uma escola, um centro social e uma igreja. Com a organização comunitária, hoje os moradores possuem uma associação por meio da qual conseguiram adquirir dois barcos próprios.

A energia elétrica é provida por meio de geradores movidos a diesel, acionados no fim do dia para que todos possam assistir ao jornal e às novelas. Para isso, é necessário que cada casa contribua com um pouco do combustível para funcionar o gerador (HIGUCHI *et. al.*, 2009). A água consumida para o banho e preparo de alimentos vem do rio. Embora haja um poço artesiano perfurado na comunidade, a bomba estava com defeito há cerca de seis meses quando as entrevistas desta pesquisa foram realizadas.

Ainda que exista a oferta do Ensino Médio por meio de vídeo-aulas na escola da comunidade, a educação ainda é precária, o que para muitos moradores se torna um motivo de mudança do local, caso haja oportunidade. As condições de saúde e a dificuldade de acesso a serviços médicos, em função da distância da cidade, também se tornam motivos de insatisfação com o lugar onde se vive. Os agentes de saúde que atuam na zona rural dispõem apenas de medicamentos mais simples, como antitérmicos e hipoclorito de sódio para a água. Casos graves só podem ser tratados na cidade, e nem sempre os moradores

³⁰ Gambá é um tambor comprido, com cerca de um metro de comprimento, feito com tronco de árvore. A dança que leva seu nome é comum na Região Norte, provavelmente de origem africana e indígena. A Dança do Gambá de Maués está em vias de ser registrada como patrimônio histórico imaterial do estado do Amazonas (GAMBÁ, 2011; TAMBORES, 2011).

dispõem de meios de transporte ou combustível suficiente para levar a pessoa doente à cidade (HIGUCHI *et. al.*, 2009).

Como nas populações ribeirinhas em geral, a alimentação dos moradores de Caiué é baseada na pesca, caça, mandioca e frutas locais, e depende da sazonalidade. No entanto, Higuchi *et. al.* (2009) apontam um gradativo aumento no consumo de produtos industrializados, adquiridos sempre que se vai à cidade para vender produtos da agricultura e receber pagamentos. Os itens consumidos tendem a aproximar-se daqueles nos centros urbanos.

A renda familiar é gerada pela venda de produtos agrícolas, extrativos e do peixe. Os produtos que conferem maior retorno aos moradores de Caiué são a farinha, a castanha e o guaraná. No entanto, alguns moradores realizam trabalhos assalariados, como empregos públicos – agente de saúde, professor, transporte escolar, vigia e serviços gerais da escola – e eventuais, como marcenaria, construção de barcos, curandeiro e no roçado. Além disso, algumas famílias recebem benefícios como aposentadorias e bolsa-família.

Embora distante da cidade de Maués, o trânsito entre a comunidade e o núcleo urbano ocorre ao menos uma vez por mês para a compra de mercadorias, venda de produtos e recebimento de salários e benefícios. Da mesma forma como Pantoja (2005) observou para outras comunidades de Maués e da região, o trânsito rural–urbano ocorre com intensidade e tem seus limites em muitos casos pouco definidos.



Figura 3. Frente da comunidade de Santa Maria do Caiué, margem direita do rio Paraconi, Maués (AM).

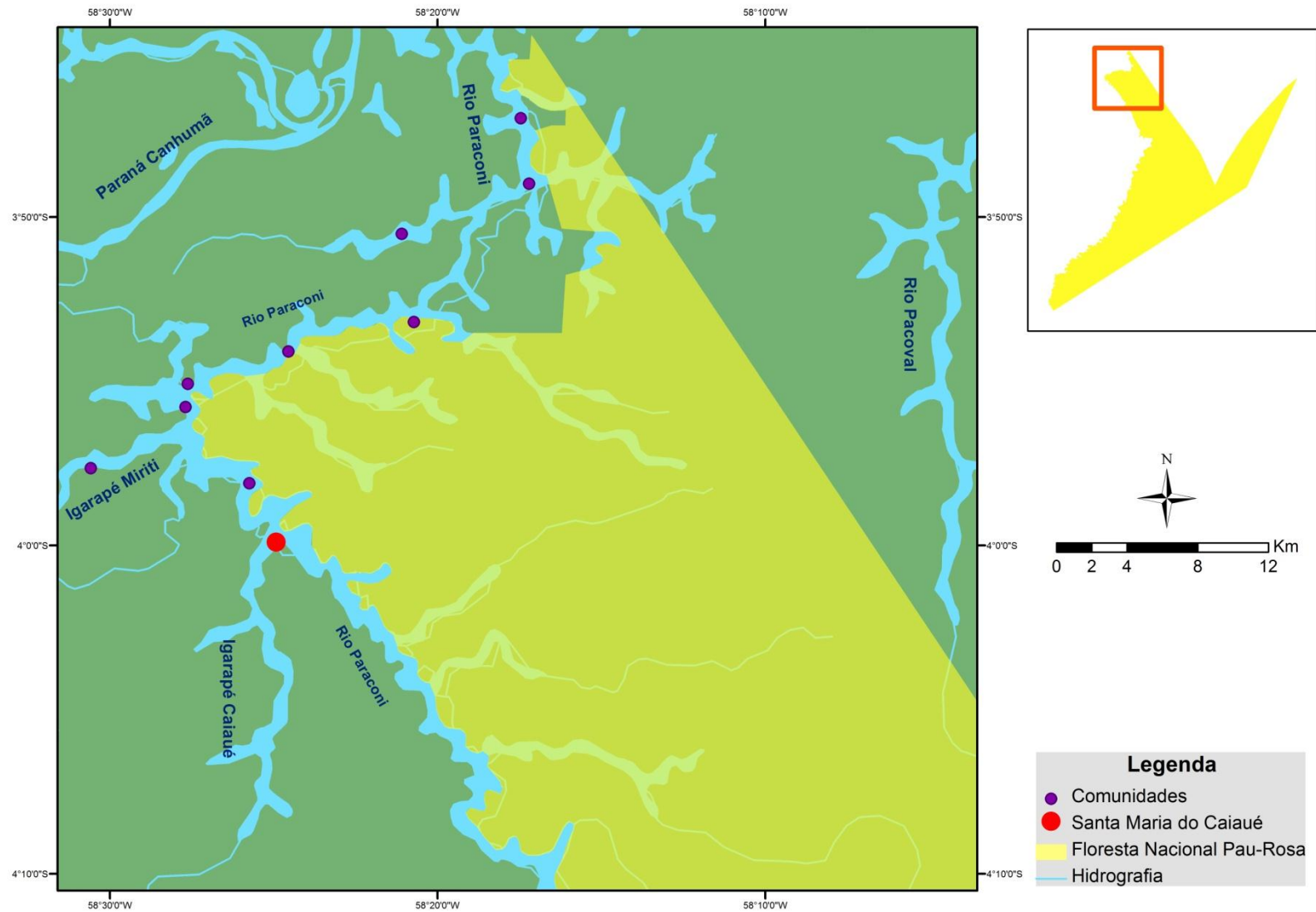


Figura 4. Localização da comunidade de Santa Maria do Caiuê, Maués (AM).

4.3 A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA

4.3.1 O processo de criação

Com uma área de 827.877 ha³¹ e abrangendo os municípios de Maués e Nova Olinda do Norte, a FLONA Pau-Rosa foi decretada em 07 de agosto de 2001 pelo governo federal no âmbito do Programa Nacional de Florestas (PNF). Lançado em 2000³², esse programa tinha a meta de ampliação das FLONAS na Amazônia Legal em 50 milhões de hectares até o ano de 2010 para desenvolver o setor florestal brasileiro (BARRETO & ARIMA, 2002). Entre seus objetivos estavam o fomento a atividades de reflorestamento, especialmente em pequenas propriedades rurais; o apoio a iniciativas econômicas e sociais das populações moradoras em florestas e ao desenvolvimento das indústrias de base florestal; a ampliação dos mercados interno e externo de produtos e subprodutos florestais; e a valorização dos aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionados pelas florestas públicas e privadas (BRASIL, 2000).

As iniciativas para a criação da FLONA Pau-Rosa ocorreram internamente aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA). O INCRA dispunha da gleba Paraconi, arrecadada e matriculada em nome da União como terra devoluta por meio da Portaria nº 164 de 07 de agosto de 1984, com o embasamento da “inexistência de posse ou domínio particular sobre a área” (INCRA, 2001).

Diante das metas do PNF, os acertos interministeriais levaram à disponibilização dessa gleba ao IBAMA, órgão gestor das UCs federais à época, para a criação da FLONA Pau-Rosa. As justificativas técnicas do INCRA para a cessão das glebas Paraconi e Mulata³³ eram de que:

- são áreas **sem demanda por assentamento**, por estarem distantes de pólos de desenvolvimento da Amazônia Legal, além de serem de interesse ambiental e de preservação;
- [...]
- estamos garantindo uma reserva técnica de reserva legal no bioma amazônico no total de 1.040.628,1843 ha;
- termos a oportunidade de regularizar a situação das reservas legais dos projetos de colonização e assentamento, criados antes da MP 2080-61 [...] que altera o Código Florestal Brasileiro (INCRA, 2001, p. 33, grifos meus).

³¹ Este é o valor informado no decreto de criação (BRASIL, 2011b). No entanto, cálculos recentes têm apresentados valores maiores, como SFB (2011), que apresentou o valor de 949.390 ha.

³² O PNF de 2000 (BRASIL, 2011h) revogou e incrementou o antigo Programa Florestas Nacionais criado em 1998.

³³ No mesmo processo de criação da FLONA Pau-Rosa consta as tratativas para a cessão da gleba Mulata, que veio a originar a FLONA de Mulata, nos municípios de Monte Alegre e Alenquer (PA), pelo Decreto s/n de 01 de agosto de 2001.

Os procedimentos para a criação da FLONA Pau-Rosa tramitaram entre áreas técnicas e procuradorias jurídicas do INCRA e IBAMA no período aproximado de dois meses, entre junho e julho de 2001. Chama à atenção a ausência de qualquer menção a uma etapa essencial, objeto de embates durante a longa tramitação do PL que levou à instituição do SNUC em 2000: a realização de consulta pública³⁴. Conforme consta do SNUC:

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.
[...]

§ 2º A **criação** de uma unidade de conservação deve ser **precedida** de **estudos técnicos** e de **consulta pública** que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º **o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas** (BRASIL, 2008, grifos meus).

A intenção na consulta pública prevista no SNUC, mais do que “uma simples audiência [...] era fazer da criação de uma UC um processo participativo e negociado, a construção de um compromisso, envolvendo todos os atores interessados” (MERCADANTE, 2001). O período de negociação para a criação da FLONA Pau-Rosa foi subsequente à instituição do SNUC na época, mas a única menção que se fez a ele foi com o objetivo de caracterizar a categoria FLONA para nela justificar a possibilidade de enquadramento da gleba Paraconi. É freqüente nos documentos do processo a menção ao vazio populacional da área com base na “ausência de demanda particular por sua ocupação e exploração”, que por sua vez ocorria em função de sua “localização remota e de difícil acesso” (INCRA, 2001, p. 51).

Foi somente após a publicação do decreto de criação da FLONA Pau-Rosa que os procedimentos para se esclarecer a existência de grupos indígenas ou de quaisquer outras populações na área foram solicitados, já no âmbito dos encaminhamentos para a doação da área do INCRA para o IBAMA (INCRA, 2001). Curioso procedimento retroativo que se traduziria somente em formalidades processuais, não no reconhecimento automático da nulidade do ato ou na reversão da territorialização do Estado sobre áreas antes ocupadas. Ademais, não constam das folhas do processo de criação da FLONA Pau-Rosa as respostas a essas solicitações. De fato, a FLONA Pau-Rosa foi criada não só sobre territórios de grupos sociais historicamente presentes na região – embora sem formalização pelos canais institucionais do Estado – como também incidiu sobre o PARNA da Amazônia³⁵, criado em 1974³⁶, e sobre a TI Andirá-Marau, homologada em 1986³⁷.

³⁴ Com exceção de REBIO e EE.

³⁵ O PARNA da Amazônia também apresenta sobreposição com a TI Andirá-Marau.

³⁶ Decreto nº 73.683 de 19 de fevereiro de 1974.

Embora o SNUC preveja a possibilidade de desapropriação das terras particulares no interior de FLONAS, a permanência de *populações tradicionais* é permitida desde que de acordo com as regras do Plano de Manejo. A territorialização do Estado por meio de UCs de Uso Sustentável, a depender da forma da ocupação social pré-existente, pode ser mais ou menos flexível quanto à coexistência com outras formas de apropriação do espaço. Essa flexibilidade, por sua vez, fica a depender de critérios técnicos definidos dentro da própria estrutura de gestão da UC.

No caso específico de grupos reconhecidos como indígenas, o direito ao território como condição para sua reprodução social e cultural é garantido na Constituição Federal, tornando “nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras [tradicionalmente ocupadas] [...]” (BRASIL, 2008a, art. 231, § 6º). No entanto, a questão da sobreposição entre TIs e UCs tem sido objeto de amplos debates, com diferentes interpretações sobre a prevalência de uma ou outra forma de território. Com base na Constituição Federal, existe o entendimento de que o decreto de criação da FLONA Pau-Rosa, no que se refere à área correspondente à sobreposição com a TI Andirá-Marau, deveria ser considerado nulo (FISCHER, 2007).

4.3.2 O processo de gestão

Embora a criação da FLONA Pau-Rosa tenha ocorrido no ano de 2001, foi somente após quatro anos, em 2005, que o IBAMA constituiu a equipe técnica responsável por sua gestão, composta efetivamente de uma servidora pública, situação que perdurou até o ano de 2009, quando o efetivo técnico aumentou para três servidores públicos³⁸.

Em 2005 iniciaram-se as primeiras atividades do IBAMA em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para o reconhecimento da área da FLONA Pau-Rosa e a produção de subsídios à elaboração do Plano de Manejo. A primeira viagem a campo foi direcionada ao levantamento quantitativo e qualitativo de madeira na área dessa UC, especificamente no rio Abacaxis (LMF, 2009).

O contato do IBAMA com as instituições do município de Maués no intuito de constituir o Conselho Gestor Consultivo da FLONA Pau-Rosa havia iniciado em 2007 (ICMBIO, 2011). No entanto, por uma série de motivos, as atividades para a formação do Conselho foram interrompidas e retomadas no final de 2009, com a equipe então de três servidores. Dentre as causas da interrupção estão a greve dos servidores públicos em 2007 em função da

³⁷ Decreto nº 93.069 de 6 de agosto de 1986.

³⁸ Eu sou uma desses três servidores, passando a integrar a equipe gestora da FLONA Pau-Rosa no final de 2009, quando ingressei no ICMBIO.

divisão do IBAMA e criação do ICMBIO, a própria desestruturação provocada por essa mudança na gestão das UCs federais e a reduzida equipe técnica da UC.

Nesse ínterim, deu-se prioridade ao levantamento em campo de informações socioeconômicas e biológicas sobre a área da FLONA Pau-Rosa. Em fevereiro de 2009, já sob a gestão do ICMBIO, o trabalho foi conduzido no rio Paraconi com a equipe técnica do INPA e apoio da ONG Conservação Internacional (CI). Vale dizer que esse foi o primeiro contato *in loco* estabelecido entre o órgão gestor da FLONA Pau-Rosa – ICMBIO – e os moradores ao longo desse rio, localizados tanto no interior quanto no entorno da área da UC. Dessa forma, essas pessoas só vieram a ser comunicadas desse novo território público, criado sobre seu espaço de vida, oito anos depois.

De acordo com o relatório de inventário florestal:

[...] **essas comunidades foram estabelecidas bem antes da criação da Flona.** Para a maioria dos comunitários, a própria palavra “**Flona**” é **muito abstrata** e não há sequer uma placa que indique que a área pertença à União.

A área inventariada tem comunidades, relativamente, bem organizadas dentro e no entorno da Flona. Há, aproximadamente, 1.200 moradores sendo 36% do entorno e 64% de dentro da Flona (LMF, 2009, p. 5, grifos meus).

O relatório socioeconômico apontou que:

Como de modo geral **os comunitários não tinham conhecimento sobre a Flona**, o responsável pelo ICMBio [...] passou a fazer uma palestra explicando a existência desse instituto, seus objetivos e formas de gestão que ora se iniciava com o trabalho de levantamento florestal, socioambiental e da fauna (HIGUCHI *et. al.*, 2009, p. 8, grifos meus).

Por outro lado, não é demais nos remetermos novamente ao SNUC quando este diz:

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

[...]

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao **envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão** da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a **participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão** das unidades de conservação; [...] (BRASIL, 2008f, grifos meus).

Assim, a produção de informações técnicas para embasar a implantação da FLONA Pau-Rosa e seu Plano de Manejo foi iniciada à parte do diálogo com instituições e moradores da região, sendo estes informados da existência da FLONA no momento da realização das pesquisas de campo. Essa primazia do componente técnico-científico no

planejamento e gestão da FLONA Pau-Rosa me parece estar ligada, de forma mais abrangente, com as concepções teóricas dominantes na formulação da política de UCs, discutidas no Capítulo 3, não obstante tenham ocorrido alguns avanços em direção à ampliação da participação da sociedade no âmbito do SNUC, como as diretrizes mencionadas e a constituição de Conselhos Gestores.

Por fim, a realidade socioambiental da comunidade de Caiué é nesta pesquisa o ponto de partida e chegada para pensar processos educadores ambientais no contexto de uma UC, no caso da FLONA Pau-Rosa. Os elementos descritos até aqui indicam que a FLONA Pau-Rosa faz parte de um território permeado de territorialidades e modos de vida de origens diversas, que se entrelaçam em sua configuração histórica. Assim, para pensar os desafios à EA, é essencial compreender como seus sujeitos – os moradores de Caiué – formulam e se inserem em suas próprias realidades e história.

5. O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO CAIAUÉ E SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA NACIONAL PAU-ROSA

O contexto histórico e socioambiental da comunidade de Santa Maria do Caiaué torna evidente que a conservação da natureza só poderá ser alcançada se corresponder à busca pela emancipação social. Esta, por sua vez, só terá caminhos de concretização se aliada às diversidades disponíveis no mundo humano: práticas, conhecimentos e experiências sociais que configuram distintos contextos e territórios. Para isso, há que se ampliar as conexões entre as dimensões da realidade, sua história e seu futuro, de modo a historicizar o mundo vivido e permitir sua permanente reinvenção e transformação.

Dissolver os limites físicos das UCs, convertendo-as em espaços socioambientais fluidos e povoados de experiências humanas é o desafio da EA pautada na concepção crítica e emancipatória. Neste capítulo, abordarei algumas dessas questões tornando-as eixos de debate ou fios da meada para pensar a EA a partir das UCs.

5.1 CAIAUÉ E O MUNDO: A NECESSÁRIA RE-LIGAÇÃO

Tanto em Caiaué como em outras comunidades rurais, o que se considera como a *comunidade* refere-se ao grupo de famílias que participam dos trabalhos coletivos e da vida social e religiosa. As casas não necessariamente localizam-se em uma área geográfica bem definida. Especialmente nas dimensões amazônicas, seu agrupamento pode se dar ao longo de uma extensa área, ou seja, a *comunidade*, como um grupo de famílias, pode ser referida mesmo entre aquelas que residem a alguns quilômetros de distância entre si: a sede da comunidade pode estar à margem de um rio, e participantes dela possuírem sua casa em igarapés vizinhos.

De acordo com o cenário que fui construindo, a partir de diferentes relatos, constatei que aquelas famílias, antes de constituírem a comunidade que hoje é Caiaué, fizeram parte de um período de transição entre formas de organização social e ocupação do espaço. A organização indígena e a relação com outros grupos sociais externos à região do rio Paraconi relacionam-se com esse processo. Hoje existe um novo elemento a ser considerado nessa região, com potencial para interferir em processos econômicos, socioambientais e espaciais, que é a superposição da FLONA Pau-Rosa ao território de Caiaué.

Conforme discuti no Capítulo 3, as UCs são parte de uma política pública ambiental territorial impossível de ser tratada no bojo de uma única compreensão sobre a relação sociedade-natureza e, portanto, sobre as causas da degradação ambiental. Ao contrário, de

modo geral essa política é constituída tanto por categorias opressoras e desenvolvimentistas pautadas por uma perspectiva cientificista de conservação, quanto por categorias orientadas pelo reconhecimento do direito de determinados grupos sociais aos seus territórios como meio para sua reprodução social associada à conservação da natureza. É certo que há variações entre esses pólos, que em si também não representam opostos simétricos, mas importa ressaltar que no âmbito do SNUC podem ser identificados marcos epistemológicos e políticos distintos.

A existência de uma UC tem potencial para regular e influenciar a apropriação do espaço e a forma como se vive em um lugar. O direcionamento conferido a essa influência é, por um lado, o que está estabelecido em dispositivos legais, e de outro, as perspectivas epistemológicas e políticas que orientam sua gestão.

Ao resgatar com os entrevistados sua história – das famílias e do lugar – foi ficando evidente o quanto a conexão de Caiuá à história regional importa para um processo crítico de EA nas UCs e o quanto as experiências locais revelam a capacidade de cada um de nós de *protagonizar* o mundo na radicalidade que o verbo exige para que o mundo seja de fato uma construção social.

5.1.1 “Os índios somos nós mesmos” e “Eles queriam fazer nós de índios”: identidades se entrelaçando na história do lugar

As conversas com os moradores de Caiuá se desenrolavam muitas vezes a partir do que se estava fazendo no momento da conversa. Algumas iniciaram com o assunto da produção ou da alimentação, outras com perguntas minhas sobre um tema já antes tocado em outro momento.

Sobre a descendência Munduruku, já havia alguma informação em pesquisa anterior para subsidiar a gestão da FLONA Pau-Rosa (HIGUCHI *et. al.*, 2009), conforme citada no Capítulo 4. Contudo, durante as entrevistas fui percebendo que a memória sobre essa origem tende a ser desvalorizada ou colocada como um passado do qual se tem pouco orgulho, porque foi um tempo sofrido ou porque é mera curiosidade, já superada, nos antecedentes da comunidade.

Ser Munduruku, ou Mundurucano, é “falar feio”, falar a “gíria”, do que os mais jovens passaram a ter vergonha e por isso foram perdendo o vocabulário. Só os mais idosos guardam na memória algumas palavras, que com esforço conseguem lembrar. Ser Munduruku é ter sido explorado pelos patrões, pelo sistema de aviação. Por outro lado, ter a origem Munduruku é ter uma identidade que, se associada a uma organização coletiva,

hoje pode garantir benefícios e o atendimento a reivindicações junto aos governos, a exemplo dos Saterê-Mawe³⁹.

De forma geral, as pessoas mais antigas estão mais ligadas à ancestralidade indígena pela vivência e pela memória. Entretanto, percebi que existe uma relação ambígua que se estabelece com essa origem e que nem sempre se relaciona exatamente com a idade das pessoas e com a memória que têm de suas origens culturais. Em outras palavras, não são necessariamente os mais antigos a reconhecerem e os mais novos a negarem serem filhos e netos de Munduruku. Considerando que certamente há o efeito da memória, essa postura me parece estar ainda assim muitas vezes ligada ao que se reconhece de qualidade, de interessante, de válido ou inválido em *ser índio*.

“De onde vocês são?” me ajudava a compreendê-los para além do lugar de nascimento, mas em um espaço-tempo que envolve não só o lugar que é Caiaué hoje – a comunidade – mas que o transcende geograficamente, e um tempo que envolve gerações:

Semo filho nato daqui mesmo, **do Caiaué**. Nós éramos **lá de baixo**, mas **nós fomos subindo**, [viemos trabalhar é] pra cá. Moramos muito aqui pra cima, trabalhando, de lá nós *se colocamo* aqui, acho que daqui só Deus que vai tirar nós (E1, grifos meus).

Ser “daqui” é então ser dali de cima, de Caiaué, mas também se estende para outros lugares, como o “lá de baixo”, que por sua vez é:

Lá no [igarapé] Miriti, na boca do Miriti, era nosso terreno do meu finado avô. Lá era a Capitania. Capitania dos índios. Inspetoria. Vinha gente lá de Manaus, de lancha, era muito animado também lá... Eles vinham visitar aí, trazendo algumas coisas lá pra quem tava tomando conta da [...] tinha o finado Avelino, ele que era o chefe que morava lá (E1).

Se eles eram dali, e os índios também, quem eram os índios?

Os índios somos nós mesmos, filhos natos daqui. Ih, já morreram muitos. Resta eu e outros que estão por aqui. Estou contando a história, não é bem certo, mas tenho lembranças. Era o povo Munduruku. Finada tia Nadia, irmã da minha mãe, minha mãe tudo era filho dos índios. Morreu muita gente, a mãe dessa também [referindo-se a sua esposa]. Essa terra preta aí morava muita gente, tudo por aí morava gente (E1, grifos meus).

A “Capitania dos Índios” indica a presença do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no igarapé Miriti. Uma das funções da Capitania era a de proteger a área indígena, mas as motivações exatas para essa atuação não é clara para todos os informantes que viveram essa época. Ademais, embora seja incerto o período sobre o qual eles contam da Capitania

³⁹ Os Saterê-Mawe da TI Andira-Marau têm uma organização tal que lhes permitiu inclusive eleger um vereador nas últimas eleições.

e da presença dos índios na região, é possível inferir, tendo em conta a idade dos mais antigos, que se remete mais ou menos a partir da década de 1930, passando pela extinção do SPI em 1967 e criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Capitania indígena. Servia *pra* defesa do nosso rio, *pra* não, *pro* pessoal não... uns *tão* querendo entrar agora sem a ordem daqui [...]. Tem o nome do meu avô de Manaus, que era indígena. Meu avô era Raimundo Capitão. [a Capitania servia] *pra* não invadirem. Muita gente trabalhava *pra* cá pra dentro. [Um dia] saíram tudo *pra* fora, ficamos só nós (E1).

Tinha até inspetoria, tinha inspetoria lá pra baixo, onde tem... aí perto da... abaixo da [comunidade] Fortaleza, pra lá. [...] era uma cidade aí também [...]. Ih, era muito animado lá... [...] era casa, muita casa, tinha gente da frente e tinha detrás [...]. Inspetoria é dos índios. Não sei o que fazia [...]. uma vez lá, eles passaram lá, que o pessoal que trabalhava pra cá, queriam embargar o trabalho do pessoal, tomava tudo que era gênero de [...], copaíba. É, levavam pra lá. Lá pra fora. Eles iam lá embargar o serviço dos homens e lá, o que eles tinham de gênero lá, eles tomavam, levavam [...] Eles vieram de Manaus, sei lá da onde eles vieram. Vieram, se colocaram lá, fizeram aí uma cidade, aí ninguém podia passar (E2).

Meu finado meu avô, capitão Agostinho, era chefe dos índios. Era mundurucano. **Lá eles fundaram essa aí, a FUNAI**⁴⁰. Tinha muita gente aí que vinha de Manaus aí [...]. Era conhecido dos graúdos. Ia embora pra Manaus. [...] morava muita gente aí... eles tomavam conta porque eles eram federais, né. Federal não tem quem vá com eles. Foram lá com governador, governador deu força para eles. Governador [...] não me lembro mais. Mas tinha muita gente de lá... tinha Dr. Jacobino, Dr. Derval, vinham de lá de Manaus. Tinha muita gente aqui que o governo mandava, *né*. Tinha muito rancho (E3, grifos meus).

Se a Capitania era uma estrutura de proteção de um território indígena, impedindo que fosse invadido por pessoas de fora, ela era ao mesmo tempo uma estrutura opressora, que não permitia que se saísse do rio sem que as mercadorias e produtos fossem averiguados e até mesmo apreendidos. A relação opressora com a Capitania parecia ocorrer especialmente com quem não era indígena ou não se identificava como tal; a relação amistosa se dava em função de se auto-reconhecer e participar da organização coletiva como Munduruku. Isso ficou bastante evidente quando a informante mais antiga, cujo pai fora apontado pelos demais informantes como sendo o fundador da comunidade e como sendo também Munduruku, colocou, contraditoriamente:

[meu pai] era, metido a Munduruku [risos]. Não era desse bem, **mas ele era [Munduruku]**. Agora, a mulher não era [...]. Falavam assim que era inspetoria dos índios. [...] Não sei que qualidade de índio era. **Eles que queriam fazer nós de índio.** [...] **Mas não, nós não somos índios não** [risos]. **Índio está há muito tempo daqui.** Quem que falava assim que vinha aí de, não sei de onde vinha, falava que era índio, as pessoas se

⁴⁰ Conforme coloco adiante, a FUNAI não parece ter atuado na região. A menção deve ter sido feita por ser a atual instituição de política indigenista, em substituição ao SPI.

mudavam [...] atravessavam pro outro lado [...]. Varavam lá, varavam lá, por onde queriam varar, né, varavam, aqui do outro lado varavam também, aqui... daqui iam embora. [...] **quando, já! Nós não éramos índios não** (E2, grifos meus).

A existência de mecanismos de proteção dessa região no rio Paraconi contra invasões é inclusive reportada a tempos anteriores pela memória coletiva – aquilo que pais e avós contaram – tal como o período da Cabanagem. Os rebeldes, incluindo índios e caboclos, tinham abrigo nas áreas ermas da Mundurukânia, especialmente Maués, um dos últimos redutos.

O meu avô ele era coisa da FUNAI. O meu pai também. A minha mãe era também. Porque no tempo da Inspeção [...] aí apareceu, sabe. Não entrava ninguém *pra* cá não. **Disseram que tinha uns paus aí no canal que eles eram assim e assim, umas pontas pra cá outras pra cá. Mas olha isso aqui era um monte de pau, né cumpadre. E faziam no tempo da Cabanagem, sabe, pra não passar barco pra cá.** O barco que entrava já era. [...]. Os índios mesmo... que faziam isso pra não entrar porque estavam matando pessoal, pegando *pra* levar assim *pra*... que naquele tempo vendiam até gente vendiam *né* [...] escravos... (E4, grifos meus).

Havia então um claro território indígena, notadamente Munduruku, nessa região do rio Paraconi, regulada pelo SPI. Essa demarcação, mais ou menos fluida, acabou por promover a expulsão ou migração de famílias que não compartilhavam de uma identidade étnica, seja por optarem por viver de outra forma, seja por de fato serem de outros grupos culturais. Contudo, a emigração de algumas famílias foi temporária, o que pode estar associado à extinção do posto do SPI no local e à dissolução do território propriamente Munduruku.

nós fomos embora, pro [rio] Abacaxis. Que veio muito medo pra lá, deixava nós... . Nós fomos tudo pra lá. Por causa deles, que não deixavam entrar pra, assim pelo menos pra procurar comida. Aí a gente queria passar e não deixavam, tinha vigia. [...] Aí tinha que passar devagar à noite. Pra poder escapulir pra fora. [oito meses] **depois deles irem embora nós voltamos, pra cá.** Ih, nós deixamos muita roça, plantação, mas as pessoas invadiram roça, [só sobrou casca de mandioca]⁴¹. Tinha roça ali, tinha roça ali, tinha roça lá [...]. Quando chegamos, bem pouca roça já tinha. Pessoal já tinha comido. Negócio de fruta [...] aproveitaram. Aí nós não saímos mais. Foi tempo que meu marido morreu. Só eu com meu pai e minha irmã. Nós éramos quatro irmãs (E2, grifos meus).

Não ficou claro a partir das conversas com os moradores o porquê da Capitania ou Inspeção ter acabado. Uma questão que parece ter sido determinante para a desintegração dos Munduruku nessa região no rio Paraconi foi a ocorrência de uma epidemia de paludismo, a malária.

⁴¹ Frase mais próxima do que pude entender.

No tempo que deu uma doença aqui, um tal de paludismo, matou muita gente. [...] tinha gente que quando ia fazer sepulto de um, quando chegava já tinha dois, três mortos (E3).

[...] deu aí, teve aí o paludismo que foi acabando com o nosso povo. Uma doença. Quando dava só ficava às vezes um por sorte ainda, pra valer aqueles que estão [...] [morreram] porque não tinha a condição, [...] porque não existia agente de saúde, né... [tinha só uns remedinhos que a gente conhecia]⁴² (E1).

No decorrer do tempo, os antigos moradores foram se integrando a outras dinâmicas sociais e econômicas, especialmente com o mercado, intermediado por comerciantes aviadores. Os valores culturais do colonizador, do branco, se impunham: era a sociedade capitalista moderna expandindo-se e incorporando as populações indígenas e caboclas ao seu sistema socioeconômico. A migração implicada nesse processo também acabava por oportunizar a transformação de valores culturais e de formas de socialização, o que acentuava a desintegração social e cultural daqueles Munduruku.

Seus filhos e netos – os moradores mais antigos de Caiaiué hoje – foram criados nesse contexto social e cultural de mudança. A língua indígena, a gíria, foi se perdendo por uma série de fatores relacionados a esse período de transição. Acabou sendo esquecida e ficando com os antepassados que já se foram; salvo algumas palavras e expressões que com esforço alguns ainda lembram. O tempo – o fato de que quem “mais sabia” já se foi – e a vergonha de falar a língua foram fatores importantes nessa perda e se interrelacionam nas explicações dos moradores.

[meu pai] falava [a gíria], mas não falava bem. Falavam os outros que falavam mesmo bem bonito. [...] Eu falava, mas não acerto mais falar [...] Naquele tempo não tinham vergonha assim, os que falavam. Agora parece que não [...]. As pessoas tinham vergonha de falar. Porque já mudou, né, também. Mudou assunto de conversa, assunto de gíria, já conversam sobre outras conversas, não sabem [...] (E2).

[acabou a gíria] Porque aqueles que sabiam morreram (E5).

Porque aqueles que sabiam mesmo, morreram tudo (E3).

Aqui, quem morreram sabiam era muito. Ainda tem, ainda tem gente que fala, mas só que faz que tem vergonha de falar né. Tem muita gente que fala, mas tem vergonha de falar (E6).

Eu falo algumas palavras. Porque minha avó, meu avô eram índios. Meus filhos já que não querem, não sabem falar. Mas eu falo. [os filhos perderam a língua] porque não pegaram aquela época da linguagem deles. Mas tem uns que ainda falam. Uma comparação, a senhora chegou aqui... naquele tempo falavam pariuá⁴³, era quando um povo desconhecido chegava (E1).

⁴² Frase mais próxima do que pude entender.

⁴³ Palavra mais próxima do que pude entender.

Eles [os avós] falavam. Bonito eu achava! Só que eu não aprendi nem um pouquinho. [...] morreram os velhos e os novos não... ninguém se interessava. [...] porque vieram as pessoas de outras classes, *né*, foram casando, aí pronto, perdemos tudo (E7).

Entretanto, atribuir o esquecimento da língua simplesmente ao tempo – à morte dos que sabiam falar – e à vergonha de praticá-la porque “o assunto mudou” representa, de certa forma, a invisibilidade, para os próprios moradores de Caiuá, de elementos fundamentais na história de conformação daquele lugar e da própria vida que vivem hoje. A história de Caiuá vai além da narração de fatos ao longo de uma linha cronológica e está articulada a processos sociais, econômicos e culturais emblemáticos da conquista e integração da região Amazônica. O esquecimento da língua indígena e o fato de que hoje, em grande parte, os descendentes das antigas famílias Munduruku pouco se identificam com essa origem são indicadores de que esses processos operaram ali.

Por outro lado, há manifestações que apontam para o desejo do resgate da história, da identidade ou especificidade cultural representada pela língua perdida. Essa necessidade parece estar motivada pela valorização da cultura indígena como identidade política em um contexto de disputas territoriais e de garantias de direitos diante do Estado, só possíveis por meio de seus canais institucionais:

É essa aí que nós perdemos, a nossa língua, era para nós termos hoje, *né*, porque aí nós cultivava mais, nós tinha mais influência com as coisas, *né*, poderia ter. Porque o governo, o governo federal atende mais essas pessoas do que mesmo o branco *né*. As pessoas que dizem “branco”. E então a gente perdeu tudo isso aí, ninguém sabe falar [risos] (E7).

A necessidade da construção ou do resgate de uma identidade própria, seja ela cultural ou política, caminha junto do reconhecimento da importância de uma organização coletiva em torno disso. Essa organização, por sua vez, é a base para que a reivindicação por direitos e melhorias sociais ocorra em um patamar em que o protagonismo local seja exercido inclusive por meio da própria estrutura de poder do Estado. Assim é que os Saterê-Mawé, ao conseguirem eleger vereadores próprios em Maués, são reconhecidos em sua forma de atuação política:

Eles têm representante, os índios têm representante. Eles têm um vereador que é Saterê, deles mesmo. Ô, aquele vai em Brasília e não está nem aí com esses vereadores aí, esses outros vereadores aí. E ele não assina projeto quando o prefeito faz um projeto que não é do agrado deles, ele não assina não. Aí quando ele vê que não está certo, ele mesmo vai embora. Ele representa o povo. E nós aqui, nós não temos representante. Tiramos dois que foram os mais votados aqui na urna aqui do Paraconi, mas nem um não aparece (E7).

Uma questão que se destaca nas falas que almejam resgatar a origem indígena é justamente o resgate do *ser indígena*, do *ser Munduruku* como meio para a reivindicação de direitos perante o Estado, o que nos leva ao ponto da invisibilidade das sociedades caboclas, tratada no Capítulo 4. Se por um lado ser índio é ruim, é algo pejorativo, por outro, é a forma mais eficiente de obter reconhecimento e benefícios do Estado, tendo em vista as conquistas dos direitos indígenas conseguidas ao longo das últimas décadas, como as demarcações territoriais e a garantia de proteção de direitos básicos, ainda que por vezes somente nos dispositivos legais. O caboclo, o camponês amazônico, é um meio-termo que não se destaca. Não teria então a legitimidade para obter tratamentos especiais pelo poder público.

Contudo, se o resgate da identidade indígena pode fortalecer as reivindicações diante do Estado – decisão que só caberia aos moradores de Caiuá – sua importância residiria também em outra dimensão da busca por direitos e pela emancipação social. Estaria na possibilidade de compreensão sobre os macroprocessos sociais, econômicos, ambientais e culturais que permeiam a constituição do lugar que hoje é Caiuá e da própria vida humana que ali se desenvolve.

Ao compreendermos a constituição de um lugar a partir da perspectiva histórica de suas relações socioambientais, ampliando a compreensão sobre a realidade que se vive no presente, é possível questionarmos criticamente aqueles entendimentos já cristalizados no senso comum (CARVALHO, 2006). Mais do que um território físico, mais do que rios, floresta, roçados, casas, igreja, escola, mulheres e homens, Caiuá é e está sendo, com tudo e por tudo isso, produto de uma história social repleta de contradições, disputas, violências e emancipações. Nela os acontecimentos foram e são influenciados por diferentes forças e interesses que interagem em diferentes dimensões da realidade.

A intenção de se proceder a esse percurso não está somente em conhecer a história de um lugar e suas transformações ao longo do tempo. Ao nos propormos a investigar sua história, há que se fazer com uma curiosidade problematizadora, que questiona as mudanças à luz de valores orientados por ideais de bem comum, como a justiça, a democracia e a autonomia humana. Esse percurso, se feito criticamente, poderá trazer à tona questões relevantes que influenciam a conformação de um determinado lugar, fortalecendo nos sujeitos dessa caminhada a noção fundamental para intervirem e transformarem a realidade: a de que a história é um produto social e dela somos protagonistas.

A questão de ser ou não ser Munduruku ou de trazer ou não consigo elementos socioculturais desse povo pode residir, no meu ponto de vista, na invisibilidade e invalidade, à luz dos valores societários “modernos e civilizados”, do que significa *ser indígena*. A vergonha de falar a gíria e o “assunto mudado” expressam transformações históricas em

que as forças socioculturais dominantes colocaram os povos indígenas no lugar de inferiores e atrasados. Hoje, esses povos dispõem de mais legitimidade no campo das disputas sociais e políticas em função do fortalecimento do discurso de respeito à diversidade sociocultural, concorrente do discurso hegemônico da modernidade que supervaloriza as sociedades urbano-industriais.

As manifestações entre os moradores de Caiuê sobre sua proximidade ou distanciamento da cultura indígena parecem girar em torno dessas idéias-força. É como se negando a origem indígena, pudessem negar com ela a inferiorização histórica a que foram sujeitos. Dessa forma, a língua indígena deixa de ser “língua” e passa a ser “gíria”.

Língua mesmo só é a do colonizador, a do colonizado é dialeto, é um negócio ruim, fraco, inferior, pobre, incompetente, não é capaz de expressar o mundo, de expressar a beleza, a ciência; isso só se pode fazer na língua do civilizado, língua branca que é melhor, mais bonita, porque por trás dessa branquitude tem tanto Camões quanto Beethoven (FREIRE, 2004, p. 26).

Se desejamos instaurar uma perspectiva pedagógica crítica, essa manifestação dual é um campo propício para reflexão com essas pessoas. Qual é a história indígena dessa comunidade? O valor de ser indígena estaria somente no fortalecimento de reivindicações sociais? Quais são os aspectos e componentes da cultura ancestral indígena e por que foram sendo modificados? Há elementos culturais do povo Munduruku que também contribuem para a construção de um presente melhor, mais justo e humanizante? Como se expressam hoje na cultura cabocla?

Desse modo, independente da identidade – ou das identidades – que assume um grupo social, percorrer a história pode trazer à tona conhecimentos e práticas sociais alternativos à lógica hegemônica cientificista e de acumulação de capital que funda a crise socioambiental moderna. É uma caminho para redescobrir e quiçá legitimar valores socioculturais que nos permitam estabelecer relações menos utilitárias e mais sustentáveis com o que se idealiza como natureza.

Esse olhar ampliado pode permitir, assim, a *produção* de experiências e modos de vida *já existentes*, porém tornados invisíveis, inválidos ou inferiores em função de um ideal hegemônico de felicidade e modernidade (SANTOS, 2008c) que opera nas transformações dos repertórios socioculturais. O olhar crítico que redescobre e valida um presente muito mais rico e diverso do que crê a razão instrumental hegemônica é a base para se potencializar a ação, seja para manter ou para transformar a realidade socioambiental em direção ao futuro que se almeja. Para proceder a esse resgate é necessário percorrer a memória, individual e coletiva, e, portanto, interpretar a história.

5.1.2 Fazendo Caiaué: da dependência do patrão à construção da liberdade

Uma das questões importantes para os moradores de Caiaué, que perdurou até tempos recentes, é que durante décadas eles ficaram sujeitos ao sistema de aviamento e aos regatões, conhecidos também como “patrões”. A aquisição de produtos de consumo básicos, como café, açúcar, por vezes a própria farinha, ocorria em troca de produtos da floresta. Madeiras de diversas variedades, sub-produtos como óleos e resinas, caças e outras plantas eram fornecidos aos patrões, que em troca forneciam os itens de consumo demandados pelos moradores. No entanto, a definição dos preços ou do valor de troca entre os produtos era regulada pelos patrões, normalmente fazendo com que os compradores locais permanecessem sempre em dívida.

Esse sistema de regatões operava também por meio da demarcação de territórios de compra e venda, convertendo os moradores em compradores-fornecedores cativos, ou seja, não se podia vender e adquirir produtos de outros patrões que não àquele com o qual se tinha a dívida ou a obrigação do fornecimento. Essas relações eram mantidas provavelmente por meio de violências e sanções, tais como deixarem os regatões de vender produtos para os moradores que rompessem com essas relações previamente impostas. Em áreas ermas, distantes de povoamentos maiores e de núcleos de comércio, com precárias condições de transporte, essas eram sanções severas que poderiam comprometer a sobrevivência das famílias na região.

Chegava o regatão naquele tempo, chegavam os patrões, negociando, comprando guaraná, vendendo as coisas *pra* nós. Naquele tempo era o guaraná que era o nosso dinheiro; hoje... itaúba também. Tirava muita madeira. Estragava, porque no machado *né*. E hoje em dia tem moto-serra que *dá pra* aproveitar e já não tem mais [itaúba] como tinha naqueles tempos [...] Nós vivíamos assim, de... trabalhando braçal... quando chegavam os patrões a gente vendia aquelas coisinha que nós arranjávamos, breu, pão, muitos vendiam tinham tipiti, [...], aí a gente vendia *pra* eles e aí a gente comprava as coisas que a gente necessitava [...]. Uns certos tempos *pra* cá já ficou ruim *pra* nós, *pra* todos. Teve tempo que nós comprávamos farinha assim de litro, meio litro, um litro, açúcar de um quilo, café aqueles pacotinhozinho. Eu cansei de comprar. Trabalhava no meio da chuva tirando madeira *pra* comprar um quilo de açúcar, dois litros de farinha, às vezes um litro, quando não dava *pra* um litro, meio litro. Sustentar esses meus filhos e mulher. [...] Pau-rosa no meio da chuva, arrastando assim. A gente trabalhava no meio da chuva, arrastando aqueles *pauzão* assim, no meio da chuva, caía pau, as costas da gente ficava só lama (E1).

Isso daí tudo é o lucro da itaúba, das marretas, que a gente chamava marreta. A gente ainda achava bonito! (E7).

Surge então a questão de por que a dependência desses produtos trazidos de fora era tão relevante, considerando-se que os povos indígenas – em hipótese esses moradores

enquanto descendentes – tinham originalmente auto-suficiência na produção de seus meios de vida – alimentação, remédios, utensílios, ferramentas e tecnologias – a partir dos recursos naturais das áreas onde viviam. Para se compreender isso, é necessário ter em conta alguns aspectos da configuração da vida e das dinâmicas sociais nessa região que, em última análise, correspondem a processos gerais em escalas regional e nacional.

O primeiro deles está no próprio processo de integração cultural e econômica por parte dos colonizadores europeus, associado à política indigenista brasileira, suas contradições e os resultados disso. Ao longo da estratégia geopolítica de controle e expansão do Brasil Colônia, o trato com os povos indígenas objetivava, e normalmente tinha como único resultado possível, a expropriação, por meio da força, das terras desses ocupantes ancestrais. A consequência era sua escravização ou subordinação aos colonos europeus e seus descendentes.

Infelizmente, a respeito dessa questão de propriedade de terras, estamos no Brasil não só muitíssimo atrasados, como também numa situação mais do que lastimável, vergonhosa. Sertões onde nunca pisou o homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes ao cidadão A ou B. Mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários expelirão dali os índios, que por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral serão então considerados e tratados como se fossem eles intrusos, salteadores e ladrões (texto de Cândido Rondon em RIBEIRO, 2005).

Não obstante, as legislações esparsas desde a época do Brasil Colônia garantiam aos povos indígenas o direito à terra que ocupavam e necessitavam para sua reprodução social. Acontece que por alguns subterfúgios, transfigurados em Cartas Régias e Alvarás, era possível “legitimamente” retirar do domínio indígena suas próprias terras. Por exemplo, a Carta Régia de 02 de dezembro de 1808 permitia que as terras indígenas pudessem ser declaradas como devolutas caso fossem conquistadas por meio de “guerras justas”. Ainda, os aldeamentos missionários, teoricamente em contraposição ao tratamento violento dado pelos colonos, atuavam reduzindo a área de ocupação de tribos inteiras a redutos auto-suficientes em produção, inserindo os índios no modo de produção ocidental e integrando-os à civilização para que servissem à ordem religiosa e, também, aos próprios colonos. Restavam assim muitas terras a serem incorporadas pelo Império (RIBEIRO, 2006; VILLARES, 2009).

Contraditoriamente, a reivindicação de direitos humanos para os indígenas, de tratamentos não violentos, coexistia com esse modo de operar hegemônico da metrópole portuguesa e posteriormente do Império e da República brasileira. Basta citar aqui, além da ação da Igreja Católica – ao menos de suas ditas intenções – as manifestações de pensadores abolicionistas que elaboraram as primeiras críticas ambientais no Brasil, como

já tratado no Capítulo 2, como José Bonifácio. No entanto, cabe lembrar que mesmo os que defendiam formas não violentas de relacionamento com indígenas defendiam, em última análise, sua incorporação não violenta à sociedade ocidental, e não sua soberania enquanto culturas e sociedades diferenciadas.

Com a criação da República, o fortalecimento do positivismo emergente na Europa e, associado a ele, o questionamento sobre a ação da Igreja, a idéia de que a “civilização” dos índios fosse realizada de forma laica tomava força. De qualquer forma, independente da vertente ou origem ideológica, todo o processo de contato da civilização ocidental com os povos indígenas se deu no sentido de transformar índios em “brancos”, e não o contrário.

É no seio dessa contradição que a atuação do SPI, a partir de sua criação em 1910, representou um esforço do Estado para, de um lado garantir tratamento especial aos povos indígenas, proteger seus territórios e evitar seu extermínio e, de outro, garantir sua pacificação e facilitar a expansão territorial ocidental, já quem em suas terras residiam os valiosos recursos naturais que moveriam o sistema capitalista em desenvolvimento. A partir de 1930, a política indigenista intensificou-se no sentido de ampliar as pacificações, em um contexto político regido pela diretriz de constituição da unidade nacional como um dos meios de se alcançar o desenvolvimento econômico e social do país. Para esse feito, integrar os povos indígenas seria uma das condições (MELO, 2007).

Na organização do SPI os postos indígenas eram a estrutura mais próxima do contato com esses povos, servindo tanto à proteção de seus territórios quanto para sua assistência e incorporação na sociedade ocidental por meio da educação e inserção no trabalho sedentário (MELO, 2007). Provavelmente eram esses os objetivos da mencionada Capitania dos Índios no igarapé Miriti. O fornecimento de alimentos, por exemplo, foi uma das atividades rememorada:

Vinha muito rancho pra cá pra FUNAI que o governo mandava, né. Aí deram um motor grande [...] pra trazer o rancho de lá de Manaus pra cá [...]. Aí o governo deu. Aí vinha muita mercadoria, pra FUNAI, pra [...]. Aquilo não era vendido, era dado mesmo. Mandava pra dar (E3).

No entanto, foi comum que os postos do SPI servissem como estrutura de intermediação de comércio de produtos indígenas, concorrendo com as missões religiosas e com o sistema de aviamento regulado pelos patrões. Ocorria inclusive a incorporação da renda advinda dessa comercialização na estrutura de funcionamento da própria instituição, ignorando-se os dispositivos legais que determinavam a criação de fundos patrimoniais e a transferência da renda para as comunidades indígenas ou seus integrantes legítimos possuidores. Essa situação foi alvo de denúncias especialmente por parte das empresas aviadoras, já que os postos do SPI comercializavam produtos com isenção de impostos e

pagamento de funcionários com verbas federais, o que os tornava mais competitivos no mercado (ARNAUD, 1974).

A atuação do SPI representava assim mais uma instância de tutela e exploração da mão-de-obra indígena e sua produção, modo de atuação que fazia parte das ações necessárias à meta maior de incorporação dos indígenas ao modo de trabalho “civilizado” e, por conseguinte, à sociedade ocidental capitalista. Essa instituição coexistia então com o sistema de patronato e com a atuação das missões religiosas. Estas historicamente com os objetivos, dentre outros, de amenizar a pacificação e incorporá-los ao sistema religioso e cultural ocidental; àquele com o objetivo de exploração econômica para abastecer com matérias-primas os mercados nacional e internacional.

Ao findar a atuação do SPI, em virtude das crises internas relacionadas à corrupção e ineficiência da instituição, a FUNAI foi criada para assumir a política indigenista oficial. Nos relatos dos informantes, a figura da FUNAI é mencionada, como se ali no igarapé Miriti tivesse havido também um posto da nova instituição. Um dos moradores entrevistados nesta pesquisa, com cerca de 60 anos de idade, disse não se lembrar com clareza da presença do SPI, pois era muito jovem, e o que sabe sobre a instituição se deve em grande parte às histórias contadas por sua mãe e por outros moradores mais antigos. Além disso, afirmou não ter havido presença da FUNAI nas proximidades de Caiué, apenas do SPI. Assim, por haver relatos diferentes sobre a questão, que não foram aprofundados nesta pesquisa, não ficou claro se de fato houve ali esse posto da FUNAI ou se seu nome foi mencionado por ser a atual instituição governamental indigenista, mas com a intenção de se referir ao antigo posto do SPI.

Após a extinção da Capitania, provavelmente também relacionada a epidemias de malária que eliminaram boa parte da população da região ao longo do rio Paraconí, os padrões permaneceram e com eles as relações de dependência que vinham sendo construídas. O consumo de produtos manufaturados e industrializados já era indispensável, já que ao longo da história de incorporação dos indígenas e posteriormente dos caboclos à sociedade “civilizada”, o valor desses produtos já havia sido internalizado em seu repertório cultural, em paralelo à introdução no trabalho sedentário voltado à produção para o mercado.

Portanto, a dependência desses produtos ou ainda daqueles que poderiam ser produzidos ali, mas não mais o eram – acarretando que tivessem que ser adquiridos dos padrões – representava o resultado de um processo de transformação a um só tempo cultural, territorial e social.

Cultural porque ao longo dos séculos de contato e relacionamento com os colonizadores brancos, alguns alimentos e utensílios não-autóctones passaram a ser de primeira necessidade – café, açúcar, sal, utensílios de metal – não podendo mais se viver

sem eles. Territorial porque ainda que vivendo em amplas áreas, sendo índios ou caboclos, muitos grupos deixaram de ter a autonomia de amplo uso da área para a própria produção, provavelmente porque ao invés de cuidar da roça, deveriam extrair os recursos naturais para trocar por outros produtos. Acabava que se comprava quase tudo, mesmo o que poderia ser produzido ali. Isso foi evidente em Caiuá, especialmente quando um dos informantes mencionou que até a farinha era comprada:

O cariuá⁴⁴ [patrão] que tinha, nós não tínhamos, porque os caras não queriam que a gente fizesse roçado. Não deixavam. A gente fazia um roçadinho e acabava, a gente ficava comprando. Aí a gente ficava trabalhando já quase que escravizado, não podia trabalhar nos roçados. Em 1983, ou 1982, tinha um patrão que trabalhava com nós, não me lembro o nome dele, era... um dia eu fiquei aborrecido com ele, além de vender pouco ainda era no litro. Parente do finado Saluca, Antonio Monteiro, era um patrão (E1).

Antes do cariuá, havia maior autonomia, a produção de alimentos era diversificada:

É, a gente fazia [farinha]. Negócio de plantação de macaxeira, abacaba, cana, essas coisas. Nós nos descuidamos por causa dessas coisas [comércio com patrão]. O que eu estava contando do Antonio Monteiro, que eu ia tirar pau um mês na chuva, *pra* comprar um litro de farinha. Um dia me aborreci com ele: “daqui por diante eu não vou trabalhar mais *pro* senhor *pra* ficar comprando migalha de rancho *pra* sustentar minhas crianças”. Aí ele ficou aborrecido comigo, nunca mais me passou lá, por lá, porque meu terreno era lá em cima [...] e aí tem uns pedaços de pau que eu tirei no meio da chuva ficou lá pra ele, ele se aborreceu e não levou mais, ficou lá, tá lá (E1).

No nível social, os relatos dos moradores de Caiuá indicam que em certo período ocorreu uma forma mais isolada de viverem. Isso estaria associado provavelmente ao fato de “não serem índios” e de que aquela região estava sendo então recolonizada recentemente à época ou também porque o próprio processo de desintegração dos povos indígenas levou, em muitos casos, a povoações dispersas ao longo dos rios. Sem uma organização coletiva, que os fizessem pertencer a um grupo coeso, seria difícil garantir uma produção diversificada de alimentos e outros itens de subsistência, muito mais enfrentar os patrões.

Por outro lado, a Igreja Católica, já com atuação um pouco diferenciada em relação às missões religiosas dos períodos anteriores, se relacionava com aqueles moradores desde a década de 1970 realizando batizados, casamentos e apoiando a organização comunitária (HIGUCHI *et. al.*, 2009). A organização da vila que futuramente seria a comunidade de Santa Maria do Caiuá começou a partir da relação com a Igreja.

⁴⁴ “Cariuíá” é a palavra que designa “patrão” na língua Mundurucu, de acordo com o informante, e foi transcrita aqui da forma mais aproximada ao que pude ouvir.

[a vila] Começou quando o padre mandou fazer a igreja. Aí foram se animando e iam chegando [...]. Achei bom porque iam chegando pra lá pra fazer casa [risos] pra acompanhar mais nós (E2).

Embora repleta de contradições, a atuação da Igreja Católica enquanto força de apoio à organização comunitária foi e ainda é bastante relevante na socialização dessas comunidades rurais. De acordo com o pároco de Maués,

a Igreja está aqui desde 1669, apesar de que eu tenho documento aqui de 1642. 1669 quando foi feita a primeira capela aqui na cidade, mas na zona rural já existia. [...] então a gente percebe que a Igreja teve esse papel importante, tem esse papel importante na vida religiosa, mas na vida social e cultural desse povo. [...] (E8).

Em 1985 a relação da comunidade com o sistema de patronato começou a mudar. Os moradores decidiram não mais se relacionar com os patrões e foi justamente a organização coletiva o motor da mudança na história:

Aqui que nós saímos da nossa escravidão, *né* cumpadre. Foi nessas terras pretas aqui que nós deixamos a escravidão. Antigamente, **os nossos pais eles eram escravos; diziam que tinha terminado a escravidão, mas eram escravos.** Depois que **a gente veio reconhecendo que a escravidão era aquilo, né.** Os patrões vinham e vendiam a mercadoria, o rancho, *né*, para os nossos pais irem *pro* mato. E passavam anos e anos aí, e quando era época do roçado não iam fazer porque não podiam ir, porque iam explorar madeira mais, para no outro ano já no tempo da cheia... aí iam lavar, e botar pau-rosa, e eles [os patrões] davam condição. E aí quando nós ficamos homens, fomos ficando já rapazes, fomos mudando, vimos que era melhor mudar. Aí foi uma época que eu fui coordenador da comunidade, eu reuni e fui lá com o padre, que eu disse *pra* ele que eu não tinha condição de ser coordenador porque eu não conhecia o que era mesmo coordenar a comunidade. Aí o padre disse que não era uma palma de banana macia com um litro de farinha pra gente comer, mas era um muro muito seguro que se pudesse quebrar, ele então aí podia melhorar. “Ah, tá”, então eu pensei no meu trabalho de comunidade. “Então vou convidar o pessoal e dizer pra eles que nós vamos passar mal um ano só”. E foi o que aconteceu. Aí nossos pais meio velhos ainda diziam que nós íamos... que não era assim, nós íamos passar meio mal, mas eu insisti. E eles me ajudaram e os cumpadres ajudaram e toda a juventude, *né*. Aí me ajudaram aí nós temos esse roçado que vai de lá da ponta até aqui, é o nosso roçado. Era só roça, aí era roça, banana, milho, feijão, tudo tinha aí. E aí foi melhorando. Naquele ano nós passamos mal mesmo, não tinha quem vendesse nada pra gente. [...] Porque paramos de atender o patrão. Aí não vendia mais nada. [...] [Antes, quando vendia] pagava com madeira, trabalhando aí na mata *pra* eles. Aí ninguém foi mais. Mas aí quando apareceu a farinha, aí tinha um patrão nosso que aquele, puxa vida. Ele parava aí, vendia farinha. Aí pronto, terminou a escravidão. E até hoje nós estamos aí, olha como ele [o roçado] está aí, bem... [risos]. Se fosse naquele tempo nos estávamos no machado [risos]. [a gente tirava a madeira] para pagar aquilo que a gente comia. Não valia porque dava muito trabalho... e a gente não tinha nem roupa pra vestir quase, não trocava roupa. E agora não, troca de roupa, calça sapato bom. [...] [Antes] mesmo

com coordenação [tinha a escravidão]. Ele [o coordenador] não tinha uma visão, aí continuava. E eu tenho outra visão já. Que por isso que o padre Carlos disse, “você teve uma visão de águia”. Não, eu tenho, eu não tinha não, **eu tenho uma visão de águia, porque eu quero ser mais.** [...] Essa é a nossa comunidade, a nossa vida (E7, grifos meus).

O esforço da comunidade para romper a histórica relação com os padrões passou necessariamente pela percepção daquela situação vivida como algo construído e, portanto, superável. Assim é que junto à compreensão sistêmica dos diferentes fatores da configuração de um determinado contexto socioambiental está a importância do reconhecimento da capacidade do protagonismo local na transformação da realidade que se vive. Essa é uma questão bastante relevante quando se trata do campo da conservação ambiental e de sua territorialização nas políticas públicas, tal como as UCs, e da dimensão pedagógica a que essa política deve contemplar.

A percepção de que somos *sujeitos de uma história*, e não meros observadores, *sujeitos a uma história*, é um dos centrais desafios para a construção de cenários socioambientais em que a justiça e a democracia sejam princípios orientadores das transformações.

Esses dois aspectos da realidade vivida – a conexão de questões locais com seus contextos mais abrangentes e a importância do protagonismo individual e coletivo na configuração do socioambiente vivido – nem sempre são facilmente apreendidos. No entanto, a transformação de uma realidade passa necessariamente pela compreensão e intervenção a partir desses aspectos.

5.1.3 FLONA Pau-Rosa e a conservação da natureza: fragmentar ou conectar o contexto local?

Conforme discutido no Capítulo 4, a criação da FLONA Pau-Rosa foi calcada na meta de expansão da área de Florestas Nacionais na Amazônia como um dos sustentáculos para a produção madeireira sustentável. Ainda que originada de uma forte perspectiva cientificista e tecnocrática, poderia trazer consigo a oportunidade de promover ações comprometidas com uma perspectiva crítica e democrática sobre o contexto da degradação ambiental.

Contudo, a própria origem da FLONA e a comunicação sobre sua existência – a informação de que aquele território de Caiuá era abrangido por uma UC – pôs em cheque essa perspectiva diante dos moradores da comunidade:

A primeira vez que o pessoal veio dessa FLONA do Pau-Rosa *pra* mim foi a maior surpresa. *Pra* mim foi a maior surpresa do mundo. Ninguém sabia. Eu achei... vou ser sincero o que eu achei. Porque eu tenho uma constituição

que diz assim: “eu vivo num país de democracia”. Eu sou livre *pra* isso, *pra* isso e *pra* isso. Tudo se chama uma democracia, e *pra* mim o governo que fez a... por exemplo: “vamos ter que tirar essa caixa daqui, você vai ter que tirar seu pé *pra* tirar essa caixa. Me dá licença? Né? “Poxa, você vai tirar”. “Vou. A razão é essa, essa, essa. Não tenho como deixar essa caixa aqui”. “Pô, beleza, eu vou tirar meu pé”. Certo? **Nós fomos saber que isso aqui era reserva uns dez anos depois de ser reserva.** Eu achei, *pra* mim isso aqui foi o cúmulo da hierarquia, por exemplo. *Pra* mim foi tipo lá na Cuba. **Que democracia é essa?** “Olha, nós vamos fazer isso aqui reserva, mas eu quero te dizer que a partir de agora vai ser reserva. Eu estou te avisando. Eu quero te comunicar”. Né? Surpresa, ninguém sabia. Como eu estou te dizendo, ainda veio um cabra assim [servidor do ICMBIO], com uma palestra muito... [risos]. Eu não consigo ficar calado não (E9).

Além disso, essas famílias receberam uma incômoda observação ao estabelecerem o primeiro contato *in loco* com um dos representantes do ICMBio, instituição então responsável por gerir esse território superposto a suas áreas de vida.

Ele [servidor do ICMBIO] fez uma palestra, acho que ele não foi feliz nas colocações dele, sabe. Ele disse assim: “você tiraram toda a itaúba daqui. Você mataram a itaubeira tudinho. Então, se vocês não preservarem hoje, os filhos de vocês nunca vão conhecer uma itaubeira” (E9).

A noção fragmentada da constituição da realidade explicitou-se na fala do representante do órgão gestor da FLONA Pau-Rosa e ignorou os fatores fundamentais dos processos que levaram, no caso, à quase extinção da itaúba. Ao contar sobre o evento, a fala de um dos moradores traz implícita a necessidade de se aprofundar as reais causas da exploração da madeira.

Aí eu fiquei chateado com ele. Por exemplo: é verdade, o povo matou as itaubeiras mesmo, mas matou numa razão, não matou para ver uma árvore no chão, entendeu. Era por necessidade. Ou tu ia cortar itaúba *pra* sustentar teus filhos ou tu ia ficar olhando *pros* outros, entendeu (E9).

A manifestação do representante do ICMBio, embora tenha sido rebatida por alguns moradores no momento de sua colocação, acaba sendo uma referência e um reforço à lógica individualizante de configuração da realidade. Assim, se o entendimento de que a única responsabilidade sobre a degradação da floresta reside na mera vontade de quem ali vive, então a única solução é que essas pessoas “não queiram” explorar esses recursos.

Na fala de outros moradores de Caiuê, a excessiva exploração da madeira estava associada não só à necessidade imediata de sobrevivência, mas também ao pouco conhecimento sobre seus riscos futuros. Parece existir, numa primeira aproximação, uma tendência de individualização ou ao menos de localização neles próprios sobre a maior parte da responsabilidade pela superexploração desses recursos.

Os primeiros [madeireiros] que tiravam [a madeira], porque ninguém tinha conhecimento, aí a gente ajudava eles a tirar mesmo. Quem sabe quantas itaubeiras nós não demos [para eles escangalharem]⁴⁵. [...] nós não tínhamos outra alternativa, né, nós não tínhamos conhecimento, então destruíamos. E hoje que nós temos conhecimento de nós [maneiramos]⁴⁶ não tem como fazer. [Para] manter a nossa necessidade a gente tinha que primeiro era fazer isso. Então era isso aí que a gente fazia nesse tempo. E eu não me arrependo. [...] Pau-rosa, por exemplo, se fosse na época de hoje pau-rosa tinha muito na mata. Os filhos que a gente ia encontrar, ia plantar [...] pra poder manter os outros. Tirava um, plantava duas, três, já era uma boa coisa. Mas quando? Tinha árvore de pau-rosa que [...] estava grosso embaixo assim de filho, né cumpadre, aqueles filhos bonitos assim. [...] se a gente mudasse para outro lugar, puxa... (E7).

Fruta tinha muito... [...] se tivesse esse alerta de hoje, naquele tempo, ih, [...] essa mata aí era só pau-rosa [...] porque nós estragamos muitas madeiras com fruto e filhos de pau-rosa no mato [...] ninguém sabia aproveitar, né? Aproveitava naquela hora que nos tirávamos, as árvores. Os filhos ficavam por aí. As sementes ficavam estragando (E1).

Por outro lado, de uma perspectiva sistêmica, a história de depauperação da floresta amazônica não pode ser atribuída somente aos saqueadores, especialmente àqueles mais próximos aos recursos naturais a serem explorados. Esses constituíam em grande parte os grupos sociais marginalizados de todo enriquecimento econômico que a exploração das florestas poderia gerar. Eram indígenas, caboclos e toda a sorte de grupos socioculturais gerados da miscigenação ou interação entre povos indígenas e colonizadores europeus. Aqueles que de fato se beneficiaram mantinham contatos esporádicos com as áreas exploradas, se relacionavam majoritariamente com os núcleos urbanos e comerciais mais próximos e pertenciam às elites políticas e econômicas. Explicitamente, esses eram os patrões e demais comerciantes e políticos relacionados a eles, exatamente de quem os moradores de Caiuá conseguiram se emancipar.

Acontece que em um contexto societário de atomização, orientado por uma ciência positivista, na crença de que se “cada um deixar de explorar, conseguiremos conservar”, essa noção fragmentada assume uma força dominante e desvincula a ação – a exploração da floresta – de suas causas – as forças econômicas, políticas, sociais, as próprias necessidades imediatas de sobrevivência – e de seus efeitos – a degradação ambiental, extinção de espécies, baixa qualidade de vida para as pessoas. Perde-se com isso a noção sistêmica da realidade e com isso a possibilidade de transformações mais profundas e de longo prazo. Em outras palavras, resumir essa questão às ações puramente locais, pontuais, como a simples retirada e venda das madeiras, obscurece qualquer possibilidade de um sentido crítico da história desse local.

⁴⁵ Frase mais próxima do que pude entender.

⁴⁶ Palavra mais próxima do que pude entender.

Hoje, por exemplo, a falta de alguns alimentos, como as caças, já é notada, e percebe-se que essa situação é decorrente da atuação de caçadores que vêm de outros locais e que têm nessa atividade uma fonte de renda.

A gente sente [falta da caça]. Porque antes, as pessoas mais velhas do que a gente, dizem que no tempo deles, no tempo que eles caçavam isso aqui era muito fácil de matar a caça aqui por perto, e agora tem que ir meio longe pra eles conseguirem. E... porque eles deixaram caçador passar. Lá de fora que vinham. Iam caçar, caçavam pra vender, e eles não tinham muita necessidade como nós temos agora. E esses que vem de lá também agora não sentem a falta, mas quem mora aqui é quem vai sentir a falta, dos animais, caça, né, do peixe também. [peixe também] Diminuiu. Atacaram muito, aí depois que, nessa nova geração, de pessoas novas, aí já não deixam mais o pessoal caçarem. Porque é nosso dever, né, prevenir. [...] Nós daqui não deixamos as pessoas virem de fora, passar para cá. Porque eles vem pegar pra cá, só é pra vender e... só é pra ganhar dinheiro mesmo. E depois que acaba quem vai sentir a falta somos nós e depois nossos filhos. E depois que nos ficarmos velhos e morrermos ninguém vai sentir mais falta [risos], mas quem vai ficar aqui, no lugar de nós, vão sentir a dificuldade do alimento (E10).

[...]

E as pessoas quem vem de fora é mais pra venderem mesmo, pra ganhar dinheiro. No tempo da paca eles vendiam de 25 a 30 uma paca, aqui ou na cidade. Lá acho que quem compra pra vender acho que compra mais caro né. Tem um conhecido de um professor daqui que lá ele vendia o quilo do porco [do mato] a nove reais (E10).

[...]

Às vezes quando o pessoal mata anta aqui rapidinho acaba. [...] No período de maio até setembro, outubro [se consome mais] caça e peixe também, mas é mais a caça [...]. Quando tem o peixe a gente come o peixe, quando tem a caça a gente come a caça [...]. Quando não tem peixe a gente come a caça, quando tem. Aí às vezes faltam os dois [...]. Chegou um tempo ano passado que a gente às vezes nem jantava, almoçava. Ficou difícil, chovia muito, a gente não podia procurar. Agora esse ano estou achando que está mais fácil, que quando não chove muito a gente já tem um tempo de procurar comida. E é assim que a gente sobrevive aqui (E10).

O problema percebido – a falta de alimentos outrora abundantes – certamente tem relação com caçadores de fora, mas ao mesmo tempo deve se relacionar com a pesca predatória que tem diminuído estoques pesqueiros nessa área, aumentando a pressão sobre a caça. É necessário assim considerar as diferentes formas de exploração de recursos naturais em determinada área, seja para subsistência ou comércio, para se compreender as interrelações entre a escassez de um ou outro recurso.

No entanto, o que se deve ter em conta é que relacionada a isso está também a exploração de outras áreas e recursos naturais além da região de Caiuá. Em um cenário de tendência à urbanização, ou ao menos de mudança da paisagem socioambiental em direção à diminuição de áreas verdes, esses fatores podem levar ao aumento da pressão ambiental sobre áreas ainda conservadas. Essa compreensão sistêmica permitirá a percepção crítica do problema e a elaboração de medidas, sejam elas internalizadas em

políticas públicas ou representadas por iniciativas locais, que contribuam para a superação dos limites vivenciados hoje.

Assim é que a dimensão da conexão dos lugares, da relação entre ações exercidas em escalas espaciais distintas, não pode ser perdida de vista se há a intenção de se estabelecer um olhar crítico sobre o papel de diferentes grupos, sociedades e modos de vida na construção de cenários de degradação e de conservação ambiental. Essa abordagem, além de estar comprometida com uma perspectiva sistêmica, deve necessariamente, como colocado antes, historicizar o ambiente e os sujeitos que dele fazem parte ou que nele atuam.

Porque é só tornando o ambiente em que se vive algo histórico que é possível percebê-lo como passível de mudança ou de manutenção. O mundo, a realidade e, portanto, a natureza, são construções sociais, concebidas por sujeitos situados em um tempo histórico. As relações entre pessoas e entre pessoas e mundo são permeadas de valores hegemônicos e rivais forjados nestes ou naqueles grupos sociais, nestas ou naquelas sociedades, com o que se permite dizer da existência não de um, mas de muitos mundos. Esses sujeitos são, por assim dizer, também históricos. É nessa relação dialética homem-sociedade-natureza que os sujeitos do processo pedagógico, ao se descobrirem protagonistas do mundo, podem ser capazes de pôr em perspectiva sua realidade, seu mundo, seu problema imediato – como a escassez do alimento e suas causas – e desencadear atitudes para transformar a situação.

O fato de o SNUC ser majoritariamente orientado por uma perspectiva cientificista, que aborda a diversidade territorial por meio de “amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional [...]” (BRASIL, 2008f) acaba por fragmentar o mundo entre territórios-objeto de ações explícitas e planejadas voltadas à conservação ambiental e aqueles que não são prioridade. Concomitantemente, a depender do lugar onde a UC é instituída, fragmenta também territórios sociais constituídos ao longo da história. Como coloquei anteriormente, embora se possa identificar mais de uma orientação epistemológica entre o conjunto de UCs, essa é uma orientação predominante e a criação da FLONA Pau-Rosa foi por ela orientada.

Dessa forma, quando se ignoram os macroprocessos sociais e econômicos indutores do cenário de degradação ambiental, a criação de UCs acaba sendo demandada e justificada como redutos de conservação nos quais toda a salvaguarda reside em seus próprios territórios e não na tentativa de, em paralelo, se superarem as condições que levam a esse panorama. Se são necessárias áreas de conservação protegidas pelo Estado, certamente é porque há que se fazer frente às manifestações espaciais e territoriais – os efeitos – dos processos indutores da degradação. No entanto, há que se fazer frente não só a seus efeitos, mas às causas fundamentais.

Porém, no bojo de sua contradição pode ser fortalecida a crítica à visão fundante dessa estratégia de conservação. Promover a compreensão da diversidade socioambiental e fundiária que existe nas e através das UCs, em sua totalidade e interconexões e, com isso, estimular a compreensão histórica e sistêmica da realidade, como vem sendo discutido até aqui, é uma perspectiva possível. A questão reside exatamente na transposição dos limites físicos da UC para se pensar o processo educador ambiental.

Procedo aqui a uma analogia entre UCs e escolas enquanto espaços pedagógicos. Ainda que a escola tradicional seja o meio de reprodução social do sistema capitalista e cientificista vigente, ela pode oportunizar a sua crítica e a emergência de uma nova concepção de educação.

Porque veja o seguinte: ou a gente reconhece que a escola além de reproduzir a ideologia dominante também possibilita a crítica a essa ideologia ou a gente não tinha como explicar a gente. [...] É que na verdade os mecanismos, melhor, as relações que se dão na sociedade, infra e superestruturas, são históricas. São contraditórias e não mecanicistas. [...] E é por isso também que é possível, em qualquer sociedade, fazer algo institucional e que contradiz a ideologia dominante (FREIRE, 2004, p. 38).

O mesmo acredito que pode ser considerado sobre as UCs. Portanto, a história de Caiuê evidencia a necessidade de se construir com as pessoas que vivem ou se relacionam com a região das UCs uma perspectiva pedagógica crítica no âmbito de sua gestão. Ao contrário da lógica originária que as concebe como objetos de intervenção científica e planejada no espaço, fazendo-as espaços de conservação *in situ*, é necessário torná-las espaços de conservação *trans situ*. A condição para isso é que o processo pedagógico promova a ampliação da compreensão sobre as realidades locais situando e interpretando com seus sujeitos seu mundo vivido, concreto, tanto no tempo quanto no espaço.

5.2 AMPLIANDO A COMPREENSÃO DO MUNDO: CONHECIMENTO E PROTAGONISMO

Se toda ação e, portanto, toda intervenção na realidade são alimentadas por teorias e conceitos que as sustentem – a práxis – então o protagonismo dos sujeitos em suas realidades, condição e finalidade da emancipação social, requer a reflexão, o conhecimento, que embasa a ação. Quem não é autêntico sabedor do mundo que se vive, no sentido de compreendê-lo, não pode atuar sobre ele, mas apenas se ajustar, e deixar que outros o transformem ou o mantenham de acordo com suas outras compreensões e desejos aos quais o não-sabedor pode apenas se adequar (FREIRE, 2005).

O marco epistemológico moderno se desenvolveu objetivando os saberes não-científicos como não-existentes, como ignorância em relação ao mundo (SANTOS, 2007; 2008c). Em decorrência, o saber técnico-científico passou a ser o meio exclusivo de orientação da ação. No campo ambiental, isso se traduz em que as ações de conservação ambiental só teriam legitimidade caso fossem providas do planejamento de técnicos especializados. A redução das possibilidades epistemológicas do mundo reduziu, ao mesmo tempo, a legitimidade das práticas sociais pautadas em outros conhecimentos, pois as tornou fontes de ignorância a serem preenchidas pelo saber científico moderno. No campo pedagógico:

Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de “experiência feito” para ser de experiência narrada ou transmitida. [...] Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 2005, p. 68).

Reconhecer-se sabedor e, com isso, tornar legítimo o que se sabe, requer ao mesmo tempo reconhecer-se ignorante de outros saberes e, com isso, propor-se à aprendizagem e à construção de novos conhecimentos. Não se trata de recusar a ciência como forma de saber, mas de colocá-la em diálogo com outras formas de produção de conhecimento válidas e, portanto, com outras práticas sociais.

[...] todas as práticas relacionadas entre seres humanos e também entre seres humanos e natureza implicam mais do que uma forma de saber e, portanto, de ignorância. Do ponto de vista epistemológico, a sociedade capitalista moderna caracteriza-se por favorecer as práticas nas quais predominam as formas de conhecimento científico. Isto implica que apenas a ignorância destas seja verdadeiramente desqualificante. [...] Quaisquer crises ou catástrofes que delas possam advir são socialmente aceites e encaradas como um custo social inevitável que poderá ser ultrapassado ou compensado por novas práticas científicas (SANTOS, 2008c, p. 106).

O protagonismo local deve então estar associado à busca de formas alternativas de ser e estar no mundo que, ainda que de fato existam, por vezes estão veladas, adormecidas na condição de inferiores, inválidas, atrasadas. Assim é que conhecimento e protagonismo caminham juntos. Para potencializar a capacidade de transformação da realidade pelos sujeitos que nela se inserem, há que se validar a diversidade de conhecimentos construídos nas práticas sociais, contextualizados nelas. Ampliar a compreensão sobre o mundo no sentido não só de aprofundar o conhecimento, mas de legitimar os saberes, práticas e valores existentes tornará possível ampliar e potencializar os protagonistas do mundo, democratizando as possibilidades de sua transformação e/ou manutenção.

5.2.1 A força do conhecimento científico e da vida “moderna”

Entre os moradores de Caiuá, percebi em alguns relatos a afirmação de que “hoje se tem conhecimento”, e por isso se tem mais cuidado com a exploração dos recursos. Eles remetem-se ao conhecimento trazido por técnicos, tais como os pesquisadores do INPA, que elaboraram os diagnósticos para embasar o Plano de Manejo da FLONA Pau-Rosa, e aqueles vinculados ao ICMBio. O valor do conhecimento externo, científico, acadêmico, parece estar espelhado na mesma relação entre colonizadores e indígenas. Uma idéia-força internalizada que reúne um conjunto de valores sobre as populações da zona rural, do campo, de quem vive ali, quem é dali, não tem conhecimento legítimo. Nesse sentido, o posicionamento de um servidor do ICMBio é um posicionamento de quem “vem de fora”, de quem “domina” a técnica e os saberes necessários à conservação e, por isso, tem valor diante daquelas pessoas.

É nesse sentido que pude compreender o posicionamento de alguns moradores de Caiuá, segundo os quais a destruição da madeira, da itaúba, só ocorreu porque “não se tinha conhecimento”. Hoje os técnicos e outras fontes de informação externas o trazem.

Entretanto, embora as informações científicas das áreas biológicas sejam importantes para otimizar o manejo e a exploração de recursos naturais, elas não são por si só suficientes, já que outros processos, como dito antes, operam na constituição de cenários de degradação e de conservação ambiental.

Por exemplo, um dos fatores determinantes dessa exploração não foi exatamente a falta de conhecimento científico sobre a questão, mas sim a sujeição daquelas famílias a um sistema econômico movido pela exploração até a exaustão dos recursos naturais e da capacidade de trabalho. Em outras palavras, uma sujeição a práticas sociais fundadas na compreensão do outro – a natureza ou o ser humano – como fonte a ser economicamente explorada. A condição para a efetividade dessa sujeição foi a alienação quanto às forças e processos estruturantes dessa realidade e à capacidade de sua superação.

Por outro lado, parece existir no senso comum a noção da inesgotabilidade dos recursos naturais. As grandes extensões da floresta amazônica, de seus rios, a variedade de recursos e alimentos que a floresta fornece e a velocidade dos ciclos naturais como, por exemplo, a rápida decomposição e o desenvolvimento das plantações, parecem dificultar a percepção dos sinais da degradação ambiental e, portanto, de suas causas subjacentes. A percepção da abundância geral coexiste com a percepção da escassez pontual. Um dos moradores chamou a atenção para essa questão:

[...] a saúde começa e termina pela boca, né. [...] Nós temos aqui no interior uma decadência com relação a isso. Eu faço uma campanha: “Não mate ‘dona vida!’”. É a água. Eu colho esse lixo, eu levo, eu deixo em Maués, entendeu. Uma pequena coisa que você pode fazer *pra* ter uma saúde, *pra* melhorar sua saúde. Isso aqui é uma educação que eu acho que tinha que ser investida na sala de aula, tinha que ser uma matéria de sala de aula. Os jovens estão aqui no rio que tu vai estragar, [...] porque nós ainda vivemos num lugar em que podemos viver naturalmente, *né*. Mas se não cuidar vai acabar. Então esse é outro problema [...] Agora, é uma mudança de cultura. [...] A questão da água: por nós vivermos em abundância de água doce a gente acha que não acaba. “Joga essa [...] aí”. E nós podemos destruir a água doce. Mas você só vai não fazer quando você tiver consciência que você não pode fazer. Se não, você vai continuar fazendo (E9).

Um exemplo relevante diz respeito à tendência de aumento do uso de fraldas descartáveis por bebês e crianças da comunidade. Por não haver sistema de coleta e destinação do lixo, as fraldas são comumente jogadas no rio. A noção de que a água, o rio, leva tudo parece orientar essa atitude. No entanto, ao visitar uma das casas na outra margem do rio, constatei que as fraldas não são sempre levadas pelas águas. Em função da correnteza, as fraldas “dão a volta” e chegam à outra margem, ficando ali, encalhadas. Os moradores próximos com frequência as recolhem, junto com outros objetos jogados fora, como garrafas pet e sacos plásticos.

É certo que o conhecimento científico propiciou uma compreensão do mundo sem a qual não seriam possíveis transformações e o desenvolvimento de tecnologias importantes para a vida humana. No entanto, novamente, o arcabouço científico por si só não é suficiente para desenvolver práticas sociais comprometidas com a conservação da vida e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No caso da noção da inesgotabilidade de recursos naturais, da abundância da floresta e dos rios, não basta que seja comprovado cientificamente que é esse um entendimento equivocado. Tampouco basta que esse conhecimento seja disseminado, como se a partir de sua aquisição as pessoas dispusessem automaticamente das motivações e habilidades para a mudança de atitudes. Conhecimento é uma construção social e, portanto, prática social, permeada de valores. A própria noção de “recurso natural” nos remete a uma relação utilitária entre sociedade e o que se considera natureza, o que é uma das características da visão de mundo orientadora da ciência e do capitalismo nas sociedades modernas.

Outro aspecto do modo de consumo que se está ampliando na região diz respeito à alimentação. Os refrigerantes, para muitos, são preferíveis em relação aos sucos de frutas da região, embora essas estejam disponíveis naturalmente ou em sistemas de plantio.

O pessoal prefere o refrigerante [risos] (E11).

Porque não fazem o suco, não, ninguém faz. A gente faz, quando tem açúcar a gente faz. [os demais] ainda não se acostumaram, o costume.

Quando vem refrigerante, puxa vida! Trazem 10, 12 fardos de refrigerante, aquilo de repente, no outro dia, dois, três dias não tem mais, acabou. É muito consumido. [...] eu acho que ainda não se acostumaram mesmo a tomar suco. Mas quando está pronto, vixe, todo mundo gosta! [risos]. Eles têm é preguiça de fazer (E7).

As motivações para o aumento do consumo de refrigerantes e outros produtos industrializados, tendência já apontada por Higuchi *et. al.* (2009), parecem ir além da questão do paladar. Existe hoje um trânsito cada vez mais freqüente entre a comunidade e a cidade, e mais acesso à informação por meio da televisão – há a propensão de cada casa ter um televisor. Existe, com isso, uma veiculação constante dos valores culturais das sociedades urbanas. Dentre eles, o estímulo ao consumo de produtos representativos do que se designa por “moderno” – os de procedência industrial – como meio para o bem-estar, o sentimento de inclusão e a felicidade.

De modo geral, a influência de valores urbanos já havia sido indicada em outros aspectos do modo de vida da comunidade de Caiuê, como na disposição das casas e no consumo de outros bens manufaturados, como móveis e utensílios domésticos (HIGUCHI *et. al.* 2009). Essa questão certamente não é novidade para outros grupos sociais em áreas rurais, tendo em vista a lógica homogeneizante dos valores e visões de mundo do modo de vida urbano que a eles chegam por meio dos canais de comunicação e do trânsito entre suas moradias e as cidades.

A questão é que os valores que orientam as necessidades de consumo nas sociedades modernas operam por meio da desqualificação *a priori* do que não se enquadra em seus critérios de valor e de estética. Essas necessidades são pensadas muitas vezes externamente às reais demandas sociais, porém em função das demandas para manter em funcionamento a circulação de capital. As informações que nos chegam por diversos veículos de comunicação são as de que é aparentemente moderno e desejável consumir refrigerantes em bonitas embalagens. Não assistimos a propagandas estimulando a produção por nós mesmos do vinho ou suco da fruta madura no pé – ou o plantio de frutíferas para que tenhamos a fruta no pé – mas sim o consumo de sucos “naturais” envasados industrialmente em caixinhas ou garrafas.

Esses sistemas de valores existem em dicotomias – moderno/atrasado, urbano/rural, índio/branco, industrial/artesanal – e trazem nessas relações assimetrias de poder (SANTOS, 2008c) que se naturalizam no modo de ver, desejar e atuar no mundo. Em Caiuê, a longa história de inferiorização e exploração de seus moradores parece favorecer a prevalência do valor do urbano, do global, na medida em que a assimetria foi permanentemente afirmada na relação de dominação. Trago novamente o exemplo da perda da língua indígena contada por um dos moradores não-descendentes dos Munduruku:

Aqui houve uma violação da cultura daqui. Houve uma violação muito grande. Por exemplo, uns preconceitos tolos, de que quem falava a língua deles mesmo, a língua natural... Eles não querem falar, ainda mais, você chega hoje, jamais eles vão falar pra ti. Eles são “preconceituados” com isso. Acham que não devem falar. E com isso, aquilo que você pratica, aquilo vai ficando mais lapidado na tua... né? Aquilo que não pratica vai morrendo. Então... praticamente a língua deles natural é morta, e não sei se tem alguém que dê uma explicação específica aqui (E9).

De fato, a inferiorização de práticas sociais em relação àquelas inseridas na concepção de desenvolvimento hegemônica, orientado pelo modo de vida moderno, leva ao esquecimento dos conhecimentos a elas associados. Ainda na esfera da alimentação, algumas comidas típicas produzidas pelos antecessores Munduruku vem sendo deixadas de lado, muito embora sejam apreciadas:

Esse tarubá era a bebida deles [dos Munduruku]. O tarubá, xibé, a senhora pega a farinha, coloca água nele, e bebe aquela água azeda. Uma das coisas que perdemos (E11).

Passando pela dimensão do conhecimento, do modo de consumo e de práticas culturais, o contexto socioambiental de Caiapé é então permeado com intensidade pela força dos valores das sociedades modernas. Esses valores ainda coexistem, no entanto, com outros aspectos socioculturais da história indígena e da cultura cabocla que abrem a possibilidade para o fortalecimento de um olhar crítico sobre esse modo de vida que se pretende hegemônico e para ampliar as alternativas de ser e estar no mundo.

Essa questão é tão mais imperativa quanto mais se revela que:

[...] a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. [...] esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as idéias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes (SANTOS, 2008c, p. 94).

Situando a crise ambiental como parte da crise da ciência moderna e do modelo de desenvolvimento nela calcado, os problemas ambientais emergentes na crise não podem ser respondidos pelo mesmo modelo de pensamento que os criou. “[...] podemos afirmar que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas” (SANTOS, 2007, p. 19). Sob o marco teórico científico, a única solução que pode ser apontada, em um futuro abstrato e infinito, é a confiança no aprimoramento do mesmo desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, “não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento” (SANTOS, 2007, p. 20).

As conseqüências da superexploração da itaúba, da poluição gerada pela opção de se consumir fraldas descartáveis e das escolhas de alimentação nem sempre são perceptíveis, por mais evidentes que possam parecer. Essas questões podem ser um ponto de partida de processos educadores ambientais de forma a trazer à tona alguns aspectos da vida de Caiuê e problematizá-las com as pessoas. Não se trata de colocar toda exploração da floresta como degradante, ou toda exploração não destinada à subsistência como destruidora, tampouco de inibir o consumo de fraldas descartáveis ou ainda prescrever hábitos alimentares “corretos”. Trata-se, antes, de criar oportunidades de reflexão sobre os fatores que orientam essas opções e a lida com o ambiente, assim como as implicações em outras esferas da vida.

Essa reflexão, mais do que apenas um processo abstrato, deve estar comprometida com a ação, com a construção ou potencialização de canais políticos e institucionais pelos quais transformações individuais, coletivas e políticas podem ser desencadeadas. É nesse processo que poderá emergir o protagonismo, individual e coletivo, para intervir na realidade.

5.2.2 A força das alternativas: experiências locais de protagonismo

Ao se percorrer alguns eventos na história das pessoas que constituíram e constituem a comunidade de Caiuê, percebe-se que, ainda que tenha havido um processo de dominação cultural e econômica, houve momentos em que as resistências latentes se expressaram e aquelas pessoas se conduziram a outro percurso em sua história. Isso demonstra que as possibilidades de superação de determinadas realidades são tantas quantas sua objetividade no momento presente e as capacidades de identificá-las e percebê-las realizáveis.

A expulsão dos patrões por decisão da comunidade, ainda que os tempos posteriores tenham sido difíceis, foi uma ação emblemática da capacidade de mudança de rumo quando os moradores se perceberam em uma situação-limite, aquela que já não queriam mais aceitar porque lhes era uma violação, uma barreira à sua autonomia. Nesse momento, foi a organização coletiva que lhes permitiu sobreviver e criar formas alternativas de renda e subsistência. O trabalho na roça foi resgatado e incrementado.

Essa experiência é uma evidência – e assim deve ser permanentemente reinventada por essas pessoas – de que o hoje *está sendo* na medida em que *o estamos fazendo assim*. O hoje que ansiamos ver transformado amanhã, não pode ser iniciado somente amanhã, mas desde hoje, desde que existam os germes, as sementes para isso. Para isso, em

primeiro lugar há que se ter a percepção da possibilidade da mudança, o olhar crítico e histórico, já que

[...] ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassam as “situações-limites” [...]. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freios, em que elas se configuram como obstáculos a sua libertação, se transformam em “percebidos destacados” em sua “visão de fundo”. Revelam-se, assim, como realmente são: **dimensões concretas e históricas de uma dada realidade**. [...] No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na [sua] superação [...] (FREIRE, 2005, p. 104-105, grifos meus).

Em segundo lugar, há que se identificar e expandir as experiências sociais possíveis no sentido de tornar o futuro um vir-a-ser utópico, orientado pelo desejo de mudança, porém concreto, crível, calcado nas ações a partir do presente (SANTOS, 2008c). As experiências possíveis, as emergências em um dado espaço-tempo, são as tendências, o que está latente, o que ainda não é, mas pode vir a ser. Para isso há que se cuidar, cultivar. A possibilidade de se resistir à exploração dos padrões era real, latente e, após ser alimentada pela pró-atividade dos moradores de Caiuê, pôde ser concretizada.

É assim que esses dois movimentos, o de se reconhecer em uma situação-limite e a ela se recusar, e o de buscar as alternativas possíveis são parte dos caminhos para as emancipações sociais.

O Não é a falta de algo e expressão da vontade de superar essa falta. [...] Dizer não é dizer sim a algo diferente. O Ainda-Não [...] exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. [...] Em cada momento, há um horizonte limitado de possibilidades e por isso é importante não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece: *carpe diem* (SANTOS, 2008c, p. 116-117).

Hoje em Caiuê existem outros movimentos, talvez não mais somente em latência, mas já espessando seus traços no futuro que se insere desde o presente. Um deles surge da discrepância entre o que a floresta e a agricultura da região podem oferecer de alimento e o que de fato se consome. Durante a conversa na casa de uma família, as crianças chegaram da escola mais cedo porque não havia merenda. Quando não tem alimento na escola, as aulas encerram no primeiro período da manhã para que as crianças comam o que tiverem em casa. Quando mudamos o rumo da conversa para essa questão da merenda e da alimentação, falamos sobre a iniciativa da comunidade com uma das instituições de assistência técnica para aumentar e diversificar a produção de alimentos e fornecê-los para a escola.

Por isso que o SEBRAE e o IDAM estão com a proposta aí, do grupo de trabalho. Fazer grupos para poder, aí pode ter [a merenda]. E é como eu te disse, é regional, vai ser tudo regional, da própria comunidade, do próprio trabalho. Aí com certeza melhora eles [estudantes], até para a saúde deles porque come tudo da própria comunidade, da própria planta. Porque também o que vem de fora, né, as coisas enlatadas, né, aí... Leite... E tem muita merenda que eles não gostam, que elas vem de fora. daquelas sopinhas, é muito difícil eles gostarem. Tem uma qualidade que vem aí para a escola. Ela chega com [muita vitamina]⁴⁷, vem para fazer, uns pacotinhos [com pó para fazer]. Aí tem as outras coisas... [As crianças não gostam] dessa sopa aí não... é meio difícil. Mas se tiver regional aí com certeza aí melhora. Banana, por exemplo, fazer mingau de banana, frita. Cará, mingau de cará, cará cozido. Eu penso que aí vai melhorar. E isso aí o IDAM tá querendo que aconteça. Não é a prefeitura, mas é o IDAM. Já é um outro órgão que... E nós estando em comunidade, se nós nos engajarmos bem, aí nós vamos melhorar *né*. Porque não só as crianças, mas nós também adultos nós vamos ter mais força *né*. Muitas vezes nós adoecemos porque a gente come comida que não é pra gente se alimentar. Que não alimenta direito a gente. Eu sei que eu, várias comidas pra mim não servem (E7).

Ao tempo em que ocorre uma valorização de produtos industrializados, como refrigerantes, a qualidade da alimentação de crianças e adultos é posta em causa por algumas pessoas da comunidade. Em Caiuê, esse repertório cultural de valorização do urbano, do global, coexiste, assim, com o repertório cultural de valorização do que é local.

Ter a alimentação como ponto de partida para reflexões que nos permitam pensar sobre nossa saúde e nutrição é um caminho por meio do qual podemos visitar temas tão caros ao enfrentamento da crise ambiental, como a valorização da biodiversidade e os efeitos do quê e do modo como consumimos. Se a valorização da floresta em pé passa por reconhecer sentidos e utilidades na diversidade de plantas e animais, a alimentação e a saúde são canais potenciais para isso, já que são dois aspectos essenciais de nossa existência. Por meio da alimentação chegaremos, novamente, inclusive, à questão da produção do lixo e dos efeitos sobre nosso ambiente.

O desafio é, com isso, pôr em alto relevo não só a questão das opções, mas os desejos e valores que nos movem ao fazermos essas ou aquelas escolhas. Para muitas pessoas, por exemplo, consumir refrigerantes em detrimento do suco da fruta do pé do quintal nos leva ilusoriamente para um *status* “moderno” e nos coloca em contato com um modo de ser considerado ideal tal qual se apreende das mídias e programas veiculados pela televisão. O que está subjacente a essa questão é a revalorização do que é local por constituir-se em alternativas possíveis e disponíveis, em contraposição ao que se impõe global por se pretender a única possibilidade de existir.

A compreensão de que os alimentos industrializados já não fazem bem à saúde – para alguns sequer agradam ao paladar – está sendo em Caiuê o ponto de partida de

⁴⁷ Expressão mais próxima do que pude ouvir.

transformações futuras. Já está, por isso, existindo em sua latência; essas pessoas estão fazendo do momento que vivem hoje o início do futuro que desejam amanhã.

A possibilidade de ter nos produtos da agricultura regional uma fonte de renda relaciona-se também com a possibilidade de diminuição da extração de madeiras nobres para o mercado ilegal. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade de se debater sobre como cultivar a terra de forma mais sustentável do que os sistemas de monocultura.

É de experiências como essa que podem se nutrir as ações pedagógicas no campo da EA, conectando-as a outros temas da vida vivida ali, que por sua vez articulam-se a dimensões mais amplas da realidade. Dessa perspectiva o mundo passa a ser uma trama na qual se entrelaçam fios que representam as diferentes dimensões da vida e os aspectos que as constituem. A dimensão socioambiental é um dos fios dessa trama, e para acessá-la de forma a transformar o mundo, há que se considerar como ela se tece com os demais.

O alargamento do presente por meio do reconhecimento das experiências e conhecimentos já existentes e dos protagonismos locais que anunciam a construção de novas realidades são, por assim dizer, o exercício da “visão de águia” que teve um dos moradores ao propor a sua comunidade a mudança de vida quando eram dominados pelos regatões. O olhar ampliado para o presente tal como é – e não tal como a razão hegemônica o concebe – e para o futuro possível foi o que permitiu a expulsão dos patrões e está movendo a organização comunitária para melhorar a alimentação de crianças e adultos com produtos regionais.

Cabe à EA, ao tempo em que propõe a problematização do presente, investigar com os sujeitos do processo pedagógico as alternativas viáveis e intensificar nas práticas sociais a vontade de mudança, estimulando *subjetividades rebeldes* em detrimento de *subjetividades conformistas* (SANTOS, 2007). Para isso, há que se trabalhar as duas dimensões do conhecimento, tanto no nível individual quanto coletivo: a corrente quente e a corrente fria:

[...] a corrente fria é a consciência dos obstáculos; a corrente quente é a vontade de ultrapassá-los. As culturas distinguem-se pela primazia que dão à corrente fria ou à corrente quente. [...] a corrente fria é absolutamente necessária para que não nos enganemos, e também a corrente quente é muito importante para não desistirmos facilmente (SANTOS, 2007, p. 58).

Significa que embora as condições objetivas sejam importantes para definir as possibilidades de mudança, as condições subjetivas podem ser determinantes. Até porque nem mesmo a manutenção das condições objetivas é resultado da força da situação concreta em si; é, isso sim, resultado de subjetividades conformistas que em uma ação inercial reproduzem-na como tal.

[...] a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da “manutenção e/ou mudança” – num período relativamente estático, muito mais de “manutenção” do que de “mudança”, ou vice-versa no momento em que houver grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos – de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

Toda experiência latente tem tanto a chance de se realizar quanto de se frustrar no sentido que se deseja dar a ela (SANTOS, 2008c). Se o grupo de trabalho formado em Caiuaú para produzir alimentos regionais conseguirá prosseguir com a produção e representar uma nova forma de parceria entre os agricultores, ainda não sabemos; por isso há que se cultivar a vontade de concretização dessa realidade e dar conta das ações e medidas necessárias para sua realização; cuidar da experiência latente assim como cuidar do roçado, para que dela venham os frutos de uma nova realidade para a comunidade de Caiuaú.

Assim, se no contexto em questão o ponto de partida é a percepção que os moradores de Caiuaú têm sobre sua realidade, um dos desafios da EA é de resgatar, com eles, conhecimentos internalizados em suas práticas sociais na lida com o socioambiente. É nesse processo que os sujeitos poderão descobrir-se ou reafirmar-se sabedores sobre o ambiente em que vivem e, portanto, capazes de transformá-lo em direção a escolhas próprias e autênticas. Se essas escolhas estarão comprometidas com a conservação da vida e não somente dos “recursos naturais” não é possível definir *a priori*. Contudo, é o que um processo educador ambiental almeja quando orientado por valores democráticos, de justiça e por uma ética socioambiental.

5.3 CAIAUÉ ORIENTANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA FLONA PAU-ROSA

Para quem observa de fora, a comunidade de Santa Maria do Caiuaú desenha um território com limites pouco definidos em uma região ao longo do rio Paraconi, mas reúne em sua história forças territorializantes que influenciam a concepção e o uso da natureza e também o modo de vida de seus moradores. A força da colonização europeia e da entrada das formas iniciais do capitalismo que transformaram a autonomia territorial indígena, a força da Igreja que os colocou em nova ordem espiritual e de organização comunitária, a força social coletiva para expulsão dos padrões e agora para melhorar a qualidade da alimentação e revalorizar o repertório cultural indígena. De alguns anos para cá, a força da política ambiental territorial do Estado por meio da FLONA Pau-Rosa. De Munduruku a

caboclos, os moradores de Caiuá têm se relacionado com essas forças em movimentos ora combinados ora particulares de rejeição, superação e aceitação.

Essas forças que dinamizam e transformam a vida desses moradores indicam que as UCs deveriam ser meios de irradiação, para além de seus territórios, de políticas públicas ambientais e de sua dimensão pedagógica se a finalidade for a busca da sustentabilidade socioambiental. De outra forma, tornar as UCs somente objetivo final de ações de conservação é tão só fragmentar essas forças e com isso impossibilitar a intervenção nas causas dos problemas ambientais que nos levam a clamar pela conservação da natureza.

5.3.1 O *locus* das ações de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação

No âmbito federal da gestão de UCs estão se consolidando diretrizes que objetivam a inserção da EA de modo transversal e articulado a outras questões e políticas territoriais. Um dos princípios dialoga com o que vem sendo construído aqui sobre o contexto socioambiental de Caiuá e sua interrelação com questões regionais e nacionais. É a compreensão de que as UCs são, mais do que “espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais”:

espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, integrando-as ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã (MMA & ICMBIO, s/d, p. 25).

Entretanto, no campo de gestão das UCs, as concepções entre as diferentes áreas de atuação podem variar. No documento técnico orientador do Plano de Manejo de FLONAs a questão da EA é tratada de forma distinta. Dentre os princípios elencados está a orientação de:

promover atividades de educação ambiental e uso público visando **ampliar o apoio da população no manejo e implementação da Floresta Nacional** e da melhoria das condições ambientais da região (ICMBIO, 2009, p. 10, grifos meus).

À primeira vista esse princípio pouco destoa do que vem sendo construído sobre a necessidade de conectar os contextos locais a questões mais amplas de determinada realidade para potencializar o protagonismo local. Contudo, o Programa de Educação Ambiental que deve ser formulado para o manejo dessas UCs objetiva:

criar e incrementar atitudes de respeito e proteção aos recursos ambientais e culturais da Floresta Nacional e sua zona de amortecimento. A Unidade será utilizada para a aplicação de processos que visem ao desenvolvimento de consciência crítica sobre a questão ambiental. Pretende, também, a integração da Floresta Nacional no contexto educacional da região, **de modo a promover a participação das comunidades na preservação do equilíbrio da Unidade de Conservação** (ICMBIO, 2009, p. 49, grifos meus).

A fragilidade dessa concepção pedagógica é a de focar na área específica da UC os objetivos das ações de EA, fragmentando o território e a compreensão da problemática ambiental que o permeia. Em analogia aos trabalhos de educação popular focados somente na comunidade, essa concepção baseia-se na:

visão localista dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma *totalidade*. Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade de uma totalidade continental), tanto mais se intensifica a alienação [...] Essas formas focalistas de ação, intensificando o modo focalista de existência das massas oprimidas, sobretudo rurais, dificultam sua percepção crítica da realidade e as mantêm ilhadas da problemática dos homens oprimidos de outras áreas em relação dialética com a sua (FREIRE, 2005, p. 161).

A história de Caiué evidencia que as questões que levaram, por exemplo, à superexploração da floresta têm suas causas em processos sociais e econômicos operantes em uma escala espacial mais abrangente que o território dessa comunidade, mas não originados propriamente ali. Ao pensarmos ações de EA com os moradores de Caiué, fica evidente a importância de que elas promovam a compreensão crítica sobre os contextos em que se inserem, ou seja, problematizar com eles as questões significativas de sua existência e suas inter-relações com dimensões mais amplas da realidade. Assim a EA pode contribuir para qualificar a intervenção dessas pessoas em sua problemática socioambiental.

Um processo de transformação iniciou em Caiué quando os moradores reconheceram que viviam em um sistema de escravidão e que, por isso, eram sujeitos a um sistema de produção injusto, que assolava suas esperanças de vida. Desenvolveram uma compreensão crítica do mundo no qual existiam. Por isso mesmo, perceberam que aquela condição era superável. Se a escravidão em outros lugares do Brasil havia acabado, em teoria, eles seriam capazes também de protagonizar outro caminho histórico.

Desse modo, se na situação vivida identificamos questões e desafios, esses são temas que se interconectam com outros, em outras escalas e que para serem compreendidos como situações de uma história, passíveis de transformação, não o podem ser sem a dimensão da totalidade em que estão. A situação da escravidão pelos padrões

somente não teria relação com a conservação ambiental partindo-se de um ponto de vista fragmentado da realidade.

Pensar processos pedagógicos referidos somente à área da UC e não aos territórios que tem significado para os sujeitos da aprendizagem, quer sejam eles os moradores dessas comunidades ou pessoas que vivem em outras áreas, significaria descontextualizá-los de seu mundo e reduzir a ação pedagógica ao ajustamento dessas pessoas no objetivo restrito de “respeitar a FLONA Pau-Rosa e sua zona de amortecimento”. Respeito esse que pouco teria relação com a genuína formulação ou potencialização de uma ética ambiental em sentido amplo que vise “a humanização das relações com a natureza e a ‘ecologização’ das relações sociais” (CARVALHO, 2006, p. 141).

Em outras palavras, a questão não é aprender a valorizar ou respeitar esta ou aquela UC ou ainda valorizar todas as UCs. O que está em jogo é promover com os sujeitos da aprendizagem a construção de uma postura crítica sobre o mundo que vivem e criam. A valorização das UCs e as atitudes proativas no sentido de conservar a floresta *dentro e fora* de sua área serão resultado de uma postura diante da vida, diante do mundo e das pessoas com quem nos relacionamos.

A postura crítica que se pretende como resultado de um processo de EA poderia inclusive levar a refletir sobre os fundamentos das UCs. Por que precisamos definir áreas específicas para conservação? Quais valores e visões de mundo estão subjacentes a essa política pública? Essas seriam questões aparentemente ingênuas em um contexto societário de múltiplos interesses e concepções sobre a relação sociedade-natureza. Entretanto, seria interessante evidenciá-las porque trazem à tona o fato de que as relações que as sociedades modernas têm estabelecido com a natureza pautam-se hegemonicamente por uma lógica utilitária. A natureza objetivada transforma-se em recurso natural com potencial econômico; se assim não for não há motivo para mantê-la.

Deste modo, as UCs, por serem em grande parte fruto dessa lógica são por assim dizer também *instrumentos* de conservação geridos pela racionalidade que as precede, a técnico-científica. Sob essa racionalidade, para garantir a conservação da natureza, há que se criar áreas protegidas amostrais de ecossistemas e de biodiversidade e desenvolver respeito por elas por meio de atividades educativas que salientem a importância daquela área. Entra-se em um círculo vicioso que traz os esforços da conservação para dentro das áreas, o que eu chamaria de um “movimento centrípeto” – e superficial – em prol da conservação.

As UCs precisam ser, no entanto, áreas de irradiação, de promoção de um “movimento centrífugo”, aquele em que as ações comprometidas com a conservação possam ser expandidas para além dessas áreas, o que se reflete diretamente no modo como são concebidas as ações pedagógicas. Cria-se assim um círculo virtuoso que

possibilita que mesmo os grupos sociais que em uma determinada região pouco se relacionam com a área própria da UC sejam estimulados a refletir sobre a problemática ambiental em seus próprios contextos.

Não significa que a UC deva abarcar toda a problemática socioambiental do território maior em que se insere. As ações pedagógicas podem ser potencializadas por meio das articulações com outros atores, como instituições públicas e privadas locais e regionais e seus programas de Educação Ambiental. Assim, cada UC representaria o nó de uma rede de promoção de ações educativas pensadas para um determinado território no qual se inserem e se inter-relacionam outros territórios sociais.

O Conselho Gestor da UC pode ser a instância dessa articulação, mas por si só não é suficiente se não corresponder à diversidade social e cultural do território. Há, portanto, que se ampliar a participação especialmente dos grupos sociais – comunidades e famílias – cujas histórias de vida se relacionam com o território da UC.

No caso da comunidade de Caiuê, seu território físico se relaciona em parte com a área da FLONA Pau-Rosa, mas sua história e contexto socioambiental e, portanto, sua configuração como legítimo território social possuem peculiaridades e também relações com dimensões que perpassam a região como um todo. Essas influenciam, por conseguinte, o território da UC.

Pensar a EA nas UCs exige então compreendê-las como territórios fluidos, inseridos em contextos mais amplos, como também perceber que sua constituição é feita por outros territórios, com suas próprias histórias e sujeitos sociais. Se pretendemos uma EA pautada pela busca da emancipação social e de um protagonismo consciente das pessoas que fazem essas histórias, precisamos ampliar não só seu âmbito de ação – para além da área da UC – mas também as questões que compõem seu conteúdo, seus assuntos. Quero dizer com isso que se a UC é o ponto de partida das ações de EA, sob a ótica da gestão de sua área, não deve ser somente ela o ponto de chegada, sob a ótica da diversidade de territórios sociais a ela relacionados.

Para isso, é necessário que se promova com os grupos sociais que se relacionam de alguma forma com a FLONA Pau-Rosa a investigação das questões significativas, dos seus temas geradores. Essa investigação já será o início de um processo pedagógico crítico na medida em que se constitua como problematização da realidade vivida em sua conexão com outras questões e com seu contexto histórico. Será a situação dessas questões na totalidade da realidade.

5.3.2 Ampliando as vozes sobre a região da FLONA Pau-Rosa

A busca e a interpretação das questões significativas em torno da problemática socioambiental de um grupo social designam um diagnóstico socioambiental que demanda ações de transformação em direção ao futuro que se deseja. Quando pensada sobre um determinado território, essa investigação temática se traduz em um mapeamento socioambiental. Para que esse mapeamento corresponda aos diferentes territórios que se configuram nas e através das UCs, sua elaboração deve ser necessariamente dialógica. Porque é no diálogo, no encontro de diferentes pronúncias do mundo, entendidas aqui como a compreensão e a ação sobre o mundo – práxis – que se torna possível sua transformação enquanto expressão do protagonismo e da emancipação dos sujeitos que nele se fazem.

Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens (FREIRE, 2005, p. 91).

Dessa forma não basta, como prescreve o documento orientador do Plano de Manejo, realizar um diagnóstico centralizado na área da UC e elaborado por técnicos e gestores:

o Diagnóstico visa descrever a Unidade de Conservação **orientando as informações do entorno para o interior da Floresta Nacional, onde a complexidade das informações também obedece esta lógica**. Deve-se evitar a repetição e o detalhamento excessivo das informações que não reflitam no planejamento da Unidade. Nesta parte será abordado [sic] a Floresta Nacional e a Região da Unidade de Conservação, onde serão analisados os fatores bióticos e abióticos; as ocupações humanas e suas interferências sejam elas positivas ou negativas, situação fundiária entre outros. Este procedimento levará às informações necessárias para se compor o efetivo planejamento da Floresta Nacional (ICMBIO, 2009, p. 18, grifos meus).

De acordo com o documento orientador da elaboração do Plano de Manejo, a elaboração do diagnóstico ambiental da região é realizada por meio dos gestores da UC e de uma oficina de pesquisadores para a discussão das informações. O encontro de pesquisadores, de acordo com a metodologia proposta, produz a primeira versão do zoneamento da UC e das ações a serem conduzidas em sua gestão.

Em um segundo momento, prevê-se a oficina de planejamento participativo que, embora oportunize a participação da sociedade por meio do Conselho Gestor da UC e de “representante [sic] de diferentes setores, instituições ou membros da sociedade que a Equipe de Planejamento julgar relevantes” (ICMBIO, 2009, p. 16), tem como objetivo **“aperfeiçoar o diagnóstico realizado** [por pesquisadores] e obter subsídios para a proposição de ações de manejo para a Floresta Nacional e Zona de Amortecimento”

(ICMBIO, 2009, p. 16-17, grifos meus). Dessa forma, a elaboração do diagnóstico da UC é predominantemente pautada pelo conhecimento técnico-científico e com base nele serão elaboradas as ações de manejo, incluindo-se aí o programa de Educação Ambiental da UC.

Entretanto, a participação social na elaboração do diagnóstico de uma UC, diagnóstico esse que embasará, dentre outros, o programa de Educação Ambiental, deve ser mais central do que a contribuição pontual prevista nessa oficina de planejamento participativo. A história da comunidade de Caiué demonstra a importância de canalizar os contextos socioambientais relacionados direta ou indiretamente à UC de modo a trazerem à tona questões fundamentais na determinação da problemática ambiental da região. É necessário então que o processo de elaboração do diagnóstico contemple a diversidade de vozes que falam a respeito desse contexto.

Como dito antes, por ser esse processo uma investigação do pensamento das pessoas sobre suas próprias realidades, em que os conhecimentos construídos aprofundam a compreensão sobre o mundo vivido, ele pode ser assim entendido como um processo pedagógico crítico.

Por isto é que a investigação se fará tão mais pedagógica quanto mais crítica e tão mais crítica quanto, deixando de perder-se nos esquemas estreitos das visões parciais da realidade, das visões “focalistas” da realidade, se fixe na compreensão da *totalidade* (FREIRE, 2005, p. 116).

Diferente do método tradicional de elaboração de diagnósticos de UCs, da forma como aqui está sendo interpretado o documento técnico sobre o assunto, o diagnóstico que se pretende dialógico e pedagógico não pode ser produto somente da elaboração intelectual de pesquisadores acadêmicos. Compreender a realidade exige investigar e pesquisar a realidade. Por isso, exige que os sujeitos envolvidos no processo educativo façam-se pesquisadores de seus próprios mundos.

A história de Caiué contada parcialmente nesta pesquisa é repleta de acontecimentos e questões só conhecidas porque contadas por seus moradores. Se para o gestor do ICMBio foram as pessoas ali que por irresponsabilidade ou negligência esgotaram a itaúba, alguns moradores evidenciam por meio das experiências contadas que as forças sociais e econômicas operantes e opressoras sobre a autonomia das pessoas sujeitaram-nos a isso. Não se podia fazer a roça, pois havia que se tirar a madeira para o patrão.

Por outro lado, se esses mesmos moradores colocam, como justificativa para o esgotamento da madeira, que não dispunham de conhecimento suficiente e esse só chegou com a vinda dos técnicos do ICMBio, eles evidenciam a cada relato de suas memórias um repertório sociocultural que veio se modificando na relação com outras realidades e grupos sociais. Suas experiências de vida envolvem modos de organização, socialização e lida com

o ambiente, expressas também na memória da língua indígena, e representam a produção de conhecimentos sobre o mundo que os cerca. Suas experiências mostram, também como é possível superar condições objetivas da realidade que parecem amarrar o destino à situação tal como parecer ser.

Portanto, essa justificativa – a falta de conhecimento – evidencia uma questão que é a possível percepção superficial da problemática ambiental que vivenciam hoje. Assim é que a problematização e o diálogo no processo de construção do diagnóstico tornam-se importantes para:

[...] propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 2005, p. 100).

É importante ter em conta que o território físico de uma UC é um espaço social, criado por uma política pública ambiental; os territórios humanos que a ela permeiam são outros e todos podem estar mais ou menos em correspondência, a depender das motivações da criação de cada UC. Como vem sendo mostrado ao longo desta pesquisa, a FLONA Pau-Rosa constitui-se em território formulado externamente às demandas de grupos sociais locais, mas sobrepõe-se a seus territórios, dentre os quais está a comunidade de Caiuá.

Daí que a complexa rede de elementos da problemática socioambiental referida à FLONA Pau-Rosa passa pela configuração da realidade desses outros grupos. Para que essa problemática seja compreendida criticamente e sobre a qual se possam planejar intervenções, exige-se então a reunião de diferentes perspectivas, de diferentes atores.

Outro exemplo pontual chama a atenção sobre a necessidade de diferentes fontes de interpretação sobre a realidade socioambiental. Um dos relatórios técnicos que embasará o diagnóstico ambiental da FLONA Pau-Rosa trata sobre o inventário da herpetofauna na região. Ao propor recomendações para o manejo e a conservação da UC, o relatório coloca que:

deve-se fazer **com urgência um plano de educação ambiental para conscientizar a população local sobre as conseqüências da exploração excessiva dos recursos naturais**. O plano deve focar especialmente nas espécies de quelônios consumidas localmente como fonte de alimento: *Chelonoidis denticulata* e *Podocnemis expansa*, e outras que venham a ser identificadas posteriormente (STURARO & PELOSO, 2009, p. 38, grifos meus).

Embora importante o debate sobre a pressão de caça nessas áreas, essa é uma questão que não pode ser dissociada de suas outras dimensões, como as opções de alimentação no meio rural, a pressão ilegal sobre a caça em áreas próximas, os valores

culturais e simbólicos do consumo de determinados alimentos, dentre outras que só surgirão se problematizadas com as pessoas envolvidas nessa realidade.

A abordagem focada no uso da caça enquanto recurso natural e reduzida a uma relação causa-efeito tal como consumo local-depleção na área da UC coloca em risco uma visão crítica sobre a questão, possibilitando que as intervenções pedagógicas sobre o problema reduzam-se a ações comportamentalistas e prescritivas.

A escassez da caça foi mencionada por alguns moradores como uma dificuldade da vida em Caiaué. É necessário estimular que as pessoas construam, a partir dessa percepção inicial, as relações entre diferentes aspectos do socioambiente que levam a esse problema. Não basta reduzi-lo somente aos consumidores locais da caça; é necessário promover a reflexão sobre aspectos da realidade local e suas interações com outros temas e problemas da região de forma a qualificar a ação das pessoas sobre as causas centrais do problema vivenciado. A ação para a transformação será resultado de um processo pedagógico pautado na práxis, seja ela em nível individual ou coletivo.

A prevalência do conhecimento técnico-científico na racionalidade moderna tendeu a silenciar e tornar inexistentes outros sistemas cognitivos e de interpretação da realidade. Por isso, ao privilegiar o papel de técnicos especializados e pesquisadores na construção e síntese das informações sobre a região – e ainda na elaboração de normas e propostas de ações de manejo – o diagnóstico corre o risco de ser um compilado de informações e pode não traduzir as reais demandas e problemáticas que influenciam a conservação ou a degradação socioambiental na região da UC.

Nesse sentido, as ações de EA derivadas de diagnósticos pautados predominantemente por informações científicas e “doados” aos educandos ou à sociedade acabam sendo ingênuas por não abarcarem dimensões do problema que, embora determinantes, podem estar pouco aparentes. As dimensões econômica, política, social e cultural vem sendo explicitadas ao longo desta pesquisa na configuração da história e da realidade atual de Caiaué.

Se o âmbito das ações de EA deve extrapolar o foco no território da própria UC, sua fonte de conteúdos deve abarcar a diversidade de realidades e atores sociais no território em questão. Isso implica não só considerar as diferentes dimensões que influenciam o campo da conservação ambiental, mas também as diferentes fontes de saber no processo de elaboração do diagnóstico socioambiental a partir do qual as ações pedagógicas serão formuladas.

É proceder a uma ecologia de saberes, na qual o critério de legitimidade de cada conhecimento é o de ser válido nas práticas sociais das quais oriunda. Significa reconhecer que não há saber geral nem ignorância geral e que toda prática social é sabedora de alguns conhecimentos e ignorante de outros (SANTOS, 2008c).

Nesse caminho emergirão formas distintas de compreensão da realidade e conhecimentos relacionados às diferentes práticas sociais antes silenciados pela razão científica hegemônica. Assim poderemos ampliar o leque de experiências sociais disponíveis e alternativas ao modo hegemônico de desenvolvimento social que funda a crise ambiental atual. Ao mesmo tempo, poderemos ampliar as experiências sociais possíveis no futuro a partir das emergências consideradas válidas no presente.

O que se coloca como desafio para as UCs é incorporar em sua gestão a dimensão pedagógica, e não só reservá-la a programas de EA que se pautam apenas discursivamente nos princípios da teoria crítica e emancipatória. Em outras palavras, há que se fazer do processo de elaboração das ações de manejo e gestão da UC uma via pedagógica desde a construção de seu diagnóstico até a avaliação das ações e, obviamente, democratizar a participação social nesse processo.

Na manutenção da diversidade e **na sua permanente possibilidade de expressão** reside o nosso maior segredo de viabilidade enquanto espécie e enquanto vida neste Planeta (SORRENTINO & TASSARA, 1999, p. 186, grifos meus).

Dessa forma, a EA passa a ser internalizada no processo de gestão e possibilita que pessoas ou grupos sociais relacionados a determinada UC exercitem a participação como um fim em si mesmo e ao mesmo tempo como meio para construir um mundo mais democrático. Para construir um mundo no qual a diversidade social e cultural possa ser expressa, há que se aprender a participar, o que se faz participando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões sobre a história e o contexto socioambiental da comunidade de Santa Maria do Caiué discutidas nesta pesquisa indicam alguns caminhos para processos educadores ambientais. No entanto, quando pensados em sua relação com as UCs, indicam desafios não só para o campo pedagógico, mas para a própria gestão dessas áreas.

Espero ter conseguido colocar em evidência que a configuração dos territórios sociais passa pela relação com questões sociais, econômicas e ambientais mais abrangentes. Da mesma forma, os problemas ambientais que afetam os territórios das UCs têm suas causas em questões que as ultrapassam, tornando simplórias as relações causa-efeito construídas com base em uma concepção exclusivamente física de território. Em outras palavras, com base nos sujeitos que acessam diretamente “seus” recursos naturais, supostamente movidos pelo desconhecimento, imediatismo e imprudência.

Se a política pública ambiental pretende que as UCs, ao protegerem extensas áreas florestais, contribuam para promover a superação da crise ambiental, não é possível pensar seu papel somente na garantia de “amostras de ecossistemas...”. Isso seria tão só permanecer na superficialidade do problema, fazendo-as instrumentos de uma pretensa minimização do cenário de degradação ambiental. Por outro lado, pensar a gestão das UCs descontextualizada das realidades e dos territórios em que se inserem é colocar abaixo a capacidade transformadora que essa política deve ter.

Essa contextualização não servirá somente para planejar melhor a gestão territorial, mas para trazer à tona a diversidade social e cultural e os saberes associados que emanam de seus territórios. É nessa diversidade onde residem as possibilidades de construção e de fortalecimento das alternativas societárias rivais à lógica hegemônica das sociedades modernas. É bom ter em conta que essa lógica é a base da crise ambiental.

O que foi discutido nesta pesquisa evidencia que os princípios da EA devem estar entranhados em todo o processo de gestão das UCs se o objetivo é promover um processo pedagógico pautado em uma perspectiva crítica e emancipatória. Significa dizer que, mais do que contemplarem ações educativas no campo ambiental, as UCs devem ser essencialmente pedagógicas em sua gestão, desde a construção de informações sobre a área, passando pela elaboração de diagnósticos e o planejamento de ações a partir deles, até a execução propriamente das ações de gestão e seu acompanhamento.

Isso implica por sua vez uma mudança radical na forma como as UCs têm sido tradicionalmente geridas. Há ainda que se ampliar as possibilidades democráticas na gestão das UCs, não obstante avanços já conseguidos em direção a uma perspectiva socioambiental, desde a inclusão das RESEX e RDS no SNUC até a definição de diretrizes para essa política como um todo, como consta na ENCEA.

Entretanto, há que se tornar o processo de elaboração do diagnóstico e de identificação da problemática ambiental de uma UC um processo de fato participativo e protagonizado também pelas pessoas que com ela se relacionam. Esse a meu ver é uma das melhores oportunidades, do ponto de vista pedagógico, na gestão de uma UC.

As UCs serão tão mais democráticas quanto mais possibilitarem a emergência e o reconhecimento de territórios distintos de sua concepção de tempo e espaço que nelas, ou apesar delas, existem. Serão tão mais pedagógicas quanto mais facilitarem que o reconhecimento desses territórios se traduza na apropriação de seus sujeitos sobre sua própria história. Creio que essa perspectiva possibilitará que sejam as UCs, a um só tempo, instrumentos de conservação da natureza e espaços de emancipação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: _____. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-33.

ALMEIDA, J. **Memória dos brasileiros: saberes e fazeres: o guaraná de Maués**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

ARNAUD, E. Os índios Mundurukú e o Serviço de Proteção aos Índios. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Antropologia)**, Belém, n. 54, 1974.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

BARRETO, P. & ARIMA, E. **Florestas nacionais na Amazônia: consulta a empresários madeireiros e atores afins à política florestal**. Brasília: MMA, 2002.

BARRETTO FILHO, H. T. Da nação ao planeta através da natureza. In: **Série Antropologia**, n. 222. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997.

_____. Notas para uma história social das áreas de Proteção Integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p.53-63.

_____. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-145.

BARRY, J. Murray Bookchin, 1921-. In: PALMER, J.A. (org). **50 grandes ambientalistas: de Buda a Chico Mendes**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 241-246.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer/Edua/INPA, 2007.

BECKER, B.K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

_____. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 29-42, 1999.

BENATTI, J.H. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, J.P.R. *et. al.* **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

BENCHIMOL, S. **Amazonia – formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENJAMIN, A.H.V. **O regime brasileiro de unidades de conservação**. Brasília: BDJur, 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27906>>. Acesso em 24/05/2010.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Approva o código florestal que com este baixa. Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011a.

_____. Constituição Federal (1988). **Lex**: coletânea de legislação ambiental – constituição federal, 7. ed., São Paulo; RT, 2008a.

_____. Cria a Floresta Nacional de Pau-rosa. Decreto s/n de 07 de agosto de 2001. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 02/02/2011b.

_____. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Decreto nº 1.822 de 30 de novembro de 1939. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011c.

_____. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Decreto nº 1.713 de 14 de junho de 1937. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011d.

_____. Cria o Parque Nacional de Paulo Afonso. Decreto nº 25.865 de 24 de novembro de 1948. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011f.

_____. Cria o Parque Nacional do Iguaçu. Decreto nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011g.

_____. Cria o Programa Nacional de Florestas. Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 12/05/2011h.

_____. Institui a política nacional de educação ambiental. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Lex**: coletânea de legislação ambiental – constituição federal, 7. ed., São Paulo: RT, 2008b.

_____. Institui o novo código florestal. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. **Lex**: coletânea de legislação ambiental – constituição federal, 7. ed., São Paulo: RT, 2008c.

_____. Plano estratégico nacional de áreas protegidas. Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 04/05/2011i.

_____. Política nacional de meio ambiente. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. **Lex**: coletânea de legislação ambiental – constituição federal, 7. ed., São Paulo: RT, 2008d.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3 ed, Brasília: MMA/MEC, 2005.

_____. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Lex**: coletânea de legislação ambiental – constituição federal, 7. ed., São Paulo: RT, 2008f.

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamento da educação. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p.13-25.

_____. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo:

Cortez, 2006.

_____. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, Tomo I, 2002. p. 85-90.

_____. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: PÁDUA, S.M. & TABANEZ, M.F. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 271-281.

COSTA, W.M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DAVENPORT, L. & RAO, D. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J. *et. al* (orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.

DIEGUES, A. C. & NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamaguá – Parati-Rio de Janeiro**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, USP, 2000.

DRUMMOND, J.A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista social simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano 2, n. 3 e 4, p. 127-149, 1999.

_____; FRANCO, J.L.A.; NINIS, A.B. **O estado atual das áreas protegidas do Brasil – 2005**. Brasília: relatório não publicado, 2006.

DUARTE, R.H. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11(1), p. 33-56, 2004.

FERREIRA, *et. al*. Identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade por meio da representatividade das Unidades de Conservação e tipos de vegetação nas ecorregiões da Amazônia brasileira. In: CAPOBIANCO, J.P.R. *et. al*. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

FISCHER, G.N. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

FISCHER, L.R.C. Os recortes na terra dos "filhos do guaraná": implicações jurídicas das sobreposições de unidades de conservação na terra indígena Andirá-Maraú. In: Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas: Desafios para uma educação superior, 2007, Belém. **Anais...** Belém: LACED, 2007.

FITOFISIONOMIAS. In: CAPOBIANCO, J.P.R. *et. al*. **Biodiversidade na Amazônia**

brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

FÓRUM de ONGs. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro, 1992. In: BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental**, 3 ed. Brasília: MMA, 2005.

FRANCO, J.L.A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. **Varia Historia**, Departamento de História UFMG, Belo Horizonte, n. 26, p. 77-96, 2002.

_____; DRUMMOND, J.A. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. In: DUARTE, R.G. (org.), **Varia Historia**, Dossiê história ambiental (feita) na América Latina, Departamento de História UFMG, Belo Horizonte, n. 33, p.129-159, 2005a.

_____; DRUMMOND, J.A. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 3, n. 1, p. 1-26, 2005b.

_____; DRUMMOND, J.A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, Brasília, vol. 17, n. 1, p. 59-84, 2009.

_____; DRUMMOND, J.A. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. **Textos de História**, Brasília, vol. 12, n. 1/2, p. 145-165, 2004.

FREIRE, P. “Viver é recriar”: um diálogo sobre a educação indígena. In: FREIRE, A.M.A. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 25-80.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALINDO, M.P; GILMARTÍN; M.A. & CORRALIZA, J.A. El medio natural. In: ARAGONÉS, J.L. & AMÉRIGO, M. **Psicología Ambiental**. Madri: Ediciones Pirámide, 2000. p. 281-307.

GAMBÁ (dança). Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00001719.htm>>. Acesso em: 20/08/2011.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GRUBER, X. *et. al.* **A história de Maués**: um caminho através do tempo - da sua fundação aos nossos dias. Maués: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2010.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 15-30.

_____. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 25-35.

HIGUCHI, M.I.G. *et. al.* **Vida social das comunidades da Flona de Pau-Rosa e do entorno, Maués – AM**. Relatório Técnico. Manaus: INPA/ICMBio, 2009.

IBAMA. **Como o Ibama exerce a educação ambiental**. Brasília: Coordenação Geral de Educação Ambiental, Edições IBAMA, 2002.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: 2009.

_____. **Produção agrícola municipal – culturas temporárias e permanentes 2009 (vol. 36)**. Rio de Janeiro: 2010a.

_____. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2009 (vol. 24)**. Rio de Janeiro: 2010b.

_____. **Produção da pecuária municipal 2009 (vol. 37)**. Rio de Janeiro: 2010c.

_____. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2011.

ICMBIO. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Instrução normativa nº 11 de 08 de junho de 2010. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/index.php?modulo=arquivos/boletimservico/bs2010>. Acesso em 09/06/2010.

_____. Plano político-pedagógico para constituição do Conselho Gestor Consultivo – Floresta Nacional Pau-Rosa. Itacoatiara: Flona Pau-Rosa, 2011.

_____. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais**. Brasília: ICMBIO, 2009.

INCRA. [Processo nº 5400.001815/2001-24]. 05 de julho de 2001, Brasília (arquivo do ICMBio). Criação da Floresta Nacional Pau-Rosa situada no município de Maués – AM, doação da área ao IBAMA.

IORIS, E. **Conflitos em Unidades de Conservação com populações locais**: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 22., 2000, Brasília. **Anais...**: Brasília: ABA, 2000.

_____. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.**, Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, 2008.

JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil**. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). Patrimônio ambiental. São Paulo: Edusp, 2003.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos, 23)

LAYRARGUES, P.P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-104.

LIMA, D. & POZZOBON, P. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LIMA, G.F.C. Crise ambiental, educação e cidadania. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço**

da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p.145-163, 2009.

LIMA, R.B. Natureza: uma categoria do social. In: DUARTE, L.M.G. & BRAGA, M.L.S. (orgs.). **Tristes Cerrados. Sociedade e Biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 25-62.

LITTLE, P.E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Série Antropologia**, n. 322, Brasília, 2002.

LMF. **Inventário florestal da Floresta Nacional de Pau-Rosa (Maués) – foz do Paraconi**. Manaus: INPA, 2009.

LOUREIRO, C.F.B. & CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 11, n. 2, p. 237-253, 2008.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MEDINA, N.M. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, S.M. & TABANEZ, M.F. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997, pp. 257-271.

MEIRELLES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MELLO, N.A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, J.R. **A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do Snuc. In: BENJAMIN, A.H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MMA & ICMBIO. **Diretrizes para estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA)**. Brasília: MMA/ICMBIO, s/d.

MONTEIRO, M. Y. **Antropogeografia do guaraná**. Manaus: INPA, 1965.

MOTTA, M (org.). **Dicionário da terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 33-45.

PÁDUA, J.A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____ (org.). **Ecologia e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, 11-62.

_____. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PANTOJA, M.C. A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, D. (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, 2005.

_____. **Situação sócio-econômica**: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas - municípios de Silves, Itacoatiara, Parintins e Maués - segundo relatório de campo. Rio de Janeiro: MMA/IBAMA/PPG7, 2004.

RAMOS, A. **Munduruku**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>>. Acesso em: 13/03/2011.

Referências Bibliográficas

REIS, A.C.F. **História do Amazonas**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª. Série; v. 145).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Idealização e direção de Isa Grinspum Ferraz. Manaus: Fundação Darcy Ribeiro, 2005. 2 DVD.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, F. & CAPOBIANCO, J.P.R. Unidades de Conservação na Amazônia Legal. In: _____ *et. al.* **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

SAÍSSE, M. & LOUREIRO, C.F. A estratégia nacional de comunicação e educação ambiental – uma análise crítica. In: MEDEIROS, R.; SILVA, H.P.; IRVING, M.A. (eds.). **Áreas protegidas e inclusão social**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2009, p. 161-164.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B.S. A ecologia de saberes. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a, p. 137-165.

_____. Da ciência moderna ao novo senso comum. In: _____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 55-117.

_____. O fim das descobertas imperiais. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b, p. 181-225.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008c, p. 93-137.

SFB. **Plano anual de outorga florestal: versão 1: minuta para consulta pública.** Brasília: MMA/SFB, 2011.

SORRENTINO, M. & TASSARA, E.T.O. Educando para o Desenvolvimento Sustentável. In: Cepam (org.). Ed. especial. **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Cepam, 1999, p. 185-190.

_____. *et. al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.31, n. 2, p. 285-299, 2005.

STURARO, M.J. & PELOSO, P.L.V. **Inventário da herpetofauna:** rio Paraconi, I expedição científica à Floresta Nacional do Pau-Rosa, município de Maués, estado do Amazonas, Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Conservação Internacional, 2009.

TAMBORES do gambá ganham destaque fora de Maués. Disponível em: <<http://www.satere.com.br/noticia.php?idn=215>>. Acesso em: 20/08/2011.

TERBORGH, J. & SCHAIK, C.V. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. IN: TERBORGH, J. *et. al* (orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Ed. UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 25-37.

TORRES, M. & FIGUEIREDO, W. Yellowstone Paroara: uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia. In: TORRES, M. (org.). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. p. 321-397.

UNIDADES de Conservação Federais, Centros Especializados e Coordenações Regionais. Brasília: MMA/ICMbio, 2011. 1 mapa. Escala 1:5.000.000.

USINA hidrelétrica de Angiquinho. Disponível em <http://www.brasiloste.com.br>. Acesso em 19/05/2011.

VIAL-DEBAS, C. Da tora ao linalol: uma interface economia-ecologia. In: EMPERAIRE, L. (org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central.** São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, Institut de Reserche pour lê Développement (IRD), 2000.

VILLARES, L.F. **Direito e povos indígenas.** Curitiba: Juruá, 2009.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J.A. (org.). **Ecologia e política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, p. 63-109.

VIOLA, E.J. & LEIS, H. Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. & VIEIRA, P.F. **Dilemas do socioambientalismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed.Unicamp, 1995.